



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO
GROSSO DO SUL
CAMPUS DO PANTANAL**



ERIKA LUANA LOPEZ FLORES

**MIGRAR É DIREITO HUMANO!
BASTIDORES DA RECEPÇÃO E ACOLHIMENTO AOS IMIGRANTE
E REFUGIADOS EM CORUMBÁ (MS)**

**CORUMBÁ - MS
2025**

ERIKA LUANA LOPEZ FLORES

**MIGRAR É DIREITO HUMANO!
BASTIDORES DA RECEPÇÃO E ACOLHIMENTO AOS IMIGRANTES
E REFUGIADOS EM CORUMBÁ (MS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Estratégias políticas, mobilidade humana e desenvolvimento territorial.

Orientador: Dr. Anderson Luís do Espírito Santo.

Coorientador: Dr. Douglas Josiel Voks.

**CORUMBÁ - MS
2025**

ERIKA LUANA LOPEZ FLORES

**MIGRAR É DIREITO HUMANO! BASTIDORES DA RECEPÇÃO E
ACOLHIMENTO AOS IMIGRANTES E REFUGIADOS EM CORUMBÁ (MS)**

Defesa de Dissertação de Mestrado Profissional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito para obtenção do título de Mestre. Aprovado em 02/07/2025, com Conceito _____.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Dr. Anderson Luís do Espírito Santo
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

Orientador: Dr. Douglas Josiel Voks
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

1º Avaliador: Dr. Eric Gustavo Cardin
(Universidade Estadual do Oeste do Paraná)

2º Avaliador: Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani
(Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

CORUMBÁ - MS
2025

*“Nuestras mayores decepciones y experiencias dolorosas —si podemos construir significados sobre ellas— pueden llevarnos a que nos convirtamos en algo más de lo que somos.”
(Anzaldúa, 2016, p.95).*

AGRADECIMENTOS

O momento de realizar os agradecimentos oportuna tecer um fio de reflexão. É quando o pensamento começa a trilhar novamente a jornada, desde o princípio, até que nos leve ao presente. Durante tal recapitulação, mais do que nunca, percebo como a minha trajetória é feita de recortes, interligados e conectados com pessoas, sensações e principalmente, momentos. São nesses momentos de fragilidade, força, medo, coragem, ânimo e desânimo que laços são evidenciados.

Dito isso, agradeço primeiramente, como de praxe, à minha família, mais especificamente, à minha mãe Beatriz, meu maior símbolo de força e perseverança. Com ela e por ela, aprendi a assumir e dizer “sou boliviana”, e desde então, agarrar-me-ei àquela parte da minha cultura, dos meus traços, da minha história, que sempre mantive tão subalternizada. Agradeço também ao meu pai Elves Prey, que do jeito dele, sempre me apoiou, principalmente nos estudos. Agradeço à minha vó Erô e ao meu tio Ereks, por tornarem a minha vida e a dos meus irmãos mais alegre e tranquila, foi na “casa da vovó” que sempre encontrei conforto. Por falar neles, meus irmãos sempre foram a minha principal motivação: Gustavo, Elves e Gabriel. Sendo a irmã mais velha, coube a mim ser o exemplo, porém, o que talvez não saibam, é que só pude ser o que sou, graças a eles.

Meus agradecimentos também vão aos amigos que foram meu motor para chegar até o final, quando me faltou fôlego, ou quando me faltou ânimo. A vida não é retilínea, há momentos em que estamos no topo, e, com um sopro, começamos a decair. Apesar das adversidades, nunca atingi o chão, pois Roberson, Poliana e Jéssica me puseram de volta aos trilhos. Eliza e Bianca, minhas grandes amigas, me tiraram por diversas vezes da monotonia diária, e Yasmin, Amanda e Edson, amigos e colegas de profissão, ofereceram o seu apoio para inspirar. Agradeço também às minhas amigas do Núcleo de Estudos de Inovação Social da Fronteira, Naitielly, Lenita, Valéria e Kemilly. Tenho profunda admiração e afeição por todos.

Por fim, esta página não estaria sendo escrita sem ser pela compreensão, aceitação e paciência do meu orientador Anderson Luís do Espírito Santo e co-orientador Douglas Josiel Voks. Me apresentaram à temática que desenvolvo neste trabalho, e muito mais que isso, construíram junto comigo páginas da minha vida que estavam em branco. Muito além de orientações, recebi aconselhamentos que muito me são úteis na vida profissional e pessoal. Espero um dia ser uma pessoa e pesquisadora tão brilhante quanto eles.

Este trabalho foi construído por todos aqueles que me trouxeram até aqui.

RESUMO

Este trabalho busca investigar como as redes formais e informais de acolhimento e recepção atuam no contexto fronteiriço de Corumbá (MS). A pesquisa faz parte de um projeto maior, o Observatório de Inovação Social da Fronteira (Obisfron), o qual objetiva apresentar o Ecossistema de Inovação Social (EIS) da Fronteira Brasil-Bolívia. Sob a lente de enfoque pragmática, a partir de autores como John Dewey e Daniel Cefaï, e da sociologia dos problemas públicos, aborda-se a noção do público, do campo de experiência e da investigação pública para compreender o funcionamento das redes e grupos sociais na fronteira. Descrevem-se suas atuações e os seus desafios em realizar o acolhimento e recepção de migrantes e refugiados, bem como identificam-se as mobilizações em torno do problema público e como se dá a inovação social mediante esses termos. Por outro lado, há a preocupação em escutar a perspectiva do migrante e a sua trajetória, com ênfase em suas dimensões simbólicas, institucionais e cotidianas. A metodologia utilizada na pesquisa é de caráter qualitativo, com finalidade exploratória e descritiva. Para a coleta de dados recorreu-se à triangulação de métodos qualitativos diversos: pesquisa documental, bibliográfica, cartografia e entrevistas. Destaca-se que houve também a conversa informal para chegar a alguns dos entrevistados. Ao todo, foram mapeadas 25 organizações, e dentre estas 10 tiveram seus dados levantados por meio de matérias jornalísticas, site institucional e outras dissertações, e 4 foram entrevistadas. Além destas, foi também entrevistada uma migrante boliviana que atua no comércio. Os resultados obtidos demonstram a resiliência dos coletivos, formais e informais, ao mobilizar recursos, saberes e afetos por meio de ações concretas e territorializadas que contam com o estabelecimento de conexões com parceiros e suportes. A colaboração existente entre as organizações, apesar de nem sempre afirmada, tem contribuído para a criação de novas experiências, percorrendo o processo para mudanças que levem à inovação social. Por fim, a partir do levantamento da resposta do poder público, seja por leis, acordos internacionais e políticas públicas, constatou-se que o Brasil tem uma legislação avançada na temática, com destaque no âmbito federal, e com ações no campo municipal. Como reflexo desses esforços, observam-se uma série de ações locais com foco na plena garantia dos direitos humanos. Todavia, a partir dos discursos colhidos, há migrantes à margem dessas ações, evidenciando impasses na operacionalização destas.

Palavras-chave: Inovação Social; Recepção; Acolhimento; Migração Internacional.

RESUMEN

Este artículo investiga cómo funcionan las redes de recepción formales e informales en el contexto fronterizo de Corumbá, Mato Grosso do Sul. La investigación forma parte de un proyecto más amplio, el Observatorio de Innovación Social Fronteriza (Obisfron), que tiene como objetivo presentar el Ecosistema de Innovación Social (EIS) de la frontera entre Brasil y Bolivia. Utilizando un enfoque pragmático, basándose en autores como John Dewey y Daniel Cefaï, y la sociología de los problemas públicos, el artículo aborda la noción de público, el campo de experiencia y la indagación pública para comprender el funcionamiento de las redes y grupos sociales en la frontera. Describe sus acciones y los desafíos que enfrentan en la acogida y recepción de migrantes y refugiados, así como identifica las movilizaciones en torno al problema público y cómo la innovación social ocurre a través de estos términos. Además, se centra en escuchar la perspectiva de los migrantes y sus trayectorias, con énfasis en sus dimensiones simbólicas, institucionales y cotidianas. La metodología de investigación utilizada es cualitativa, con fines exploratorios y descriptivos. La recopilación de datos implicó la triangulación de diversos métodos cualitativos: investigación documental, bibliografía, cartografía y entrevistas. Cabe destacar que también se mantuvieron conversaciones informales para contactar a algunos de los entrevistados. En total, se mapearon 25 organizaciones, de las cuales 10 recopilaron sus datos a través de artículos periodísticos, sitios web institucionales y otras tesis, y 4 fueron entrevistadas. Además, se entrevistó a un migrante boliviano que trabaja en el comercio. Los resultados demuestran la resiliencia de los colectivos formales e informales para movilizar recursos, conocimientos y afecto mediante acciones concretas y territorializadas que se basan en el establecimiento de vínculos con socios y apoyo. La colaboración entre organizaciones, si bien no siempre se reconoce, ha contribuido a la creación de nuevas experiencias, allanando el camino para cambios que conducen a la innovación social. Finalmente, con base en el estudio de las respuestas gubernamentales, ya sea a través de leyes, acuerdos internacionales o políticas públicas, se constató que Brasil ha avanzado en la legislación sobre este tema, particularmente a nivel federal, y con acciones a nivel municipal. Como reflejo de estos esfuerzos, se observa una serie de acciones locales enfocadas en la plena garantía de los derechos humanos. Sin embargo, según las narrativas recopiladas, las personas migrantes son marginadas de estas acciones, lo que pone de manifiesto los impasses en su implementación.

Palabras clave: Innovación Social; Recepción; Bienvenida; Migración Internacional.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Tipologia de Migrações.....	28
Figura 2 – Mapa Tipológico das Migrações.....	31
Figura 3 – Imigrantes e Refugiados protestando no centro de Florianópolis.....	44
Figura 4 – Metodologia do Obisfron.....	50
Figura 5 – Problemas Públicos.....	52
Figura 6 – Ecossistema de Inovação Social pelo Obisfron.....	53
Figura 7 - Síntese do procedimento metodológico.....	57
Figura 8 – Limite internacional na fronteira Brasil-Bolívia, em Corumbá-MS.....	62
Figura 9 – Ecossistema de Inovação Social da causa da Migração.....	63
Figura 10 – Casa do Migrante.....	65
Figura 11 – Logo da Pastoral do Migrante.....	67
Figura 12 – Informativos do Consulado Boliviano em Corumbá MS.....	71
Figura 13 – Logo do Centro Brasileiro Boliviano.....	72
Figura 14 – Posto de Imigração.....	78
Figura 15 – Síntese das principais leis e políticas públicas.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Síntese das Migrações Internacionais para o Brasil	38
Quadro 2 - Síntese dos elementos conceituais apresentados na contextualização teórica	55
Quadro 3 – Proposta de Ação	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acnur	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ALEMS	Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul
AMB	Associação Médica Brasileira
BO	Bolívia
Bras-Bol	Brasil-Bolívia
CCJR	Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Centro Pop	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
Cerma	Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas
Cetrap	Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
CF	Constituição Federal
Comaira	Comitê de Atenção ao Imigrante, Refugiado e Apátrida
Conare	Comitê Nacional para os Refugiados
Covid-19	Coronavírus 2019
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRAI	Centro de Referência e Apoio ao Imigrante
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EIS	Ecossistema de Inovação Social
EUA	Estados Unidos da América
FGV/DAPP	Fundação Getúlio Vargas/Diretoria de Análise de Políticas Públicas
Mercosul	Mercado Comum do Sul
Migrafron	Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais
MS	Mato Grosso do Sul
Neisf	Núcleo de Estudos de Inovação Social da Fronteira
Obisfron	Observatório de Inovação Social da Fronteira
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
OIM	Organização Internacional para as Migrações
ONU	Organização das Nações Unidas
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PF	Polícia Federal
PR	Paraná
RNM	Registro Nacional Migratório

RR	Roraima
Sismigra	Sistema de Registro Nacional Migratório
SUS	Sistema Único de Saúde
UEMS	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
UFGD	Universidade Federal da Grande Dourados
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 ELEMENTOS QUE ANTECEDEM A INVESTIGAÇÃO	13
1.2 QUALIFICANDO A SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA.....	16
1.3 ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO	20
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
2.1 DE QUAL MIGRAÇÃO ESTAMOS FALANDO?	22
2.2 SITUANDO O BRASIL NO INTERESSE DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS	32
2.3 MIGRAÇÃO, INOVAÇÃO SOCIAL E AS CONTRIBUIÇÕES PRAGMATISTAS	41
2.4 ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA	48
2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	55
3. POSICIONAMENTO EPISTÊMICO-METODOLÓGICO.....	57
4. ACOLHIMENTO E RECEPÇÃO: QUEM SÃO OS ATORES QUE ATUAM NA FRONTEIRA?	62
4.1 ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL DO ACOLHIMENTO E APOIO AOS IMIGRANTES E REFUGIADOS	62
4.1.1 Casa do Migrante	64
4.1.2 Pastoral do Migrante.....	67
4.1.3 Consulado Boliviano.....	70
4.1.4 Centro Boliviano Brasileiro 30 de Março.....	72
4.1.5 Comitê de Atenção ao Imigrante, Refugiado e Apátrida (Comaira).....	75
4.1.6 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.....	76
4.1.7 Casa de Passagem Albergue da Fraternidade José Lins	77
4.1.8 Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop	77
4.1.9 Posto de Imigração	78
4.1.10 Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (Migrafron)	80
4.2 IDENTIFICAÇÃO DAS LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS PARA O ACOLHIMENTO E APOIO AOS IMIGRANTES E REFUGIADOS NA FRONTEIRA	

BRASIL-BOLÍVIA	81
4.3 “UNO NUNCA SE ESQUECE DE DONDE UNO ES” – PERCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE RECEPÇÃO E ACOLHIMENTO EM CORUMBÁ-MS.....	85
5. PROPOSTA DE AÇÃO	92
6. CONCLUSÃO.....	93
REFERÊNCIAS	97

1. INTRODUÇÃO¹

Esta seção tem por objetivo delimitar os contornos da investigação realizada, sua temática e problema norteador, o que foi desenhado sob influência das contribuições pragmatistas, em especial, as de John Dewey e Daniel Cefaï, referente à experiência, à noção de público e à investigação pública. Dessa forma, apresento, primeiramente, *a definição da investigação*, que, segundo Dewey (1974, p. 216), pode ser compreendida como a “transformação dirigida ou controlada de uma situação indeterminada para uma situação determinada, de tal modo que converta os elementos da situação original em um todo unificado”. Essa transformação parte do meu próprio campo de experiência, ocasião em que argumento **como uma experiência individual se reflete e se compartilha em outras experiências vividas**. Na sequência, promovo um diálogo dessa situação problemática com uma breve discussão teórica e com outros casos locais, evidenciando, ao final, a situação problemática investigada nesta dissertação.

1.1 ELEMENTOS QUE ANTECEDEM A INVESTIGAÇÃO

“Ese libro [Dissertação], por lo tanto, habla de mi existencia” (Anzaldúa, 2016, p. 36).

Assim como Gloria Anzaldúa (2016, p. 35), também *“soy una mujer de frontera”*. Como imigrante de segunda geração, filha de mãe boliviana e de pai brasileiro, os conflitos e dificuldades abordadas em pesquisas e levantamentos periodicamente publicados em trabalhos científicos não só foram sentidos, mas, *“como una herida abierta”* (Anzaldúa, 2016, p. 51), são sempre revividos por meio das dores de pessoas imigrantes próximas ou do círculo familiar íntimo. Quero dizer, foram vividos em Corumbá. A impressão que se tem é de que, quem vem de fora nunca deixará de ser um estranho aos olhos locais, mesmo que, por vezes, traços físicos não denunciem os aspectos culturais, linguísticos e regionais que são inerentes às pessoas e não se escondem, todos carregam consigo influências do território.

¹ Esta dissertação foi redigida em primeira pessoa. Ora do singular, para retratar o lugar de onde fala a autora. Ora em primeira pessoa do plural, por entender que os apoios do orientador e coorientador foram indispensáveis para essa elaboração. Soma-se a isso o próprio método de investigação pragmatista, segundo o qual, o pesquisador é um ator entre os atores e se torna um tradutor de várias cenas públicas, ou seja, de várias pessoas que também contam a história (Cefaï, 2010). Por fim, por priorizar a pluralização da interdisciplinaridade, valorizando os múltiplos saberes popular e científico (Japiassu, 1976).

A vivência tanto dentro como fora da comunidade está presente em todos os momentos da minha vida, manifestando-se no pensar e nas relações cotidianas. O fato de não ter nascido e convivido completamente no país de origem da minha mãe (Bolívia), não estando imersa dentro das tradições desse lugar, condecoram-me à condição de estrangeira por lá, ao mesmo tempo em que no lugar que resido e que de fato nasci (Brasil/Corumbá), também não sou vista como alguém conterrânea, por apresentar características e trejeitos “de fora”. Portanto, *“la mujer no se siente segura cuando su propia cultura y la cultura blanca² la critican”* (Anzaldúa, 2016, p. 62). As manifestações que ouvi ao longo da vida trouxeram à tona questionamentos sobre o não pertencer, muitas vezes, a partir de uma fala xenofóbica disfarçada ou de uma burla, sobre aspectos inerentes às características do “outro lugar”. A sensação de indefinição perdura, penetra e leva a crer que não há um lugar certo para se estar, para pertencer.

Assim, os anos passam, os mesmos problemas arrastam-se apesar de serem muito bem conhecidos e nomeados. A questão é, quem está pronto para mexer nas engrenagens que sempre funcionaram dessa forma? Não sou eu, Erika, que unicamente vivi e senti tais desafios, mas toda uma população de imigrantes que vive, já viveu, está passando ou já passou por Corumbá. Os desafios apresentam-se nas mais diversas esferas da vida em sociedade, o que demanda compreender a formação do **campo de experiência**, no mesmo sentido defendido por Cefaï (2017a), que está radicado no padecer e no compadecer das causas individuais. Para Dewey (2010), a experiência é o resultado da negociação consciente entre o eu e o mundo, feita de histórias, enredos e movimentos.

Vejamos, logo ao meu nascer o atendimento médico foi negado à minha mãe, que precisou da intervenção de terceiros para usufruir do que era o seu direito. Durante a escola, não poucas vezes, comentários preconceituosos diretos ou disfarçados foram direcionados não só a mim, mas a familiares. São inúmeros os momentos e as situações em que, sem esperar, falas absurdas são ditas e ouvidas, independentemente da faixa etária e sem local definido para acontecer. Apesar disso, estruturei minha carreira acadêmica e profissional, que, porventura, começaram na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, onde me deparei, pela primeira vez, com estudos, pesquisas e pessoas que não só averigam tal problemática, mas propõem discussões e ações para resolvê-la, ou ao menos enfrentá-la.

² A gravidade fica ainda maior porque, quando Anzaldúa cita “cultura blanca”, ela está se referindo à população branca estadunidense. Entretanto, no meu caso em específico, o IBGE (2022) afirma que 75% da população corumbaense é negra (preta ou parda), evidenciando que por aqui, ao mesmo tempo em que se é opressor, se é também o oprimido.

Foi o momento em que compreendi que as situações acima descritas, dentre outras tantas, não eram só parte da minha vida ou da minha família, mas fruto de uma **experiência coletiva** que, segundo Cefaï (2017a), surge da problematização e da publicização, ato de tornar os problemas visíveis para que as pessoas saibam o que está acontecendo. Isso é importante, pois um problema público só começa a existir quando se torna um processo de experiência coletiva. Ou seja, a história da Erika encontra personagens similares e ressonância, que só mudam de endereço, mas todos compartilham das mesmas dores e situações problemáticas.

Diante desses **elementos que antecedem a investigação** (Dewey, 1939), **fica evidente que dar voz aos imigrantes e refugiados permitirá reconhecer suas particularidades e as diferenças no acolhimento e recepção despendidos a eles**, respondendo assim, a uma inquietação pessoal, mas também, prática, no sentido deste trabalho ajudar no processo de publicização, a fim de “comprometer os poderes públicos; de tirar um problema da sombra; agir de modo que ele seja reconhecido pela opinião pública; através da produção de conhecimento mais exato dos problemas; evidenciando as soluções mais viáveis e sensatas” (Cefaï, 2017a, p. 199).

A política migratória brasileira prevê a acolhida humanitária, a igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares, entre outros direitos (Brasil, 2017). Assim, é importante demonstrar que compreendemos a recepção como o modo em que os migrantes e refugiados são recebidos no país, quais são os tratamentos, serviços e auxílios a eles despendidos e de que forma são concebidos e concretizados, podendo ocorrer, por exemplo, na prestação de serviços de saúde, assistência social, direcionamento aos locais para obtenção/regularização de documentos e demais necessidades. Já o acolhimento refere-se ao conjunto de ações e práticas que auxiliam o migrante durante seu processo de instalação no país receptor, ou seja, tudo aquilo que é feito pelos diversos atores para melhor integrar o migrante em sua nova localidade. Assim, olhar para a recepção e acolhimento dos migrantes e refugiados é buscar a garantia de uma integração eficiente e humanizada, em que estes consigam acesso aos direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal da República (Brasil, 1988).

Porém, faz-se relevante pontuar que apesar dos avanços a respeito da compreensão dos direitos humanos dentro da legislação brasileira, refletida nos princípios destacados no art. 4º da Constituição, especificamente nos incisos II e IX, que preveem a prevalência dos direitos humanos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (Brasil, 1988), as dificuldades encontradas nas particularidades dos municípios para a concretização desses direitos são imensas, principalmente nos municípios fronteiriços.

Essa realidade se reflete no entendimento popular de que o Brasil é um país acolhedor para quem migra (Insper, 2023), mas é importante perguntar: **a quem, de fato, ele acolhe?** Trago como exemplo a experiência da minha mãe, que chegou a Corumbá no ano 2000, sem conhecer ninguém na cidade e sem contar com uma rede de apoio de outros imigrantes.

Desde o início, enfrentou situações de xenofobia no trabalho, no hospital, na escola, entre outros espaços. Apenas muito tempo depois passou a conhecer outras mulheres bolivianas, com quem pôde se identificar, compartilhar sua cultura, seus costumes e manter vivas as raízes do seu lar. Mesmo após 25 anos (2000-2025), o cenário pouco mudou: o mau acolhimento de imigrantes em espaços públicos, a negativa de acesso a serviços constitucionais — como o atendimento nos postos de saúde —, a generalização e a exposição pejorativa em redes sociais, entre tantas outras formas de violência simbólica e institucional, continuam presentes. Essa realidade é recorrente, como apontam diversos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Mestrado em Estudos Fronteiriços (Oliveira, 2011; Ferreira et al., 2015; Almeida, 2020; Conceição Júnior, 2021; Nobrega, 2021; Santo e Voks, 2023).

Apresentadas as condições que antecedem a investigação, **a situação problemática a ser investigada nesta dissertação focará especificamente na recepção e acolhimento prestado aos imigrantes e refugiados**, de forma institucional (a partir da Administração Pública) ou em redes colaborativas, que surgem a partir de atividades de variados grupos de atores da sociedade civil.

1.2 QUALIFICANDO A SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA

Partindo da instituição do problema a ser investigado, obtido por meio das conexões anteriormente discutidas, apresento a qualificação desse problema, processo que, segundo Santo (2021), delimita melhor a situação problemática e as questões de partida, tanto no plano teórico quanto prático.

O movimento migratório, o ir e vir de pessoas ao redor do mundo, carrega singularidades importantes. É parte da própria história, caracterizada como uma sociedade em eterna migração (Sayad, 2004). Trata-se de um processo mundial e histórico que vem se intensificando, especialmente com a crise dos refugiados: pessoas que abandonam seus países devido a guerra, perseguição, crises climáticas e pobreza (Cavalcanti, Oliveira e Tonhati, 2020; Santo; Andion, 2020). Nessa crise, discursos políticos e midiáticos criam representações distorcidas da mobilidade humana, culpando os migrantes pela tragédia, sem considerar as desigualdades de

poder associadas ao direito de circulação – **quem pode entrar e sair de um determinado país?** (Musaro, 2018; Domenech; Dias, 2020). As novas formas de pobreza, exclusão, migração climática e desigualdades de gênero também acentuam injustiças de mobilidade (Sheller, 2018).

Nos territórios fronteiriços é fácil perceber como o fenômeno migratório está presente, e como muitos migrantes são subalternizados e têm seus direitos negados. Exemplo recente foi a Operação *Libertad*, realizada em 24 de setembro de 2024, quando a Polícia Federal desarticulou uma organização criminosa que aliciava migrantes bolivianos com falsas promessas de emprego, submetendo-os a condições análogas à escravidão (MS Notícias, 2024).

Ao lidar com a migração internacional, os Estados priorizam a segurança nacional, relegando outras dimensões. O processo de fechamento das fronteiras é prática recorrente, pois busca-se controlar ao máximo a entrada de migrantes no país. Segundo Concha (2020), essa política teve seu ápice na pandemia da Covid-19, quando se intensificaram a vulnerabilidade e os riscos enfrentados por migrantes. Apesar dos esforços para contenção, a mobilidade humana mostrou-se uma força incontrolável. Em vez de soluções, o foco na segurança estatal resultou em múltiplas formas de violência, como o tráfico de migrantes.

Esse fechamento marca um novo capítulo nas migrações no Brasil, decorrente da crise geopolítica com os países vizinhos sul-americanos. A má gestão da pandemia no governo Bolsonaro levou ao fechamento inédito das fronteiras para os brasileiros (Santo e Voks, 2023).

Em termos quantitativos, o fluxo migratório aumentou 160% em 2018 (FGV/Dapp, 2018). Até 2020, havia 1,3 milhão de imigrantes no Brasil. As solicitações de refúgio caíram em 2020 com a pandemia (22.565) em relação a 2019 (52.164), mas voltaram a crescer em 2024, com 55.940 solicitações registradas até setembro (Brasil, 2024). Tais números, contudo, não capturam os indocumentados, que permanecem invisíveis ao poder público.

A maioria dos migrantes vem da América Latina, principalmente da Venezuela e do Haiti. Esse fluxo se consolidou nos anos 2000 (OBMigra, 2020). Em 2022, foram registrados nos postos de fronteira brasileiros 19 milhões de movimentos migratórios — em 2019, foram 29,6 milhões (OBMigra, 2022).

Para atender as novas dinâmicas migratórias, a legislação brasileira passou por mudanças significativas. Com a Constituição de 1988, o antigo Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980) tornou-se incompatível com os novos direitos. Após anos de disputa entre sociedade civil e alas conservadoras, foi aprovada a Lei nº 13.445 (Lei de Migração), que “dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante” (Brasil, 2017, s.p). Apesar disso, a falta de estratégia prejudica a implementação

dos direitos previstos nas mais diversas áreas — saúde, educação, documentação, hospedagem entre outros — resultando na exclusão de muitos migrantes (Krüger *et al.*, 2017; Silva, 2017; Santo e Voks, 2023).

Diante disso, questionamos: diferente de outros países, as portas do Brasil para os migrantes estão abertas, com aparato legal para isso, entretanto, será que estamos diante de uma entrada desenfreada e desumanizada ou temos, de fato, um grande processo de acolhimento, inserção e/ou direcionamento aos migrantes?

Sayad (2004), já alertava para a criação do ódio contra imigrantes, percebidos como invasores que causam problemas para o país que os recebe em nome de uma identidade nacional. Esse ódio pode ser contextualizado com a migração venezuelana que adentra o Brasil, principalmente em Roraima, onde uma sofisticada mídia, a produção de *Fake News* e a política local corroboraram para a disseminação de inverdades, ideias frívolas, apoio a violências e tudo que configura ódio sobre os venezuelanos que entram no Brasil (Basso, 2018). Moreira e Borba (2021) reforçam que os imigrantes são vítimas de violações em seus países de origem, e não causadores da crise.

É nesse contexto que os municípios fronteiriços ganham protagonismo. Corumbá, localizada no estado de Mato Grosso do Sul (MS), fronteira com a Bolívia, é marcada por fluxo diários de pessoas e mercadorias, o que rendeu à cidade diversos registros históricos em que se destaca a atuação das redes de solidariedade e de acolhimento (Almeida, 2020; Oliveira, 2011). Contudo, esse fluxo nem sempre é facilitado e os desafios começam no Posto de Imigração, com filas longas, processos morosos, horários limitados e estrutura precária (Mendonça e Lélis, 2022; Albertoni, 2016; Mendonça e Lélis, 2022). Essas falhas também afetam o turismo fronteiriço, com relatos de preconceitos e falta de articulação entre os modais (Andrade, 2019).

Um exemplo disso ocorreu quando a PF atendeu 1767 haitianos em Corumbá, ou durante a pandemia, com a repatriação de 700 brasileiros (Prado, 2018; Sousa, 2020). Já em Corumbá, migrantes enfrentam barreiras como a xenofobia destiladas presencialmente ou pelas redes sociais (Conceição Júnior, 2021).

Essa complexidade revela a dificuldade da administração pública em coordenar o acolhimento. Por um lado, há revoltas da população local contra os “benefícios” destinados a migrantes, como a Casa do Migrante (melhor apresentada no capítulo 4). Por outro lado, há clamor por mais controle. A figura do “outro” que ultrapassa a fronteira desperta medo.

Segundo Migrafron (2023), Corumbá acolheu migrantes de 28 nacionalidades, com destaque para a Casa do Migrante, que atendeu 3.800 pessoas entre 2020 e 2023. No entanto,

nem todos os migrantes passam por ela, pois não é uma rota obrigatória, o que indica subnotificação.

Diante desses números expressivos, **dar voz aos migrantes é uma estratégia para compreender essas redes de recepção e acolhimento** a partir das dores, angústias e vivências de quem sente na pele a experiência de transpassar fronteiras. Afinal, *“nuestras mayores decepciones y experiencias dolorosas - si podemos construir significados sobre ellas - pueden llevarnos a que nos convirtamos en algo más de lo que somos”* (Anzaldúa, 2016, p. 95).

Essa argumentação nos faz retomar o questionamento de Louis Quéré (2021, p. 1): “de onde vem a capacidade dos eventos [como as migrações em Corumbá] de despertar emoções públicas e coletivas?” Para Dewey (1938), um problema precisa ser vivido para poder ser enunciado.

Assim, fundamentado em Dewey (1927) e Cefai (2017a), cabe ao Estado reconhecer as demandas, as respostas, os desafios e as dificuldades emanadas pelas ações coletivas da sociedade civil, como as redes de acolhimento que ajudaram a minha mãe, há 23 anos. Esta dissertação defende que **é no nível local que emergem respostas (ações) humanitárias e soluções criativas e seguras de uma rede de atores (públicos, privados e da sociedade civil)**, com base em inovações sociais

Dentro desse quadro, apresentamos o **Observatório de Inovação Social da Fronteira (OBISFRON)**, plataforma digital que estuda o enfrentamento aos problemas públicos a partir da escuta ativa, do reconhecimento das desigualdades e da articulação de atores locais na fronteira Brasil-Bolívia.

No OBISFRON, a experiência vivida, como será apresentada nesta dissertação, é ponto de partida legítimo para a produção de conhecimento e a proposição de soluções, razão pelo qual, estudar a migração em diálogo com a inovação social se mostra oportuno, pois esse tipo de inovação envolve a “transformação das relações sociais no território, a reprodução de lugares, identidades e cultura espacialmente trocadas e o estabelecimento de estruturas de governança em diferentes comunidades” (Moulaert *et al.*, 2009, p. 12).

Nesse processo, valorizar as ações informais de acolhimento, especialmente as protagonizadas por mulheres, demonstram práticas inovadoras de solidariedade e que, justamente, deveriam ser de conhecimento da administração pública para valorizar as expressões mais autênticas de enfrentamento a problemas concretos com respostas criativas, colaborativas e enraizadas no território.

A visão de inovação social do OBISFRON é compreendida enquanto um processo contínuo de transformação social, aberto e situado, e sem necessariamente ser uma solução

replicável. Ao recuperar as transformações sociais, a historicidade do problema público, à valorização de múltiplos saberes, à resistência a estrutura opressora e a formação de novos arranjos institucionais para promover inclusão e dignidade, as pesquisas do OBISFRON, a qual se enquadra esta dissertação, busca tornar visíveis as práticas invisibilizadas para produzir conhecimento comprometido com os assuntos sociais, não sendo, portanto, neutro e nem distanciada da realidade.

Frente a toda essa discussão, surgem três questões centrais:

- Como os coletivos e redes locais de acolhimento em Corumbá mobilizam recursos, saberes e afetos para responder ao público migratório na fronteira Brasil-Bolívia?
- Como Corumbá, palco de migrações, responde institucionalmente à migração?
- Que práticas de inovação social emergem no contexto fronteiriço de Corumbá diante da migração internacional, e como elas tensionam ou complementam as políticas públicas existentes?

Dessa forma, o **objetivo geral** desta dissertação é investigar como redes formais e informais de acolhimento e recepção atuam no contexto fronteiriço de Corumbá (MS). Especificamente, buscamos:

- Identificar o papel das redes sociais e coletivos no apoio aos migrantes, evidenciando potencialidades e limitações para subsidiar o diálogo entre inovações sociais e políticas públicas na fronteira.
- Reconhecer a resposta do poder público à migração internacional no município, a partir das principais legislações e políticas públicas de acolhimento e recepção.
- Analisar, sob a perspectiva da história de vida, como o migrante percebe e vivencia o processo de acolhimento e recepção em Corumbá, ao longo de sua trajetória, com ênfase nas dimensões simbólicas, institucionais e cotidianas.

1.3 ESTRUTURAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos, incluindo esta introdução. Nela destacamos o objeto de pesquisa, a problemática em torno do acolhimento e da recepção de imigrantes e refugiados, como também a contextualização da área abrangida pelo estudo. Na parte introdutória, também elenco os objetivos gerais e específicos da pesquisa, os quais norteiam este trabalho.

Adiante, no capítulo dois, apresento a fundamentação teórica, que está subdividida em quatro sessões: (1) De qual migração estamos falando? Seção que aborda as diferentes modalidades da migração e o seu entendimento neste trabalho; (2) Situando o Brasil no interesse dos fluxos migratórios, em que é apresentada a relevância dos fluxos migratórios ao longo da história do Brasil e o contexto social, econômico, cultural e histórico em que ocorreram; (3) Ecossistema de inovação social sob a ótica pragmática, sessão que adentra as interações e mobilizações dos atores sociais, no qual a inovação social é destrinchada a partir de um olhar pragmático em que se priorizam as experiências *in situ*; (4) Ecossistema de inovação social na fronteira Brasil-Bolívia, por fim, a última sessão situa o estudo dos EIS no território fronteiro Brasil-Bolívia, apresentando o trabalho que vem sendo feito pelo Obisfron no sentido de rastrear e religar a rede de atores aqui existente, propiciando a compreensão de como os coletivos se organizam a partir da percepção do problema público.

No capítulo três, é apresentado o posicionamento epistêmico-metodológico do projeto. Explicito a abordagem da pesquisa, o caminho metodológico a ser percorrido, as etapas de pesquisa, como foi feito o levantamento de dados e inferência dos resultados, com fim de alcançar os objetivos propostos pelo trabalho e responder o problema de pesquisa.

Posteriormente, apresento o capítulo quatro, descrevendo os resultados e discussões do trabalho, apresentando, primeiramente, as redes sociais e coletivos que atuam na recepção e acolhimento aos migrantes. Seguindo, ficará evidenciado a resposta do poder público a este grande problema público que é a migração, através das leis e políticas. Por fim, a história de vida vem demonstrar o relato narrativo de uma pessoa, demonstrando como se constrói os sentidos da recepção e acolhimento e evidenciando o campo de experiência, o mundo vivido pelos atores, demonstrando como eles sentem e interpretam os problemas em comum.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo dois apresentamos o referencial teórico que dá suporte e orientação para a dissertação. Cada subcapítulo explora a discussão de um tópico abordado na introdução, começando com alguns conceitos e tipologia da migração, passando pela migração em fronteiras, sua trajetória no contexto histórico do Brasil e fechando com os estudos da inovação social. Não objetivamos fazer uma revisão sistemática em profundidade desses termos, apenas situar essa discussão e, ao final (subcapítulo 2.5), apresentar a síntese do capítulo, destacando o entendimento sobre os principais conceitos que contribuíram para as discussões dos resultados da pesquisa.

2.1 DE QUAL MIGRAÇÃO ESTAMOS FALANDO?

Todos somos migrantes! O fenômeno migratório é milenar e possui características próprias (re)definidas em momentos cronológicos específicos. Segundo o Relatório Mundial sobre Migração (2024), em 2020, mais de 281 milhões de migrantes circularam ao redor do mundo, dos quais, vários deles foram forçados a abandonar seus países devido a conflitos e catástrofes. Diante de um problema público global é urgente a responsabilidade de proteger através de políticas públicas efetivas e de acordos internacionais que permitam dar melhores recepções e acolhidas aos migrantes e refugiados, para que eles possam não só se sentir seguros, mas usufruir de uma vida digna: ter trabalho, ter saúde, direcionar seus filhos para a escola entre outras atividades socioeconômicas.

Muito já se escreveu e ainda será escrito sobre as migrações. São inúmeras as categorias sociais que surgem a partir de definições científicas e agendas políticas. Mas, afinal, do que se trata a migração? Resume-se ao ato de deslocar-se de um lugar a outro? Compreendemos que quando se fala de migração são várias as tipologias existentes, como, por exemplo, a migração interna, àquela realizada dentro do próprio país e que possui outras divisões específicas, como o êxodo rural ou migração rural. Assim, **este trabalho aborda a análise da migração internacional situada dentro do espaço fronteiriço.**

Cavalcanti *et al.* (2017), afirmam que as migrações não seguem uma ordem lógica e nem levam em conta a rota mais próxima entre dois países. Frente a essa complexidade, é necessário compreender a categoria migrante, pois são diversificados os motivos e as formas das migrações, dentre as quais, o trabalho (temporário e permanente), o livre trânsito, a união

familiar, as crises ambientais, a perseguição de gênero, os conflitos e guerras e outros. “Em termos técnicos, ela é tida como uma mudança permanente de residência entre locais distantes” (Cavalcanti *et al.*, 2017, p. 677), o que pressupõe como critério a permanência e distância mínima entre as localidades para a mudança ser considerada migração, assim, excluindo outros tipos de mobilidade espacial, como o turismo, deslocamentos sazonais e os movimentos pendulares.

Escapando dessa visão sobre o local de residência, Lee (1966) aponta que não é necessário tomar em conta o critério da distância, podendo ser considerada migração a mudança de residência de um bairro para outro. Já Petersen (1966) defende que deve haver uma distância significativa, como também um tempo mínimo de um ano de permanência, classificando como “visita” a permanência em um período inferior e assumindo que podem existir vários entendimentos para “distância significativa”. Destrinchando a própria palavra, “migração” trata-se do ato de migrar, que por sua vez, é definido pelo dicionário como “mudar periodicamente de lugar, região, país etc.”

Para além da questão espacial, Mezzadra (2015) levantou a necessidade de um novo olhar cujo foco seja os tempos atuais, considerando-se todo o espaço-tempo. O autor enfatiza que as categorias utilizadas nos estudos sobre migrações são amplamente questionadas, devido a uma série de processos e transformações relacionados às políticas de controle (ou *management*) das migrações e às dinâmicas destas. De fato, resumir a migração a um simples movimento de pessoas e a definição de como controlá-las em sua área fronteira, exclui toda sua complexidade, banalizando o fenômeno migratório e todas as suas nuances (entender as motivações para a migração e não focar essencialmente nas consequências). Portanto, a tarefa aqui é recuperar a dimensão social visando compreender as consequências sociais de um fenômeno tão heterogêneo.

Essa dimensão social também vem sendo defendida por Massey *et al.* (1998), que, há mais de duas décadas, destacaram a necessidade de repensar as teorias sobre a migração internacional, trazendo o enfoque para novas condições empíricas. Os autores destacam que:

Os conceitos teóricos, agora empregados pelos cientistas sociais para analisar e explicar a migração internacional, foram elaborados, inicialmente, na era industrial e refletem seus regimes econômicos particulares, suas instituições sociais, tecnologia, demografia e políticas. A abordagem clássica entrou agora em um estado crítico, desafiado por novas ideias, conceitos e hipóteses (Massey *et al.*, 1998, p. 3).

Inspirado nessa discussão, Castles (2011), aponta como problema-chave a tendência de enxergar a migração como sendo algo totalmente separado das relações sociais e dos processos

de mudança. Para compreender a migração em um sentido geral, o autor defende que sua base esteja fincada a um entendimento também geral da sociedade contemporânea, o que implica em métodos de investigação que partam de uma situação de mudança rápida e generalizada, nomeando a esses processos de transformação social. De fato, a conceituação aplicada à migração nos séculos XIX e XX tem como pano de fundo um cenário diferente do atual, em que se observava um movimento de longo prazo de um Estado-nação para outro, acompanhando os padrões da migração laboral e de mudança de residência.

Para Sayad (1998, p. 15), o qual utiliza o termo “imigração”, o fenômeno é “um fato social completo”, caracterizado pelo deslocamento de pessoas no espaço, principalmente o espaço físico e qualificado. Este último pode assumir múltiplos sentidos, como sociais, econômicos, políticos e culturais, com destaque para a língua e religião dentro do campo cultural.

Tendo por base o clássico estudo de Sayad (2000), se outrora o êxodo rural despejou sua população nas cidades, a partir dos anos 2000 o esgotamento das reservas locais, as crises humanitárias, as perseguições e outras mazelas surgem como reflexos do processo de crescimento capitalista, seguindo a mesma ordem, até mais perversa, fazendo com que o êxodo rural do primeiro momento se estenda para uma emigração e uma imigração transfronteiras, além dos limites do território nacional. Assim, mais do que conhecer as consequências que as migrações causam no país que recebe o fluxo de imigrantes e refugiados, há de se compreender as causas a priori, as condições que antecedem e culminaram com a migração em si.

Ampliando a discussão para as migrações a nível internacional, é possível observar os mesmos reflexos citados acima na relação entre os países de imigração e emigração. Sayad (2000), argumenta que se num primeiro momento, no período entre as duas grandes guerras, países como a França e Alemanha recebiam imigrantes de dentro do próprio continente Europeu, configurando uma imigração intra-europeia, com o tempo, países da Europa Central antes considerados de emigração, foram progressivamente se tornando países de imigração. Para repor essa fonte de mão-de-obra que se esgotava, a população oriunda, sobretudo, da América Latina e África surgiam como substitutos nesse cenário, ao passo que o sul da Europa (Itália, Espanha, e numa menor proporção Portugal e Grécia) começava a operar a conversão que dispensaria da emigração seus cidadãos.

Já o século XXI, ao contrário dos anteriores, é considerado como um período de fluidez e abertura, em que os movimentos com propósito de estudo, estilo de vida, aposentadoria, trabalho ou casamento assumem uma importância maior, tornando os velhos conceitos menos relevantes. Castle (2011), alerta que generalizar esse quadro pode transformar a migração em

uma utopia de um mundo de mobilidade sem fronteiras, mundo irreal, o que nem no passado e nem atualmente é visto, pois ainda se constata muitas barreiras para a plena mobilidade humana, tais como às classes sociais, as desigualdades e a discriminação, visto que a maioria das pessoas não possuem acesso a recursos financeiros suficientes e nem direitos políticos necessários para livre circulação.

Segundo Bauman (1998), o direito à mobilidade é mais seletivo e dependente da classe social do que antes. Tal afirmação, bem contemporânea, ganha força ao considerar que os migrantes internacionais representam somente 3,6% da população mundial (ONU, 2023). Englobando todo o debate em torno das limitações e barreiras da mobilidade, não se pode esquecer do controle do Estado sobre os limites que ele estabelece. Mezzadra (2015), destaca como as pessoas em mobilidade são escaladas e como o tipo de olhar que a elas é dado dependerá da situação em que se encontram:

No discurso público, nas retóricas dos governos, mas também dentro do *mainstream* das pesquisas sobre migrações, a cidadania regula o sistema de posições políticas e jurídicas que distribui os sujeitos em mobilidade em uma escala variável de abjeção e proteção, valorização econômica e exploração, pertencimento e precariedade, acesso a direitos e “deportabilidade” (Mezzadra, 2015, p. 14).

O autor demonstra como ocorre a regulação da mobilidade para a pessoa imigrante e a dicotomia com que o sistema a categoriza, remontando à década de 1970, em que o “migrante ilegal” começou a ganhar destaque nas políticas migratórias, na retórica oficial e no imaginário popular devido às taxonomias e rótulos referentes às migrações, formando um pensamento negativo do que seria o “corpo estrangeiro”.

A migração, então, se dá em diversos contextos, de forma heterogênea e sua conceituação varia a partir de qual ponto de vista ela é observada, mas, apesar de todas essas pontuações, uma coisa é certa: ao centro dela, como principal ator de sua perpetuação, está o imigrante, cujo ato de migrar inicia todas as discussões. Para Sayad (1998, p. 241), “um imigrante não é apenas o indivíduo que é; ele é também, através de sua pessoa e pelo modo como foi produzido como imigrante, o seu país”.

Sayad (1998), analisando a migração argelina na sociedade francesa, convida o leitor a **refletir criticamente sobre o processo de “acolhida” dos migrantes na sociedade nacional e se há, de fato, uma verdadeira “integração”**. Para o autor, falar da imigração é falar da sociedade como um todo, esta que apenas passa a enxergar o imigrante, a considerar a sua existência na sociedade, quando ele atravessa suas fronteiras e adentra seu território. Sua história e caminho percorridos anteriormente, suas motivações para concretizar o ato de migrar

não importam nessa narrativa, configurando uma nova forma de manifesto do etnocentrismo, uma vez que só se reconhece o que é conveniente reconhecer, e no momento certo, em que há necessidade de saber.

A visão de Sayad nos faz compreender que o imigrante carrega consigo as vivências do seu país, e, ao migrar, traz consigo sua bagagem cultural, seus costumes e influências. Logo, o espaço que ele passa a ocupar é alterado, sofrendo variações do mesmo modo que a pessoa imigrante também tem o seu viver modificado, evidenciando-se assim as trocas. Desse modo, é certo dizer que a migração está para a ordem nacional como a ordem nacional está para a migração. Ou melhor, as duas ordens nacionais, “a do país de saída e o de chegada, estão em uma relação constante, e isso ocorre por causa, principalmente, da generalização do fato nacional e, correlativamente, da emigração e imigração como fatos nacionais: como a descolonização” (Sayad, 1998, p. 265).

Dornelas (2018), resgata a parábola de Sayad sobre o *paradoxo de areia*, uma reflexão sobre a migração através da ação contínua do vento sobre a rocha, fazendo com que pequenos grãos se desliguem e sejam levados aleatoriamente para formar dunas, as mais variadas em diferentes locais. Isso é a ação contínua que diferentes povos da América Latina e África enfrentam ao se lançarem em intensas jornadas migratórias. Desta feita, três termos se tornam essenciais para compreender a migração: **diáspora, precariedade e fluxos mistos**.

Tudo começa com a **precariedade** a que estão expostos e condicionados os diversos grupos humanos. Isso abrange “a vida econômica, a estrutura social desigual, somada a uma reiterada instabilidade política ao longo de sua história, que tem produzido inúmeros fluxos de migrantes e refugiados (Dornelas, 2018, p. 122).

Decorrente dessas situações problemáticas, ou seja, tudo aquilo que perturba a vida dos indivíduos (Dewey, 1927), surge a **diáspora**, processo que leva as pessoas a deixarem o seu país (emigrar) rumo a outras nações, assim como tentaram os egípcios, sírios e paquistaneses narrados no início da introdução desse projeto.

Se por um lado é difícil a conceituação do termo “migração” por ele adquirir múltiplos significados devido às possibilidades migratórias e aos migrantes, definir e diferenciar “diáspora” torna-se mais desafiador ainda. Os termos possuem a mobilidade como experiência em comum, porém, a migração não abrange as especificidades que a diáspora traz em suas definições. Assim, é possível afirmar que “toda diáspora envolve migrações, mas nem toda migração envolve processos diaspóricos” (Fiorenzano; Barros, 2022, p.97).

A diáspora inclui o pertencer a uma comunidade, fora de sua origem, mas inscrita no entre meio de disputas culturais e políticas, tanto nas sociedades da imigração quanto de

emigração (Fiorenzano; Barros, 2022). Assim, o conceito traz uma mobilidade grupal com marcadores sociais diversos, tendo como uma de suas funções a de auxiliar os sujeitos a ampliarem o conhecimento sobre si e sobre os grupos étnicos/raciais aos quais eles fazem parte.

Segundo Dornelas (2018), as razões atuais que levam à diáspora não estão desconectadas de amplos fenômenos de migração do século passado, que se ampliam com a globalização da economia, facilidades de deslocamento e avanço tecnológico e de comunicação. Voltando ao caso dos egípcios, sírios e paquistaneses, as migrações contemporâneas são frutos das práticas imperialistas europeias no continente africano durante o século XIX, que desestruturou nações, políticas e sociedades. Nas palavras de Massey *et al.*, (1998, p. 38), “os mesmos processos econômicos que criam migrantes em regiões periféricas simultaneamente os atraem para países mais desenvolvidos”.

Importante destacar que a diáspora vai além das causas econômicas. Dornelas (2018) aponta que ela também é intensificada devido ao aumento dos conflitos armados no mundo, a violência do crime organizado, os diferentes níveis de perseguição política, étnica e religiosa, sem contar os efeitos do desequilíbrio ambiental. Estamos diante dos **fluxos mistos**, que representam as inúmeras motivações e causalidades que antecedem a migração. “Fluxos mistos significa que temos migrantes com diferentes motivações utilizando as mesmas rotas, usando às vezes estratégias similares, para entrar e transitar nos países de destino” (Dornelas, 2018, p. 123-124).

Diante do reconhecimento da discussão conceitual por trás da migração, parte-se para o entendimento das suas vastas formas, decorrentes de processos complexos e únicos, moldados ao longo da história e que ainda hoje se alteram. Todas possuem implicações sociais e, novamente, suas causas e motivações são pautas para discussões e contradições.

Mezzadra (2015) explicita muito bem isso ao questionar o que a academia entende como “migração forçada” e ao criticar a linha tênue entre esse termo e seu oposto, a “migração voluntária”, afinal, até que ponto uma migração é de fato voluntária? E até que ponto ela realmente é forçada? Qual o limite entre pontos tão opostos? O autor problematiza qualquer definição restritiva à migração forçada, e, diante da multiplicação dos modelos e experiências de mobilidade, expõe seu foco sobre as tensões e conflitos entre a pressão de uma multiplicidade de forças estruturais e o momento da capacidade subjetiva de ação, dentro da migração. Para o autor, o elemento da “força” e da “coerção”, independente da forma que se manifeste, intervém na mobilidade humana.

Como exemplos há os tipos de servidão por dívida, por contrato, por uma migração forçada do campo para a cidade dentre outras. Tais situações vão muito além dos limites dos

estudos sobre os refugiados e das pesquisas sobre tráfico e contrabando de seres humanos (Mezzadra, 2015). Tudo isso implica em uma atenção especial para a forma em que os dispositivos de coação (sujeição) e de liberdade (subjetivação) entram em cena na constituição do **campo da experiência da migração**.

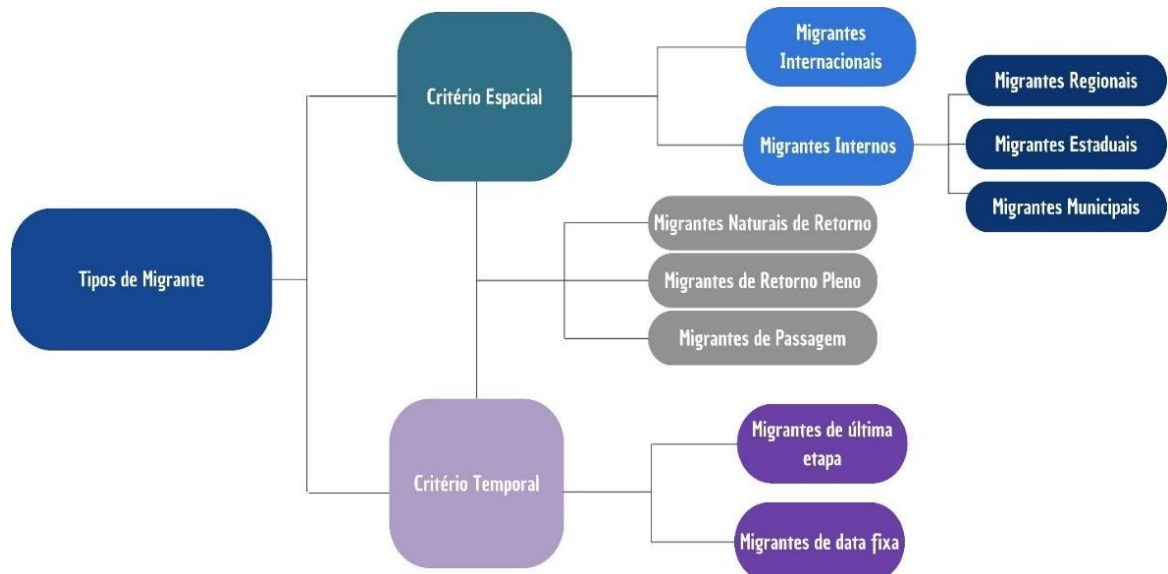
Nesse sentido, entra em pauta o conceito de “refugiado”. Para a Acnur (1997), a condição de refugiado exige que não só a situação financeira do indivíduo esteja ameaçada, mas que haja uma combinação de fatores além do econômico, pois nessa condição é intrínseco o sentimento de perda, tanto no campo social como psicológico e jurídico. Todas essas dimensões igualmente importantes forçam o solicitante de asilo a afastar-se de todo o ambiente que conhece e convive, sua casa, amigos, familiares e todas as redes sociais anteriormente estabelecidas.

Entende-se que solicitar asilo e tornar-se refugiado é a última escolha do indivíduo, que busca manter sua integridade e segurança. O ato de afastamento do país explicita os limites ao qual foi submetido, chegando à conclusão de que a única saída possível seja essa, o escape, muitas vezes em condições insalubres, cheias de inseguranças e incertezas. Assim, entende-se que refugiados são:

Pessoas que estão fora de seu país de origem devido a fundados temores de perseguição relacionados a questões de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um determinado grupo social ou opinião política, como também devido à grave e generalizada violação de direitos humanos e conflitos armados (Acnur, 2024, s.p.).

Partindo dos estudos de Cavalcanti *et al* (2017), a tipologia da migração é ampla, conforme sintetizado na Figura 1 e detalhado na sequência.

Figura 1 – Tipologia de Migrações



Fonte: Os autores a partir de Cavalcanti *et al.* (2017).

Por exemplo, a questão da *migração voluntária* ou não pode ser estudada dentro das diversas tipologias das migrações, que depende muito da análise do contexto com que se dá a mobilidade. Ademais, as qualificações dos tipos de migrante podem variar conforme critérios temporais e espaciais isoladamente ou não. Diz-se para aqueles que retornam para a própria localidade de nascimento, tendo emigrado anteriormente de lá, *migrantes naturais de retorno*. Já o termo *migrante de retorno pleno* refere-se ao migrante que sai para viver em outro lugar e retorna para a localidade anterior em algum momento, diferencia-se da categoria anterior por considerar o local de residência e não o de nascimento como ponto de referência. O tipo de migrante que complementa essa categoria é o *migrante de passagem*, representado pelas pessoas que migram para um local durante o período de análise, mas o deixam antes do término da observação, não sendo inseridos nos dados de migração. A todas essas qualificações descritas, o fator temporal é relevante como determinante da migração.

Olhando pelo lado temporal, para o indivíduo que chega no último local do seu percurso migratório, denomina-se *migrante de última etapa*. Já quando existe um intervalo específico de tempo, com data de início e fim, entende-se como *migrante de data fixa*. Olhando pelo viés espacial, os indivíduos que residem em países estrangeiros são analisados como migrantes internacionais, havendo também outras categorias para migrações feitas dentro do país: os migrantes internos; eles podem ser separados entre migrantes regionais, estaduais ou municipais, a depender da natureza da fronteira cruzada (Cavalcanti *et al.*, 2017).

Já Portes (1999), na construção de sua tipologia a respeito da migração, desenvolve os modos de incorporação do migrante na comunidade de destino, abrangendo três níveis

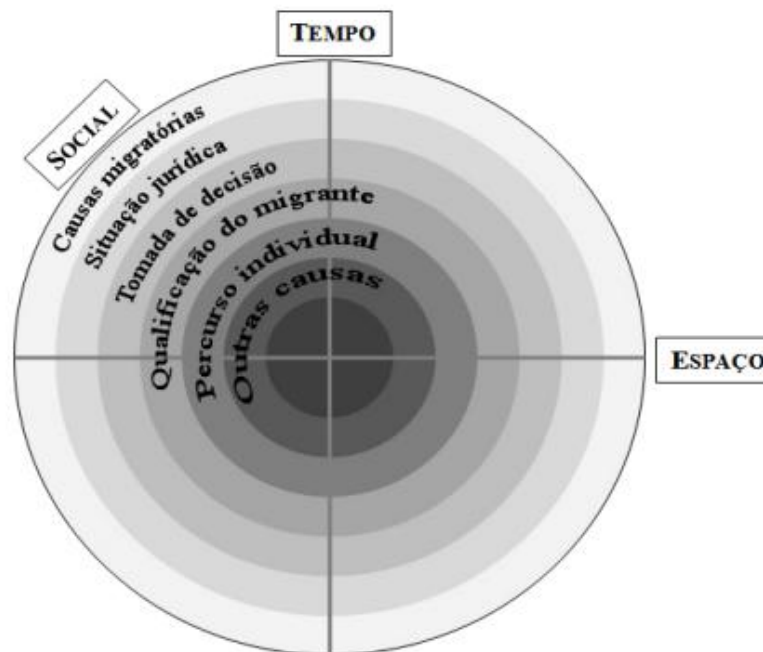
diferentes de recepção: pelo tipo de política imigratória desenvolvida pelo governo; pela atitude da sociedade em relação à recepção de migrantes; e pela comunidade étnica de pertença no país de destino. A abordagem do autor preocupa-se com a recepção e acolhimento dos imigrantes a partir de questionamentos sobre como a incorporação do indivíduo é feita, e presume que uma teoria geral das migrações dê respostas aos fatores levantados.

Por fim, podem ser destacadas as contribuições de Peixoto (1998), segundo o qual, quer sejam as conceituações mais abstratas ou as mais penderes às realidades empíricas particulares, os esforços de pesquisadores para apresentar uma tipologia para as migrações aproximam-se de algumas características em comum. O autor lista os critérios mais frequentes encontrados nos processos de categorização dos movimentos migratórios:

- a) tipo de limites territoriais atravessados, que permitem determinar se as migrações são internas ou internacionais;
- b) duração ou periodicidade do movimento, que diferenciam as migrações numa escala cronológica que vai das temporárias às definitivas;
- c) grau de voluntariedade da migração, que categoriza as migrações como “livres”, isto é, sem constrangimentos, ou “forçadas” onde há coação para que a mobilidade aconteça;
- d) motivações que estão na base da migração, sejam de caráter laboral, político, ambiental, entre outros;
- e) condição perante o trabalho de migrante ou a consideração sobre a atividade ou inatividade;
- f) tipo de atividade económica desempenhada, onde se faz referência ao setor de atividade do migrante;
- g) estatuto profissional do migrante, ou situação na profissão;
- h) nível de instrução ou qualificação profissional, que distingue entre trabalhadores indiferenciados ou qualificados;
- i) estatuto administrativo do migrante, que em conformidade com a forma como migrou pode encontrar-se em situação legal ou ilegal;
- j) lugar da migração no percurso individual, em que cada migrante se pode encontrar numa migração “primária”, “secundária”, de “retorno”, ou ainda em “migrações múltiplas” (Peixoto, 1998, p. 26 e 27).

A partir da percepção do autor, percebemos que as migrações são multidimensionais. Relacionam-se com o tempo, o espaço e o social a todo momento, resultando em uma diversidade de elementos e dinâmicas únicas presentes no processo. É por isso que se torna tão perigoso aprisionar as variadas formas e motivações da migração em caixas, visto que conceitos restritivos deixam uma lacuna na qual relevantes particularidades são deixadas de lado. Com base nos critérios elencados por Peixoto (1998), Nolasco (2016) produz um mapa tipológico para representar o tempo e o espaço em relação ao sentido que tomam sobre a espessura social na qual sucedem, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Mapa Tipológico das Migrações



Fonte: Nolasco, 2016, p. 8.

Os eixos vertical e horizontal representam o tempo e o espaço, respectivamente, enquanto o social está dividido em diversas camadas, as quais perpassam todas as áreas do diagrama e que, cruzadas com os eixos, resultam na formação dos diferentes tipos de migração. Ou seja, **a expressão social que engloba o diagrama não se delimita somente às consequências resultantes e inerentes à mobilidade, mas também, está presente nas interrelações micro e macro como causas determinantes dos fluxos migratórios**, manifestando-se nas condições jurídicas de cada migrante, nas da tomadas de decisão antecedentes ao ato de migrar, no perfil socioprofissional de quem migra, ou seja, sua qualificação, nos percursos individuais de quem sai do seu país, entre outras formas e condições sociais das migrações acontecerem.

Diante do exposto nesta subseção, fica evidente que é importante reconhecer a discussão conceitual da migração. Todavia, muito mais do que definir o termo a priori, buscar compreender suas causas, como nos ensina Sayad (1998) e Dornelas (2018), mostra-se muito mais frutífero. Isso demanda situar o interesse dos migrantes no território brasileiro, o que discutimos no próximo subcapítulo.

2.2 SITUANDO O BRASIL NO INTERESSE DOS FLUXOS MIGRATÓRIOS

A construção do território e suas territorialidades foram substancialmente influenciadas pelas migrações internacionais, possuindo mais de cinco séculos de consolidação. Ocorrendo em períodos diferentes, com motivações também distintas, as grandes migrações estiveram presentes em todos os grandes marcos históricos da América Latina, as quais geraram transformações sociais.

Para Figueredo e Zanelatto (2017), a trajetória de migrações no Brasil³ demonstra que somos reconhecidamente um país de migração, contendo singularidades e especificidades, tendo o país experimentado diferentes períodos de imigração significativos ao longo de sua história, e, recentemente, vivenciado um processo de emigração. Conforme os autores, a característica de país imigrantista surge em um longo processo histórico, consolidado com a independência de Portugal, em 1822. Porém, é em 1870 que se marca o início da vinda de um grande contingente de imigrantes portugueses, italianos, espanhóis, alemães e japoneses para a ocupação da parte não colonizada do território. O incentivo para a migração nesse período foi decorrente da proibição do tráfico negreiro (1850), a libertação dos bebês filhos de mulheres escravizadas (1871), a abolição dos escravos com mais de 60 anos (1885) e a abolição da escravidão (1888), o que demandou a substituição de toda essa mão de obra escrava.

Somado a isso, o início das ondas migratórias também está relacionado ao contexto econômico-social vivenciado na Europa no século XIX. As tensões entre trabalhadores e proprietários de terra, o esgotamento das florestas, o esgotamento das terras, as crises agrícolas, a opressão fiscal, as políticas comerciais, o desemprego e os sistemas econômicos deficientes – tudo – resultaram em uma população descrente de conseguir tornar-se proprietária rural, o que serviu para impulsionar a forte onda de imigração ao Brasil (Figueredo; Zanelatto, 2017). Esses vários grupos de povos europeus que chegaram ao país, principalmente, alemães, italianos, poloneses e portugueses, vinham com a expectativa de alcançar melhores condições de vida, incentivados pelo Estado.

Foram quase quatro séculos do sistema escravocrata, em que a transição para o trabalho assalariado se deu de forma lenta e cheia de empecilhos, tendo muitos casos de semiescravidão de imigrantes, que eram contratados por fazendeiros. Esse movimento fez com que, ainda no

³ Reconhecemos que toda tentativa de sintetizar um fenômeno tão amplo, como as migrações no Brasil, é uma tarefa extremamente difícil. Não é nosso objetivo apresentar essa discussão em profundidade, apenas justificarmos porque o Brasil é foco dos fluxos migratórios. Para conhecer esse debate em profundidade recomendamos a leitura de Figueredo e Zanelatto (2017).

século XIX os governos provinciais e o governo do Império providenciassem políticas de imigração com o fim de disponibilizar mão de obra para trabalhar na atividade cafeeira (Figueredo; Zanelatto, 2017; Santos, 2003).

Apesar de todas as adversidades encontradas pelos imigrantes nesse período, fica evidente o papel importante que eles tiveram para o desenvolvimento econômico a partir da segunda metade do século XIX, sobretudo pelo grande contingente que ingressou no país durante a transição do Império para a República. Já na década 1950, com a República Populista consolidada (1945-1964), o Brasil novamente entra no radar de destino para os imigrantes, principalmente para aqueles provenientes do Japão e da Europa, pois, em decorrência da destruição nesses territórios gerada pela Segunda Guerra Mundial e, consequentemente, a dificuldade de reconstrução, esses imigrantes juntaram-se aos que já estavam no território e foram cruciais para os processos de crescimento industrial e desenvolvimento brasileiro (Figueredo; Zanelatto, 2017). No entanto, essa história é muito mais complexa, sendo objeto de estudo sob diferentes óticas.

Partindo dos estudos de Castles (2011), é possível destacar três grandes reflexos de mudanças globais nas relações de poder que compõem a linha do tempo das migrações na América Latina. Resguardada as características próprias, a trajetória pode ser sintetizada iniciando pelo período da colonização, em que majoritariamente espanhóis e portugueses chegaram, destruíram as civilizações precedentes e provocaram parte da transformação colonial.

Posteriormente, com a chegada de novos fluxos migratórios no século XIX, conflitos relacionados à posse de terra e luta pela independência eclodiram por toda parte, em que, além dos portugueses e espanhóis, ingleses, alemães, irlandeses e outros imigrantes da Europa Oriental fizeram parte, sendo considerado um período de novos fluxos de imigração Europeia.

Por fim, com o advento da globalização neoliberal na década de 1970, Castles (2011), destaca que a desigualdade econômica assolou o mundo e reduziu o poder de quem já não o tinha para colocá-lo na mão dos dominadores “países desenvolvidos” do Norte, resultando em um fluxo migratório histórico de brasileiros para Portugal, EUA, Japão, dentre outros destinos, enquanto argentinos e equatorianos migraram maciçamente para a Espanha e Itália. Nesse processo, notam-se duas situações: a em que profissionais migram de maneira regular para países do Norte-Global, conhecida como “fuga de cérebros”, e a em que trabalhadores menos hábeis migram em condições de irregularidade, insegurança e exploração.

Portella (2018), acrescenta que, concomitantemente, entre os anos de 1970 e 1980, a América do Sul viveu um forte regime ditatorial que provocou transformações políticas por

toda a região, impulsionando os fluxos de migrantes regionais a deslocarem-se em busca de asilo político. Segundo a autora, nesse período o reconhecimento do *status* de refugiado era extremamente limitado, e abrangia somente pessoas de origem europeia, não havendo regulamentação que fosse condizente com as condições que provocaram essas migrações. Vale destacar que, em 28 de julho de 1951, a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados foi criada com o objetivo de resolver a situação dos refugiados na Europa, após a Segunda Guerra Mundial, e determinava o fator de tempo - antes de 1º de janeiro de 1951 - para reconhecimento da situação de refugiado. Posteriormente, em 1967, a restrição temporal foi retirada (Acnur, 1951; Portella, 2018).

Tendo em vista o cenário das migrações na América Latina, a necessidade de ampliar o entendimento do *status* de refugiado e sua abrangência, em 1984, foi realizado na Colômbia o Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados da América Central, México e Panamá, ocasião em que foi adotada a Declaração de Cartagena, documento elaborado com a finalidade de promover dentro dos países da região a adoção de normas internas que facilitassem a aplicação da Convenção e do Protocolo (Acnur, 2000).

Posteriormente, outras reuniões ocorreram na Guatemala, em 1989, em San José, 1994 e na Cidade do México, em 2004. Todos esses encontros foram pautados em três grandes frentes: reforçar acordos e compromissos dos governos e organizações para com a questão do refúgio, adotando compromissos como o fortalecimento da cooperação entre os Estados, no tocante à erradicação das condições que originaram o êxodo forçado, alargar a proteção internacional e, por fim, encontrar soluções humanitárias para os problemas advindos dos deslocamentos em massa (Prado; Araújo, 2020).

Somando a essa discussão, temos as contribuições de Domenech e Dias (2020), conforme os autores, o final da década de 1990 representou um período de grandes mudanças políticas, econômicas, sociais e ambientais na América Latina. Sob a ótica da migração, destaca-se a ascensão de Hugo Chávez na Venezuela, em 1999, que, apesar de chegar ao poder por meio de eleições e fruto das reivindicações populares, teve seu governo marcado por um grande padrão neoliberal de desenvolvimento e o estabelecimento de duras políticas antipopulares.

Essa influência neoliberal também foi intensificada em outras regiões, como nos governos de Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador), que, apesar de terem proposto constituições inovadoras e bastante inclusivas, elas padeceram na prática. Isso se dá pela falta de operacionalização do que consta na Constituição, principalmente, na garantia de direitos defendidos pela plurinacionalidade. No Brasil e na Argentina, apesar dos resultados eleitorais

prometerem caminhar para uma política antineoliberal, foram dominados pelas elites nacionais, pelo mercado financeiro e pela mídia.

Todas essas mudanças, iniciadas no início dos anos 2000, até geraram efeitos positivos, como aumento na taxa de crescimento econômico, das políticas sociais de combate à pobreza, de geração de emprego, na ampliação do consumo e na redução inédita da pobreza e extrema pobreza, mas não da desigualdade⁴. Diante desse otimismo, “a América Latina passou a figurar de forma significativa nas rotas migratórias internacionais” (Domenech e Dias, 2020, p. 46), sendo o Brasil consolidado como um dos principais destinos.

Logo, entendemos que as mudanças provocadas no início do século XXI trouxeram muitas novidades em relação às migrações internacionais. Elas estão vinculadas às tendências dos processos globais da mobilidade do capital e da força do trabalho, às crises econômicas e políticas, aos acordos bilaterais geopolíticos, aos processos resultantes da periferia do capitalismo global e às migrações de crise em diferentes partes do mundo (Baeninger *et al.*, 2020). Ainda conforme Baeninger *et al.* (2020), é necessário pontuar que as migrações internacionais na atualidade ganharam uma dimensão transnacional, pois observam-se que contextos locais e regionais hoje se conectam a processos globais.

No caso do Brasil, para entrar de fato na rota das migrações deste século, a combinação de alguns fatores tornou essa realidade propícia. Por exemplo, no final da década de 1990 e início do século XXI, o país viveu um grande momento de ascensão econômica, primeiramente, com a reconquista da democracia e ampliação dos movimentos sociais, posteriormente com o êxito do Plano Real, a expansão econômica, a melhoria na distribuição de renda e a redução nas disparidades entre as regiões do país (Figueredo; Zanelatto, 2017).

O primeiro governo Lula (2003-2006) teve como principais marcas da gestão a estabilidade econômica, a retomada do crescimento do país e o investimento em políticas de inclusão social. A taxa de ocupação de trabalhadores em relação ao total da força de trabalho foi ampliada, ou seja, houve queda do desemprego, e concomitantemente, ocorreu a formalização dos empregos, resultando na queda da pobreza absoluta. Esse ponto de inversão na trajetória socioeconômica brasileira superou a regressão econômica vivenciada no Brasil nas décadas anteriores (Figueredo e Zanelatto, 2017; Pochmann, 2013).

Essa expansão foi interrompida pela crise bancária financeira que assolou o mundo em 2008 e 2009, porém, a retomada ocorreu logo em 2010, devido ao crescimento econômico e ampliação das políticas de inclusão social (Santo, 2021). Foi nesse ano que entrou em vigor o

⁴ Vide que a partir de 2016 volta a crescer. Cf. Santo, 2021.

acordo de residência para nacionais dos Estados do Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a concessão de anistia migratória para migrantes não documentados e de vistos humanitários para haitianos, o que ajudou a alavancar ainda mais a imigração latino-americana, com destaque para países como Haiti, Venezuela, Paraguai, Argentina e Bolívia (Ribeiro; Marques, 2024). A América Latina como um todo acompanhou esse crescimento econômico regional, atrelado ao quadro de pleno emprego e às políticas sociais de combate à pobreza, atrativos relevantes que intensificaram a já presente migração regional e internacional na América Latina e no Caribe (Domenech; Dias, 2020).

Porém, é relevante destacar que apesar do cenário aparentemente favorável às migrações, as duas últimas décadas mostraram uma “intensificação dos processos de criminalização da migração e securitização de fronteiras em escala global na América Latina” (Domenech; Dias, 2020, p. 46). Atrelado à essa questão está o fato de que as migrações contemporâneas são marcadas pela forte presença de desigualdades socioeconômicas, destacadas como uma das várias barreiras para a plena mobilidade humana (Castles, 2011).

Ambientalmente, o caso mais emblemático aconteceu em 2010, quando o terremoto destruiu boa parte da cidade de Porto Príncipe, capital do Haiti. “Desde 2004, o mundo já assistia à explosão de violência que assolou a população do Haiti, decorrente de uma histórica ditadura militar e uma intensa miséria que continua a flagelar o povo haitiano” (Santo e Andion, 2020, p. 787). Essa catástrofe ambiental só acometeu ainda mais a população.

O Brasil ajudou com missão militar, envio de alimentos, medicação e, entre outros auxílios, recebeu (legalmente) inúmeros imigrantes no território nacional. Contudo a população haitiana ainda sofreu, em 2010, uma grande catástrofe ambiental (terremoto), que provocou a morte de 230 mil pessoas, deixando 300 mil feridos. Todos esses eventos intensificaram o processo de emigração do povo haitiano para diversas partes do mundo (legal ou ilegalmente) e a ampliação do número de refugiados originários desse país. Um dos destinos mais procurados é o Brasil (Santo e Andion, 2020, p. 788).

A partir de 2010, o Brasil também registrou a chegada dos migrantes oriundos de países africanos e asiáticos. Domenech e Dias (2020), apontam que o endurecimento na fiscalização migratória através do levantamento de muros e de um forte aparato tecnológico e bélico nas fronteiras da União Europeia e dos Estados Unidos justificam essa inclinação para o Brasil. Para Hillesheim *et al* (2022), o país voltou a ganhar notoriedade no cenário internacional das migrações a partir de 2011, no que tange à entrada de migrantes em seu território, passando a ser visto como destino e fazendo-se presente nas principais discussões que ocuparam as agendas políticas internacionais sobre migrações ao longo dos últimos anos.

De 2017 a 2019, o número de imigrantes internacionais advindos do Sul Global ao Brasil cresceu a cada ano, enquanto, em dissonância, o número de imigrantes provenientes do Norte-Global foi diminuindo. Porém, é a partir de 2020 que as imigrações do Sul sofrem uma queda brusca, passando de 166.931 imigrantes registrados em 2019 a 44.610 até março de 2020 (Baeninger *et al*, 2021).

Conforme dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra), ao todo, em 2020 foram registrados 92.749 imigrantes internacionais no país, número muito menor do que nos anos anteriores: 168.470 (2019), 121.767 (2018) e 102.717 (2017). A queda decorre por causa da pandemia global de covid-19, que desencadeou o fechamento das fronteiras e a restrição de entrada e saída do país. Foi justamente a partir de março desse ano que foram implementadas medidas restritivas à entrada de imigrantes, o que marcou o período de 2020 e 2021 como um cenário de restrições e estabilidade quanto ao fluxo migratório (Silva *et al*, 2024). Para reduzir a circulação de vetores e a proliferação do contágio no território, o fechamento desses espaços foi entendido como necessário (Pegô *et al*, 2023).

Vale lembrar que, o fechamento da fronteira com a Venezuela, por exemplo, se deu como uma medida realizada para atender os pedidos das entidades de classe, como a Associação Médica Brasileira (AMB) que expressou por meio de ofício ao governo preocupação com a entrada de venezuelanos contaminados, o que acarretaria na sobrecarga dos equipamentos e recursos hospitalares estaduais e da capital Boa Vista – RR. Também foi destacado o risco existente da circulação do vírus na fronteira (AMB, 2020). Além disso, o governo de Roraima também solicitou o fechamento da fronteira pela “vulnerabilidade da região perante a migração” (Pegô *et al*, 2023, p.312). Contudo, como explicita-se na descrição dos pedidos acima, em nenhum houve a demonstração de preocupação com o bem-estar dos migrantes e refugiados, ou preocupação com a existência ou não de abrigos na fronteira e na capital do estado.

Nesse sentido, a comunicação deve ser encarada como um importante instrumento para a participação pública em situações como essa, ela explicitará as medidas a serem tomadas dentro do plano de contingência, bem como quais são os protocolos específicos para indígenas, migrantes e refugiados em caso de novas pandemias. É justamente pela sua falta ou falha que um dos principais problemas enfrentados para a implementação das ações de combate ao coronavírus foi a falta de conhecimento e acesso adequado da população às informações quanto às medidas sanitárias cientificamente comprovadas (Pêgo *et al*, 2023).

Por fim, é somente no ano de 2022 que o número de registros de imigrantes internacionais pelo Sismigra finalmente ultrapassa o do período pré-pandêmico, ao totalizar 243.675 imigrantes registrados nesse ano, superando até mesmo os três últimos anos antes da

pandemia global. Em se tratando da situação de refugiados no Brasil, o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) divulgou em sua 9ª edição o relatório “Refúgio em Números 2024” no qual apresentou o registro de 58.628 pedidos de reconhecimento da condição de refugiado em 2023, um aumento de 16 pontos percentuais se comparado com o ano de 2022, que recebeu 50.355 pedidos (Silva *et al*, 2024).

Já no ano de 2024, segundo informes da Polícia Federal, o fluxo migratório cresceu 15%, considerando a entrada e saída de pessoas do país. A maior parte dos migrantes corresponde a brasileiros (54,2%), enquanto a outra parte divide-se entre pessoas vindas da América do Sul, Europa e Ásia (G1, 2025). Ao todo foram 31.482.323 registros de entradas e saídas de pessoas trafegando por vias aéreas, marítimas, fluviais e terrestres. Esse número representa uma forte recuperação após a pandemia, e demonstra a força da migração no país, esta que nunca deixou de ocorrer, apesar das limitações impostas.

A partir do discorrido sobre o histórico das migrações internacionais ao Brasil, pode-se afirmar que os últimos dez anos do século XXI foram marcados como a década em que o país entrou para a era das migrações (Castles; Miller, 2003). Como pontuado no subitem 2.3 deste trabalho, as migrações atuais estão fortemente vinculadas a processo globais que envolvem a mobilidade do capital e da força de trabalho, crises econômicas e políticas distintas ao redor do mundo, entre outros fatores.

O Quadro 1 sintetiza os principais momentos da migração para o Brasil, discutidas até aqui. A nova configuração geopolítica das migrações internacionais no país engendra processos migratórios relacionados às migrações de refúgio e ao incremento das solicitações de refúgio no país (Baeninger *et al*, 2021, p. 2).

Quadro 1 – Síntese das Migrações Internacionais para o Brasil

PERÍODO	CARACTERÍSTICA
1884 - 1893	As batalhas pela independência do século XIX, bem como os novos fluxos de imigração Europeia (Portugal e Espanha, principalmente, mas também Inglaterra, Alemanha, Irlanda e Europa Oriental) foram parte da transformação colonial ocorrida na América Latina. No Brasil, abolida a escravidão, houve necessidade de atrair mão de obra assalariada para o país. Concomitantemente, conflitos entre trabalhadores e grandes proprietários de terra na Europa, esgotamento de terras, exaurimento das florestas europeias, crises agrícolas e a opressão fiscal foram fatores determinantes para atrair imigrantes ao país em busca de melhores condições de vida e mais oportunidades, influenciando o fluxo migratório no país (Castles, 2011; Figueredo e Zanelatto, 2017).
1950 - 1970	Imigrantes oriundos principalmente da Europa e do Japão chegaram ao Brasil em decorrência da grande destruição causada sobre estes territórios e de suas dificuldades de reconstrução, provocadas pela Segunda Guerra Mundial. Durante a década de 1950 o país despertou novamente a atenção de imigrantes, resultando em um grande quantitativo de pessoas ingressando ao Brasil, estas que se juntaram aos que já tinham imigrado anteriormente. Esse fluxo migratório teve uma contribuição decisiva para o processo de crescimento industrial e desenvolvimento brasileiro, uma vez que os imigrantes que chegavam traziam consigo suas experiências de produção, não somente

	agrícola, mas industrial. Porém, não durou muito, foi também a partir do fim da segunda grande guerra que o Brasil enfrentou uma sensível redução no interesse de trabalhadores migrantes em se instalar em território brasileiro (Figueredo e Zanelatto, 2017).
1980 - 1990	O Brasil passou a ser conhecido como “país de emigração” durante esse período. Isso se deu devido a diversos fatores, entre eles: a crise econômica que já se alastrava desde a década de 1970, a política de austeridade implantada pelo regime militar na década de 1960, a crise da dívida externa, a falência financeira do Estado brasileiro, o desemprego, inflação alta e perda sistemática do valor real do salário. Entre os anos de 1985 e 1987 saíram do país cerca de 1,2 milhão de brasileiros, tendo os Estados Unidos como destino preferido, seguido pelo Paraguai, Japão, Uruguai, Bolívia e Inglaterra. Ao final da década de 1990 registrou-se uma ascensão eleitoral de forças políticas que, apesar de declararem-se antineoliberais, possuíam características contrárias, e não apresentaram rupturas consideráveis no sistema político, no mercado financeiro ou no domínio de elites nacionais, o que levou a questionamentos sobre as reais mudanças vividas no país (Domenech e Dias, 2020; Figueredo e Zanelatto, 2017; Portella, 2018).
1990 – 2019	No final da década de 1990, e principalmente a partir do início do século XXI, o país viveu um momento de ascensão econômica, primeiramente com a reconquista da democracia e ampliação dos movimentos sociais, posteriormente com o êxito do Plano Real, a expansão econômica, melhoria na distribuição de renda e redução nas disparidades entre as regiões do país. A junção desses fatores propiciou um cenário atrativo às empresas transnacionais, investidores e imigrantes, principalmente aqueles advindos de países latino-americanos e africanos que enfrentavam uma forte crise econômica e falta de oportunidades, buscando no Brasil maiores chances de obter emprego e renda. Muitos dos brasileiros que emigraram na década de 1980, observando tais condições de crescimento e estabilidade que o país apresentava, interessaram-se em retornar para o Brasil. Outra questão pertinente durante esse período foi o grande número de solicitações de refúgio, principalmente advindas de migrantes do Sul-Global, tendo até agosto de 2020 47.042 solicitações de refúgio registradas (Baeninger <i>et al</i> , 2021; Figueredo e Zanelatto, 2017; Portella, 2018).
2020 -2021	A partir de 2020 o número de imigrações ao Brasil sofre uma queda brusca, principalmente dos imigrantes vindos do Sul Global, cujo número aumentava a cada ano desde 2017. A queda decorre por causa da pandemia global de covid-19, que desencadeou o fechamento das fronteiras e a restrição de entrada e saída do país. Foi justamente a partir de março do ano de desse ano que foram implementadas medidas restritivas à entrada de imigrantes, o que marcou o período de 2020 e 2021 como um cenário de restrições e estabilidade quanto ao fluxo migratório. Nas fronteiras, o apelo para o fechamento foi devido à possível circulação do vírus no local. Assim, para reduzir a proliferação do contágio no território, o fechamento desses espaços foi entendido como necessário (Baeninger <i>et al</i> , 2021; Pegô <i>et al</i> , 2023; Silva <i>et al</i> , 2024).
2022 - 2024	É nesse período que ocorre a retomada do crescimento do fluxo migratório no Brasil, sendo que a partir do ano de 2022 foram registrados 243.675 imigrantes internacionais pelo Sismigra, número muito maior do que foi visto no período pré-pandêmico, superando até mesmo os três últimos anos (2017, 2018 e 2019) antes do fechamento das fronteiras e limitações na circulação. A respeito dos refugiados, houve aumento de 16 pontos percentuais nos pedidos de reconhecimento da condição de refugiado no país em 2023. Ao todo, o fluxo migratório (entradas e saídas) no Brasil teve um aumento de 15%, o número de migrantes foi composto principalmente por brasileiros. Esses números representam uma forte recuperação após a pandemia, e demonstra a força da migração no país, esta que nunca deixou de ocorrer, apesar das limitações impostas (G1, 2025; Silva <i>et al</i> , 2024).

Fonte: Os autores com base nos trabalhos de Baeninger *et al* (2021), Castles (2011), Figueredo e Zanelatto (2017), Domenech e Dias (2020), Pegô *et al*. (2023) Portella (2018), Silva *et al*. (2024).

Todo esse interesse migratório no Brasil pode ser reforçado com números. Segundo o relatório da OBMigra (2020), 1,3 milhão de imigrantes residem no Brasil. Em dez anos, de 2011 a 2020, os maiores fluxos foram da Venezuela, Haiti, Bolívia, Colômbia e Estados Unidos.

O número de novos refugiados reconhecidos anualmente no país saiu de 86, em 2011, para 26,5 mil em 2020.

As solicitações de reconhecimento da condição de refugiado também aumentaram, passando de cerca de 1,4 mil, em 2011, para 28,8 mil, em 2020. Cabe destacar, que em 2019 houve um número recorde nos registros de solicitações de refúgio no país, totalizando 82.552, o maior em toda a série histórica iniciada a partir da regulamentação do estatuto do refúgio no Brasil.

Mas esses fluxos migratórios nem sempre são estáveis e podem ser explicados a partir de diversos conjuntos de fatores. Dito isto, **o continente sul-americano torna-se um local atrativo na rota das migrações internacionais**, tendo 2,6% de sua população composta por imigrantes, de acordo com o levantamento feito pela Organização Mundial para Migrações (2020).

Durante o período de pandemia Covid-19 que se disseminou por todo globo, a mobilidade humana foi alterada consideravelmente. No caso do Brasil, registrou-se pela primeira vez mais entradas de brasileiros que estavam no exterior do que saídas do país. O cenário pandêmico foi marcado pela ausência de políticas sociais para a população imigrante, tornando-os vulnerabilizados, com risco de se submeterem às condições de trabalho escravo para sua sobrevivência (Baeninger *et al*, 2021).

Segundo Hillesheim *et al.* (2022), a partir de 2022, a retomada da mobilidade foi intensificada, porém, ainda não sendo capaz de atingir os números que antecedem a pandemia. Depois dos brasileiros, argentinos, estadunidenses, paraguaios e chilenos foram as nacionalidades que mais cruzaram as fronteiras do país em 2022 (OBMigra, 2022).

Tendo em vista a discussão sobre a trajetória das migrações no Brasil empreendida até aqui, compreendemos que **é urgente olhar para a recepção e acolhimento desses imigrantes que adentram o país, ou seja, quais são os direcionamentos que se seguem após sua chegada em território brasileiro e as principais barreiras encontradas para a integração destes**. A acolhida aqui é composta pelas práticas, leis, políticas, iniciativas, programas e ações receptoras que garantam aos migrantes internacionais e refugiados o respeito à diversidade cultural e dignidade humana, ou seja, é um conjunto de fatores que levam à integração bem-sucedida. Acolher e integrar adequadamente não só é benéfico para quem usufrui do acolhimento, mas também contribui para o desenvolvimento econômico, social e cultural dos países receptores, bem como assegura os direitos e o acesso a serviços para imigrantes e refugiados, entre eles, saúde, educação, assistência social, trabalho, assistência jurídica e segurança (ONU, 2022; BRASIL, 2005).

Somos um país formado em sua maioria por descendentes de migrantes e refugiados que vêm desde a época da colonização (ONU, 2022). Apontado como o principal destino das migrações sul-americanas na atualidade, o Brasil tem o potencial de acolher através da criação, efetivação e acompanhamento de políticas públicas. Figueredo e Zanelatto (2017) descrevem que:

O atual cenário econômico brasileiro tem atraído a atenção de migrantes de várias partes do mundo, da Europa e, principalmente, de países menos desenvolvidos da América Latina, levados a acreditar que a posição de destaque ocupado pelo Brasil no cenário econômico mundial nos últimos anos possa proporcionar-lhes melhores condições de vida que aquelas que vêm experimentando em seus países de origem, principalmente aos trabalhadores que tiveram suas pátrias destruídas por catástrofes naturais, ou que venham sofrendo perseguições em virtude de conflitos internos (Figueredo; Zanelatto, 2017, p. 85).

Esse trecho deixa em evidência a relevância do Brasil nas rotas migratórias atuais e corrobora com Hillesheim *et al.* (2022), que sinalizam para a forma como o país se coloca diante das novas ondas migratórias e evidenciam os desafios das políticas públicas brasileiras em relação ao acolhimento e ao acompanhamento dos imigrantes⁵, que ainda é falha, pois, em muitos casos, o Estado não se faz presente através de suas políticas, ou, quando essas existem, falham por falta de operacionalização e/ou efetividade.

São nessas “brechas”, ou melhor, nesses incômodos, sentidos nos atos de resistir para existir (Dewey, 1939), que o público vai se formando, buscando enfrentar ou resolver os distúrbios, lançando um olhar diferente sobre a situação problemática. Essa mobilização vai além da esfera governamental e oferece uma nova interpretação para as políticas públicas e o papel do Estado e do governo (Andion *et al.*, 2017). Isso reforça a importância de se analisar a migração através da inovação social, como discutido na sequência.

2.3 MIGRAÇÃO, INOVAÇÃO SOCIAL E AS CONTRIBUIÇÕES PRAGMATISTAS

Adotando uma abordagem pragmatista para os estudos de inovação social, esta dissertação considera que práticas inovadoras emergem de situações problemáticas concretas, nas quais diferentes atores sociais se mobilizam para transformar suas condições de vida. A migração, nesse sentido, é um campo fértil para observar como essas práticas são específicas e se consolidam em meio a contextos de crise e vulnerabilidade.

⁵ Tema que será melhor abordado no capítulo 4.

A junção “inovação social” e “migração” já foi realizada por outros autores. Moralli (2023) investigou o papel desempenhado pela inovação social no desafio à exclusão e à marginalidade em relação à governança da migração na Europa. A autora conclui que a inovação social pode apoiar e implementar soluções criativas que reúnam intervenientes da sociedade civil e administradores locais. Para tanto, “o estudo de práticas socialmente inovadoras pode ser útil para explorar o crescente envolvimento de atores não estatais na governança da migração e as suas potencialidades em termos de ação coletiva” (Moralli, 2023, p. 2). Isso sinaliza a importância de identificar quais são as principais práticas em torno da recepção e do acolhimento aos imigrantes, pois é a partir das ações que estaremos diante dos principais desafios, justamente os pontos que os atores buscam responder ou visibilizar.

Silva (2017), estudou a formação das redes de acolhimento no Brasil em torno da migração haitiana. Concluiu afirmando que a falta de políticas públicas de acolhimento e de inserção sociocultural é o maior empecilho para a migração haitiana, dirimido com ações que emanam da sociedade civil e dos próprios migrantes que buscam dar suporte nessa causa. Aqui, mais uma vez, fica evidenciado a importância prática de identificar as ações em curso no território.

Diante de inúmeras manifestações de imigrantes e refugiados em Florianópolis, Santo e Andion (2020) articularam a visão da inovação social aos problemas públicos e à imigração, onde foi possível levantar a historicidade do problema público, cartografar a rede de atores socioestatais que se articulam em torno do Centro de Referência e Apoio ao Imigrante (Crai) de Florianópolis e observar as atividades de duas iniciativas desse ecossistema. Os autores evidenciam todo aparato estatal criado para desarticular o Crai e a campanha anti-imigração na cidade.

Vemos, então, que poucos trabalhos promoveram a junção entre o estudo da migração internacional e a inovação social, que se mostra fundamental para compreender e abordar os desafios contemporâneos de maneira eficaz e inclusiva. A migração internacional envolve o movimento de pessoas entre países, trazendo consigo uma diversidade de culturas, habilidades e perspectivas. Essa diversidade é uma fonte rica de inovação social, pois promove a troca de ideias e práticas que podem levar a soluções criativas para problemas sociais.

Apesar de existirem muitos estudos sobre inovação, a temática torna-se recente, pelo menos aos olhos do poder público e da mídia, quando o foco passa a ser o social. Tradicionalmente, está vinculada ao campo econômico e tecnológico. Essa noção decorre da possibilidade de maximização de lucros por parte das organizações privadas (Mulgan *et al.*, 2007), entendimento decorrente do conceito de Inovação Tecnológica (IT).

Porém, o conceito de inovação é amplo, acumulando muitas variações do seu significado ao longo do tempo, este cada vez mais complexo. A inovação tem sido utilizada para definir métodos e ferramentas de transformação em diferentes esferas da sociedade (Murray *et al.*, 2010).

Atualmente, evidenciada pelos autores Domanski *et al.* (2020), parte da literatura internacional propõe uma mudança paradigmática nos fundamentos da inovação. O novo paradigma possui três características fundamentais: o processo de inovação se abrindo para a sociedade; a inovação direcionada desde os principais desafios sociais, e um maior reconhecimento das inovações não-tecnológicas, voltadas para a mudança das práticas sociais.

Apesar de ser vasta a produção a respeito de inovação, “os marcos teóricos que definem a inovação social são relativamente recentes, bastante diversos e nem sempre consoantes” (Fraga, 2021, p. 51). Por isso, a propagação dos estudos em inovação social cresce dentro de um cenário complexo, em que se percebe a dificuldade das estruturas existentes e das políticas estabelecidas para eliminar problemas no âmbito social, ambiental e econômico da atualidade, o que serve como incentivo para o desenvolvimento de estudos na área para a promoção de inovações sociais (Domanski *et al.* 2020).

Mais do que recensar todas as taxonomias e historicidade da inovação, buscamos contribuir com um movimento recente que escapa da normatividade e polarização do termo para focar na construção de alternativas no campo de estudo das inovações sociais (Andion *et al.*, 2017; Domanski, Howaldt e Kaletka, 2020; Santo, 2024; Santo e Voks, 2021) produzidas pelas interações entre a criatividade das ações e a regularidade do instituído (Andion *et al.*, 2021). Neste trabalho, seguimos com o enfoque pragmatista das inovações sociais.

Falar de inovação social pragmatista é falar da interação dos atores entre si e com o problema. É coerente afirmar que as inovações não nascem em um vazio, sem um motivo e uma sucessão de eventos anteriores à sua eclosão, ou seja, elas não vêm do zero. Conforme Andion *et al.* (2017, p. 381), as inovações sociais “se apoiam em campos de causa, nos argumentos, nos significados e nas práticas construídas sobre o problema público ao longo do tempo”.

Na perspectiva pragmática, as inovações sociais ocorrem de forma sucessiva (idas e vindas) e não linear. Antes, durante e depois do processo de formação podem ser feitos ajustes, acordos e negociações entre a pluralidade de atores, demonstrando a capacidade da coletividade de se reinventar, inseridas no contexto da arena pública, onde emergem as interações e influências de atores humanos e não humanos (Andion *et al.*, 2017).

Sob a óptica pragmatista, coloca-se a inovação social como possibilidade de resposta aos problemas enfrentados pela sociedade, a fim de dar visibilidade a eles e/ou tirar da estagnação. O objeto central dessa abordagem é compreender o processo de passagem do individual para o coletivo, ou seja, ajustes, conflitos, acordos e negociações entre a pluralidade de atores socioestatais (do poder público, do setor privado e da sociedade civil), que ao se engajarem formam uma ampla rede (ecossistema) e geram dinâmicas de mudanças sociais (Santo, 2021). **Termos como situação problemática, público, problemas públicos e experiência entram em cena para compreender os EIS**, e, neste projeto, recorre-se a estudos de autores pragmatistas como John Dewey e Daniel Cefaï para conceituá-los.

Segundo Cefaï (2017), tudo começa com um “distúrbio” decorrente de uma “situação problemática”. Para o autor, a situação problemática ocorre quando “as reações habituais de um organismo às solicitações de seu ambiente já não proporcionam a satisfação de suas necessidades e de seus desejos” (Cefaï, 2017, p. 188). Os organismos, em sua totalidade, reconhecem uma crise que afeta sua forma de viver, ou seja, um distúrbio, e a partir desse momento, buscam respostas a fim de compreender o que provocou a anormalidade, para logo em seguida tentar resolvê-la. O distúrbio é de ordem afetiva, sensível e normativa (Cefaï, 2017). Nesse processo, transforma-se o meio de vida e as relações que são mantidas com ele. Os atores envolvidos, os coletivos, não buscam respostas simplesmente para saber, mas para que se possibilite fazer algo, tomar uma ação.

Quando esses atores percebem que a vida já não pode continuar com a recursividade dessa dada problemática, eles se associam, no sentido de articulação, de juntar forças e demandas, definindo os líderes, para fazerem suas vozes serem ouvidas e para convencerem. “Tomam a palavra, testemunham, avaliam, argumentam, criticam, interpelam a mídia e os poderes públicos. Quando estes não intervêm, buscam soluções em sua própria escala” (Cefaï, 2017a, p. 188), através de projetos e ações que possam regular ou, ao menos, melhorar a os impactos causados pela situação problemática (Dewey, 1927) que causou um distúrbio em suas vivências. Isso foi muito bem observado por Santo e Andion (2020), ao estudar a insatisfação geral dos imigrantes e refugiados em Florianópolis, que lutavam por melhores condições de trabalho e vida digna.

Figura 3 – Imigrantes e Refugiados protestando no centro de Florianópolis



Fonte: Santo e Andion, 2020, p. 788.

Em outras palavras, pretende-se imputar responsabilidades, denunciar negligências ou infrações, eventualmente designar vítimas e culpados, em suma, fazer julgamentos de ordem estética, moral, legal ou política a fim de reparar os danos ou punir os erros (Cefaï, 2017; Gusfield, 1981). Nesse processo, a depender do seu desenrolar, da publicidade que ganhe, novas camadas são inseridas: pessoas de fora começam a enxergar a situação problemática; a amplificação da discussão envolve organizações diferentes, com posições e atuações distintas, até que o distúrbio se torne um problema público – ou seja, o público se une para enfrentar ou denunciar o que lhe incomoda.

No tocante ao público, Dewey (1927) acredita que uma associação entre duas ou mais pessoas surge quando a problemática extrapola o âmbito privado, ou seja, quando a ocorrência de uma anormalidade gera insatisfação geral, por mais diferentes que sejam os indivíduos que ela tenha afetado, direta ou indiretamente. Portanto, o problema público nasce a partir da experiência sentida, como dito na justificativa deste projeto, está radicado no padecer e no compadecer das causas individuais.

A construção de um problema público jamais ocorre isoladamente, pois, **nos bastidores dele há coletivos atuantes e diversas camadas da sociedade** (mercado, mídia, governo, migrantes etc.) - todas defendendo o seu ponto de vista, que nem sempre converge. A existência por si só de um público para um dado problema não indica a sua resolutividade, ao contrário, determinadas demandas podem ser amplamente arrastadas e ou recursivas (idas e vindas). Segundo Santo e Voks (2021b), “seria ilusão acreditar que uma autoridade poderia, sozinha, impor um fim a uma controvérsia [...] ou que uma causa já conquistada, não seja desmantelada”.

Portanto, até as conquistas podem sofrer retrocessos e demandar novas articulações e enfrentamentos nos espaços públicos.

Essa discussão serve de pano de fundo para os estudos dos Ecossistemas de Inovação Social (EIS), que, segundo Andion *et al* (2020), visa reconhecer a difusa rede de atores (ecossistema), o problema em comum, a resposta do Estado (criação de leis, políticas públicas e programas governamentais) e, disso, compreender como surge, ou não, as inovações sociais – um processo de mudança social, resultado do enfrentamento de uma determinada situação problemática.

O termo “ecossistema” originalmente significa “um conjunto dinâmico, incluindo um ambiente natural ou biótopo (água, solo, clima e outros elementos inorgânicos) e os seres vivos ou biocenose (animais, plantas, microrganismos) que são encontrados (Levésque, 2016, p. 2). Logo, compreende-se que um ecossistema seja composto por um sistema dinâmico, interdependente e em constante movimento, interligado pelas interações existentes entre os agentes e o meio (Santo e Voks, 2021a).

Assim como no caso do entendimento da inovação, é comum vincular o ecossistema de inovação à exemplos como o do Vale do Silício, nos Estados Unidos, onde instituições de pesquisa, investimentos privados, empreendedores e o Estado como catalisador criaram condições ideais para a inovação tecnológica. No caso descrito, o ecossistema de inovação é composto pela atuação de múltiplos atores agindo em prol do desenvolvimento tecnológico cujo foco é catalisar a ação empreendedora (foco no lucro). Observamos que a linguagem da inovação foi cooptada pela área científico-tecnológica e empresarial e funciona quase como sinônimo de inovação (Fernandez, 2016). Associar ecossistemas de inovação, bem como a própria inovação somente à tecnologia é limitar a sua abrangência e aplicação nas mais diversas áreas.

Para Fernandez (2016), o EIS pode ser definido nos mesmos termos que um ecossistema de inovação tecnológica: ambiente em que a inovação é favorecida por um conjunto de agentes e causas múltiplas. A diferença está na finalidade dos dois termos, sendo o EIS voltado a cobrir necessidades sociais, como: igualdade, educação, trabalho digno, no caso deste projeto, o acolhimento e recepção de migrantes e refugiados.

Andion *et al.* (2020) consideram que a abordagem pragmatista dos EIS permite compreender as redes que fomentam a inovação social, formadas tanto por iniciativas sociais (que promove a ação) como por atores de suporte (quem apoia ou financia a ação). Nesse sentido, os EIS formam uma espécie de comunidade, envolvendo iniciativas e práticas na promoção de processos colaborativos, fator fundamental para as inovações sociais. Isso

demanda reconhecer os múltiplos atores, suas interações e religá-los em uma malha reticular, possibilitando a observação das experiências *in situ*. Nesse ponto, as autoras defendem que as cidades são laboratórios vivos de experimentações em diferentes escalas territoriais e espaços, nos quais os EIS são formados e se desenvolvem.

Ansell (2012) chama essas experimentações entre os atores de “*design experiment*”, em que o experimentador assume que a interação ocorre, necessariamente, entre o experimento e o cenário no qual ele é conduzido. Em suma, a experimentação democrática considera os diferentes públicos como experimentadores e sujeitos da “investigação pública”, logo, não há necessidade de uma intervenção de autoridade exterior dentro da forma como os atores se organizam e interagem. As mobilizações e ações que surgem localmente se constroem em cima de todo um histórico de acontecimentos, os quais devem ser observados e compreendidos, sem que soluções mágicas sejam trazidas “de fora”, principalmente quando estas não consideram a contextualização da problemática e a relação desta com as iniciativas.

Considerando o discorrido acima, a leitura pragmatista possibilita lançar um novo olhar para os EIS e, a partir dela, Andion et al. (2020, p. 188-189) chegam aos quatro pressupostos:

- **Pressuposto 1:** Os EIS estão imersos em trajetórias longas de configuração dos problemas públicos em territórios específicos (possuindo inscrição temporal e espacial).
- **Pressuposto 2:** Interpreta as dinâmicas de inovação social enquanto processos de mudanças (incrementais ou mais amplos) que produzem consequências e que emergem das associações entre múltiplos atores humanos e não humanos (indivíduos, coletivos, organizações, instituições, tecnologias, metodologias etc.).
- **Pressuposto 3:** Examina as dinâmicas de inovação social enquanto imersas em “campos de experiências” (Cefaï, 2017a) nos quais diferentes públicos se engajam na solução de situações problemáticas e em processos de investigação pública.
- **Pressuposto 4:** Para analisar o alcance e as consequências das dinâmicas de inovação social se torna importante religá-las aos processos de mudança social mais amplos, considerando a conexão implícita das dimensões macro, meso e micro da realidade social e privilegiando uma perspectiva longitudinal.

As autoras salientam que no encadeamento dos EIS observar as práticas dos atores e suas conexões ao longo do tempo é uma tarefa central. Desse modo encontra-se uma abertura para adentrar nas arenas públicas que se formam, situar o grau de engajamento das iniciativas no enfrentamento dos problemas e assimilar como as dinâmicas reconfiguram (ou não) tais arenas. Os atores aqui têm o papel de se definir, explicitar sua capacidade crítica ao argumentar e justificar suas ações. Na próxima seção, essa questão será aprofundada ao introduzir a atuação do EIS dentro da fronteira, e situar a importância de ser construído por dentro – trabalho que vem sendo feito pelo Obisfron.

2.4 ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Os avanços das pesquisas voltadas ao estudo das fronteiras, bem como o desenrolar da vida social, permitiu que os estudos fronteiriços adquirissem novas concepções, distintas daquelas outrora imersas na taxonomia de fronteira como fim do Estado, ou um território exclusivo de ilícitos. Mas, apesar do avanço nessa agenda de pesquisa, ainda não foi o suficiente para que o termo não ficasse negligenciado (Cardin e Albuquerque, 2018; Benedetti, 2018; Santo e Voks, 2021a).

As nações têm redefinido seus limites territoriais a todo momento, não só isso, mas o seu padrão político e cultural, devido a vários movimentos migratórios, o que resulta no embate direto entre os limites políticos dos Estados nacionais com a mobilidade das populações (Albuquerque, 2010).

Apesar disso, Anzaldúa (2012), nos ensina que a fronteira não necessariamente indica o espaço geográfico, pois ela recorrentemente está em processo de mudanças culturais, espaciais e identitárias. Assim, a autora compreende *Border* como a fronteira geográfica, enquanto *Bordelands* representa a fronteira cultural. “*Border* são configuradas para definir os locais que são seguros e inseguros, para distinguir nós e eles. *Border* é uma linha divisória, uma faixa estreita ao longo de uma beira íngreme.” (Anzaldúa, 2012, p. 27). Já *Borderland*, a autora descreve como “um lugar vago e indeterminado criado pelo resíduo emocional do limite não natural. Está em um estado constante de transição” (Anzaldúa, 2012, p. 27).

A visão de Anzaldúa é extremamente importante para o estudo da migração internacional em zonas de fronteira, pois é justamente no ato de reforçar a existência da fronteira (*Border*) que a falta de recepção e acolhimento pode acontecer. Mesmo a fronteira sendo um espaço permeado por todas as paixões, emoções e conflitos territoriais (*Borderland*).

Nessa ótica, o debate em torno da migração se amplia quando é contextualizado em territórios fronteiriços, uma vez que são compostos por limites nacionais. É um espaço que delimita a soberania de um Estado para o outro e que nele são deliberados esforços para manter, acima de tudo, a segurança nacional. Os padrões políticos, culturais e as fronteiras das nações são redefinidos a todo momento, pois, segundo Albuquerque (2010), os vários movimentos migratórios ao redor do globo tendem a ser influenciados por inúmeras razões, estando sempre mudando.

Portanto, nesta pesquisa, a fronteira é pensada a partir dos atores que compartilham, além dos limites geográficos, experiências, culturas, programas governamentais, comércio, entre outras diversas trocas, lícitas, ilícitas e até ilegais, no qual o território está muito além das delimitações físicas (Santo, Voks, 2021a); transforma-se em espaços de vida formado com carne, osso e sangue de indivíduos, os cidadãos fronteiriços que ali vivem (Santo, Voks, 2023).

Sendo, portanto, um local com tantas singularidades, a fronteira precisa ser vista de dentro, compreendendo os movimentos e interações articulados pelos atores participantes das arenas públicas que permeiam a região, esta que, apesar da interconectividade global, demanda um olhar atento sobre suas dinâmicas e demandas específicas. Nesse sentido, Costa (2011, p. 137), afirma que:

Para entender a fronteira, como ela é, carece entender o sentido de viver, de ser da fronteira, portanto de percebê-la como lugar. Trata-se de um espaço que carrega, como outros, particularidades oriundas do arranjo territorial forjado nas relações sociais (territoriais) e, portanto, de poder, historicamente constituídas.

É isso que vem sendo feito pela equipe do OBISFRON, cujo objetivo é contribuir cientificamente com o estudo dos EIS e políticas públicas, e, localmente e de forma prática, com a identificação e o mapeamento da inovação social da fronteira Brasil-Bolívia, especificamente nos municípios de Corumbá e Ladário (Brasil) e Puerto Quijarro e Puerto Suarez (Bolívia). Nessa zona fronteiriça, os problemas públicos são diversos e intensificados devido à peculiaridade do local, pois as estruturas municipais são compartilhadas por brasileiros, bolivianos e migrantes que estão ou que passam na fronteira.

Compreendemos que as cidades são globalmente interconectadas através de sistemas políticos, econômicos, sociais, ambientais e técnicos. Logo, faz-se urgente, ainda mais nos tempos atuais, que a pesquisa científica e política andem juntas para a idealização de um futuro sustentável, em todos os aspectos - social, econômico, ambiental etc. - superando assim os desafios da conexão entre as cidades, valorizando aspectos ecológicos em diversas áreas e melhorando a saúde, a educação e a qualidade de vida da população.

Santo e Voks (2021a) estudam o EIS na fronteira Brasil-Bolívia e afirmam que para reconhecer como o campo dos estudos fronteiriços é inseparável dos processos de experiências dos atores, é preciso focar na compreensão da importância dos EIS para o desenvolvimento das zonas de fronteira. O reconhecimento de um EIS “é uma forma democrática de demonstrar e apoiar as experiências participativas nessa fronteira, colocando em destaque a ação das comunidades (seus desafios, atividades, necessidades e parcerias)” (Santo, Voks, 2021, p. 87).

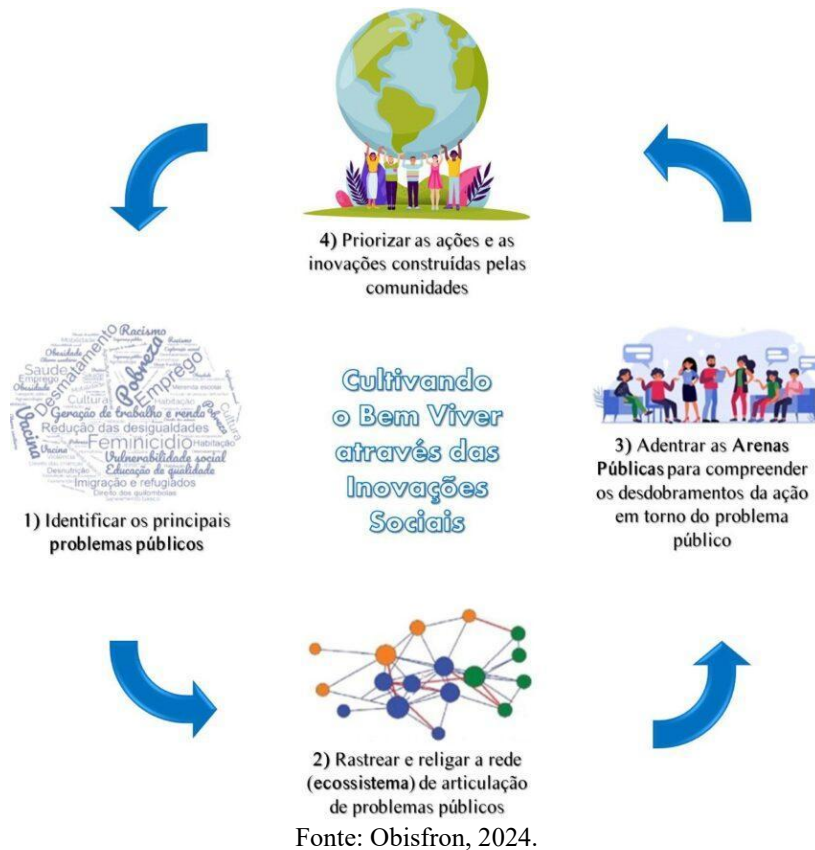
Portanto, este estudo está inserido na agenda de pesquisa do NEISF, e, conforme apresentado na justificativa teórica, o reconhecimento do EIS dentro da temática de acolhimento e recepção dos imigrantes na fronteira Brasil/Bolívia - a partir da cartografia dos dados - auxiliará no abastecimento de dados do OBISFRON e no religamento da rede de atores.

O Obisfron é descrito como:

Um dispositivo técnico [tecnologia social] que permite compreender como ocorre a inovação social (um processo de mudança social, resultado de um enfrentamento de um problema público) através do mapeamento de uma rede de iniciativas (que promove a ação) e de suporte (que financia e/ou apoia a causa), identificando suas interações, seu campo de atuação (meio ambiente, infância, saúde, educação e outros) e como isso reflete um Bem Viver coletivo para essa comunidade (Obisfron, 2023).

A plataforma social e colaborativa apresenta em sua proposta o olhar para a fronteira, onde as transformações acontecem. As iniciativas e seus suportes são catalogados e fazem parte da construção da rede. Parte-se da justificativa de que é imprescindível conhecer a fronteira desde dentro dela; o EIS é construído a partir do ponto de vista dos atores que sentem, experimentam e vivenciam o que ocorre nesse espaço, mas não só isso, como também se colocam atuantes nesse cenário, não apenas sendo meros telespectadores. Metodologicamente, o Obisfron estuda os EIS da seguinte maneira:

Figura 4 – Metodologia do Obisfron



Na primeira etapa ocorre a **identificação dos principais problemas públicos**. Para tal, é preciso conhecer quais são as práticas dos atores respondendo às perguntas: o que fazem? Como fazem? Dessa forma será possível identificar os problemas que muitas vezes são invisibilizados pelo Poder Público. Essa etapa vai ao encontro do que Grimson (2020) acredita: o estudo da fronteira deve partir daqueles que a compõem, os fronteiriços! Logo, reconhecemos as características socioterritoriais da fronteira Brasil-Bolívia, priorizando um diálogo inclusivo, que priorize a diversidade cultural, a interculturalidade, a plurinacionalidade e o pluralismo político. Na sequência da identificação, um segundo levantamento é realizado, este que dividirá os problemas em áreas específicas para que a discussão referente à problemática seja endossada.

Por fim, dentro dos problemas públicos identificados pelo Obisfron, conforme Figura 5, esta pesquisa impacta diretamente na problemática “Imigração e Refugiados”, visto os inúmeros dados apresentados na introdução deste projeto que não só destacam as falhas na recepção e acolhimento dos imigrantes e refugiados que adentram a cidade de Corumbá, mas também demonstram como essa demanda é rodeada de preconceitos, polêmicas e estigmas sociais.

Figura 5 – Problemas Públicos



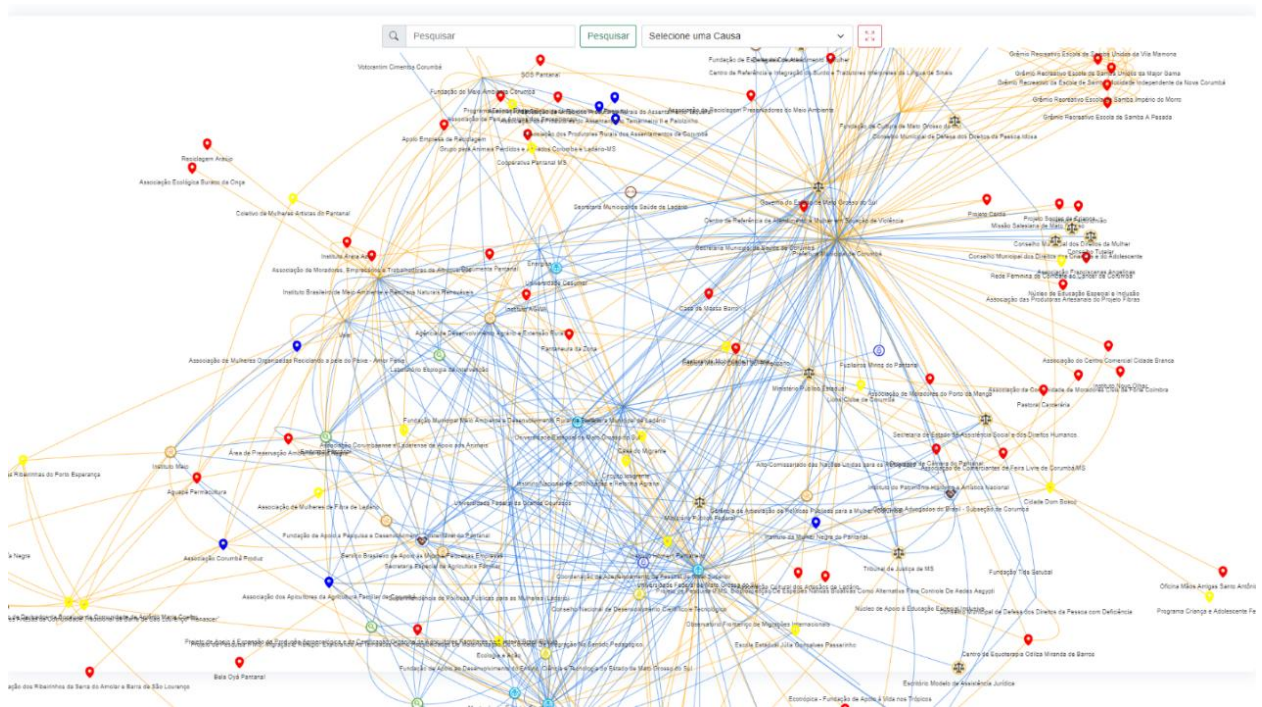
Fonte: Obisfron, 2023.

Em seguida, passa-se a **rastrear e religar a rede (ecossistema) de articulação de problemas públicos**. Explica-se a importância dessa etapa narrando a seguinte situação: se uma iniciativa atua sozinha, sem uma rede de outras iniciativas e suportes, seja por não ser reconhecida ou invisibilizada, ela se torna muito mais vulnerável e propensa a “quebrar”, enfraquecer ou extinguir-se, visto que quando não há nenhuma forma de apoio ocorre o isolamento. Com o isolamento, não é possível dialogar, trocar ideias, soluções e até mesmo é mais dificultoso engajar a sua pauta e atrair novas pessoas para a causa. A partir dessas considerações, a atuação do OBISFRON se dá não só na religação das conexões das organizações que promovem a ação (iniciativas) e das que apoiam ou financiam a causa (suporte) mas também na identificação de seu campo de atuação (meio ambiente, infância, saúde, educação e outros). Por fim, esse mapeamento contribui para o fortalecimento democrático, visibilizando a luta de várias comunidades.

Como resultado do religamento da rede (Figura 6), na plataforma do Obisfron constam dados atualizados, organizados e sistematizados que se relacionam não apenas com o momento presente, mas indicam tendências em termos das dinâmicas de inovação social na cidade (Obisfron, 2023). Esse processo corrobora com a construção coletiva de ideias na busca pela

solução de problemas, além de gerar uma rede comunitária e colaborativa que fortalece a experimentação democrática.

Figura 6 – Ecossistema de Inovação Social pelo Obisfron



Fonte: Obisfron, 2024.

A rede é dinâmica e seu formato de “teia” facilita a interação dos usuários, possibilitando que “puxem” uma iniciativa e vejam quais outras estão diretas ou indiretamente atreladas a ela. Essas conexões foram apontadas nos questionários preenchidos pelos atores cadastrados nessa plataforma, a qual ainda está em crescimento, pois o mapeamento é constantemente ampliado por novas interações e novos atores. Ao clicar nos ícones em destaque, as interações existentes entre o ator selecionado e os outros do ecossistema ficarão evidentes. As interações com os atores de suporte são marcadas por linhas roxas e com as iniciativas de inovação social por linhas amarelas, como apresentado na Figura 6.

A terceira fase do OBISFRON demanda **adentrar as arenas públicas para compreender os desdobramentos da ação em torno do problema público** decorrente da etapa anterior. Após conhecer quem são os atores e o que fazem, cabe perguntar: e o que essa ação resulta? Como se desdobra mediante o problema combatido? Para Cefaï (2012) a arena pública representa um espaço de confrontação e cooperação no qual os problemas públicos são significados e compartilhados e, onde vários atores e instâncias, para além do aparelho do Estado, se articulam em torno deles mesmos.

A arena pública, diga-se de passagem, não é um local físico e nem institucionalizado. Ela é coproduzida como um fórum de discussões em que os atores indagam, exigem, discutem, colocam-se contra ou a favor de decisões, enfim, tomam posições e argumentam para que sua pauta e seu posicionamento ganhem espaço no auditório. Ela é um lugar de impasses e oposições, e nem sempre a vontade da maioria é a que prevalece, pois, na defesa dos interesses ímpares, entram as características do campo e do mercado como grandes influências para o desenrolar das pautas: na arena pública são formas de poder o lucro por meio da troca (lógica do mercado) e a dominação entre grupos sociais (lógica do campo), logo, quem detenha determinado poder pode influenciar as opiniões públicas e o rumo das discussões, por exemplo, agindo tanto para publicizar uma causa ou abafá-la em benefício próprio (Cefai, 2017).

Como resultado dessa etapa, conhecemos dentro dos problemas públicos o que de fato é feito, superado ou arrastado ao longo do tempo e quem são os atores de dentro de cada causa e qual o papel do poder público nesse processo. A finalização deste levantamento se dá pelo conhecimento das leis e políticas que tratam de cada problema em específico, assim, identificamos também no que o Estado se propõe a atuar e como ocorre (se ocorre) o que é determinado. Essas são algumas das questões-chave que permitem compreender o problema público em profundidade.

Encerrando o ciclo, a última etapa abrange **priorizar as ações e inovações construídas pelas comunidades**. Entendemos que após todo o processo de identificação, rastreamento, religamento e inserção no que tange às iniciativas, aos atores e os respectivos problemas públicos, é preciso envolver o Poder Público como apoiador das inovações que emergem localmente.

Esse apoio pode ocorrer de várias formas: financiando as ações; visibilizando a luta dos atores e permitindo a sua participação na política (governança); e transformando as práticas bem-sucedidas das iniciativas de inovação social em programas de governo e/ou políticas públicas efetivas. Como no exemplo citado anteriormente, sobre o caso do Vale do Silício, é preciso que todas as esferas dentro da sociedade se alinhem e atuem dentro do que lhes corresponde para apoiar a consolidação dos Ecossistemas de Inovação e sua sustentabilidade, em especial, questões sociais que por muito tempo foram colocadas em segundo plano.

Para isso, é necessário que haja um fortalecimento da democracia, buscando soluções para os problemas de maneira conjunta entre o Estado e a sociedade. O fim desta última etapa não significa o fim dos problemas e nem das atividades, pois, a vida é contínua, novos problemas surgirão, outros seguirão se arrastando no decorrer do tempo, e ainda há aqueles tão

enraizados na sociedade que são tratados como “culturais”. Portanto, a etapa 4 da operacionalização do Obisfron não é o fim do problema público (Obisfron, 2024).

2.5 SÍNTESE DO CAPÍTULO

Neste capítulo, buscamos apresentar um balanço das principais categorias que permitiram a construção desse trabalho. Iniciamos discorrendo sobre a migração e algumas de suas modalidades. Após essa apresentação, situamos a discussão e a modalidade trabalhada nesta pesquisa: a migração internacional.

Na sequência, focamos em levar a discussão para dentro do território brasileiro, contextualizando como a migração internacional está enraizada na história do Brasil e como as tendências nacionais e internacionais influenciam os fluxos migratórios no país – destacando algumas particularidades intrínsecas à fronteira. Nesse cenário, ficou evidente a relação entre variados fluxos em diferentes períodos históricos no país e no mundo, recebendo influências nos campos econômicos, sociais, políticos e, mais recentemente, ambientais.

Uma vez entendida a relevância das rotas migratórias dentro do Brasil, visualizam-se também os desafios para a efetivação das políticas públicas brasileiras em relação ao acolhimento e acompanhamento dos imigrantes e refugiados. Algumas “brechas” são formadas e geram incômodos. São nesses pontos em que as ações do Estado não chegam que surgem as mobilizações para além da esfera governamental, o que reforça a importância de analisar a migração a partir dos EIS. Nesse sentido, apresentamos o conceito de EIS como forma de reconhecer e fazer valer a experimentação democrática. A ideia é de que o social seja construído pelo público, especificamente, os fronteiriços que aqui vivem, e para isso, o Obisfron trabalha reconectando a rede formada por iniciativas e suportes que atuam na região.

Por fim, o Quadro 2 sintetiza a fundamentação teórica, que permitiu localizar importantes categorias que vão nortear a condução do trabalho empírico e futura análise.

Quadro 2 - Síntese dos elementos conceituais apresentados na contextualização teórica	
Operadores analíticos	Conceito
Migração	Refere-se ao deslocamento de pessoas num determinado espaço físico, um espaço qualificado em muitos sentidos, socialmente, economicamente, politicamente, culturalmente e ambientalmente, ocorrendo de forma heterogênea a depender dos diversos fatores inerentes a ela.
Imigrante	No sentido de Sayad (1998, p. 241), “um imigrante não é apenas o indivíduo que é; ele é também, através de sua pessoa e pelo modo como foi produzido como imigrante, o seu país”. Imigrante é o indivíduo que carrega consigo as

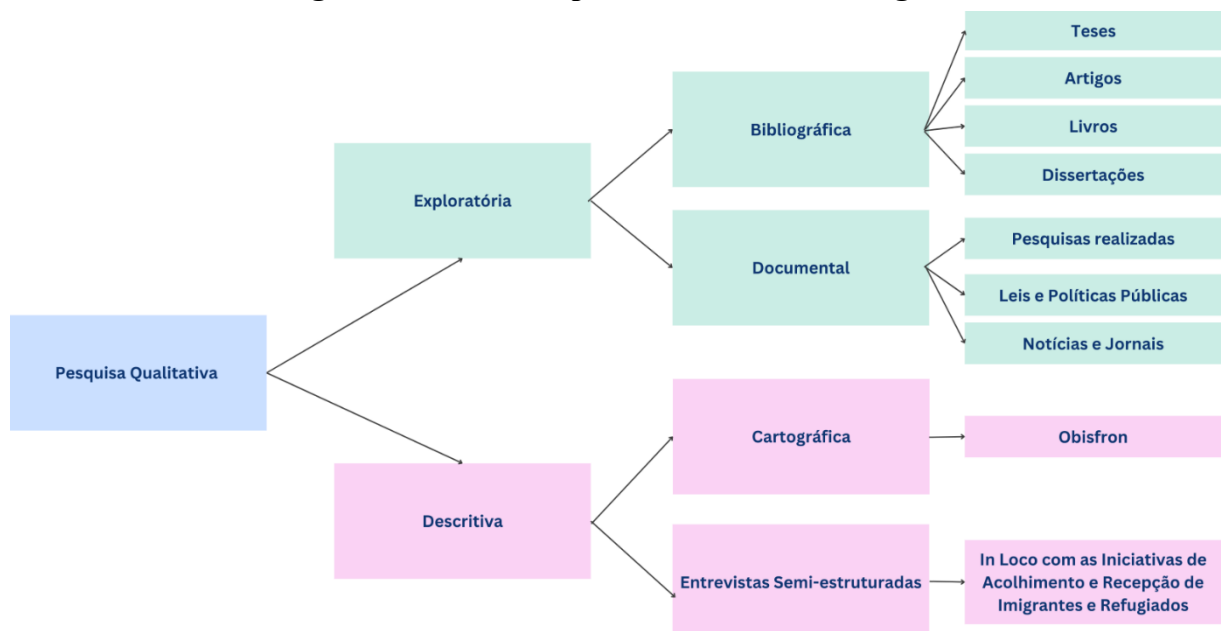
	vivências do seu país, e, ao migrar, traz consigo sua bagagem cultural, seus costumes e influência.
Refugiados	A condição de refugiado exige que haja uma combinação de fatores além do econômico, sendo intrínseco o sentimento de perda, no campo social, psicológico e jurídico. Todas essas dimensões igualmente importantes forçam o solicitante de asilo a afastar-se de todo o ambiente que conhece e convive, sua casa, amigos, familiares e todas as redes sociais anteriormente estabelecidas, para buscar a sua sobrevivência.
Acolhimento e Integração dos migrantes e refugiados	O acolhimento é composto pelas práticas, leis, políticas, iniciativas, programas e ações receptoras que garantam aos migrantes internacionais e refugiados o respeito à diversidade cultural e dignidade humana, ou seja, é um conjunto de fatores que levam à integração bem-sucedida. Portanto, acolhida são os direcionamentos que ocorrem após a chegada de imigrantes e refugiados que adentram o território brasileiro.
Jornadas migratórias de Sayad: diáspora, precariedade e fluxos mistos.	Tudo começa com a precariedade (econômica, social, política, ambiental e cultural) que os variados grupos humanos estão expostos e condicionados, resultando no processo de migração. Essas condições levam a diáspora, processo que leva as pessoas a deixarem o seu país (emigrar) rumo a outras nações, visando melhores condições de vida ou de sobrevivência. Já os fluxos mistos representam as inúmeras motivações dos migrantes, mesmo que eles utilizem as mesmas rotas para entrar, transitar e sair dos países.
Campo de Experiência	Conjuntos de hábitos, usos ou costumes que organizam uma “ordem moral” e possibilitam na prática experimentar todos os tipos de sentimentos morais para o bem e para o mal, de se indignar e de se expressar junto aos outros (Cefaï, 2017a).
Situação Problemática	"[...] uma situação torna-se problemática quando as reações habituais de um organismo às solicitações de seu ambiente já não proporcionam a satisfação de suas necessidades e de seus desejos. A totalidade integrada, formada pelas transações do organismo e de seu ambiente, conhece uma crise” (Cefaï, 2017, p. 188-189).
Problemas Públicos	Percepções compartilhadas em processos de co-definição e de co-domínio de situações percebidas como problemáticas que provocam a mobilização de diversos atores que passam a agir coletivamente nas arenas públicas (Cefaï, 2012).
Inovação Social	A inovação social enquanto processo de transformação social. Conjunto de ações que emerge da conexão de múltiplos atores (ecossistema) e podem estimular novos enquadramentos sobre o fenômeno migratório, contrariando a estigmatização e desumanização generalizada dos migrantes levada a cabo pelos principais meios de comunicação social e pelos discursos políticos” (Moralli, 2023, p. 12).

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

3. POSICIONAMENTO EPISTÊMICO-METODOLÓGICO

Este capítulo apresenta os aspectos metodológicos que nortearam a construção desta dissertação, que se configura como uma pesquisa de caráter qualitativo, com finalidade exploratória e descritiva. Para tanto, a coleta de dados foi operacionalizada através da triangulação de métodos qualitativos distintos, os quais são: pesquisa documental, bibliográfica, cartografia e entrevistas. Todos foram analisados sob a óptica da sociologia dos problemas públicos, de base pragmatista. Abaixo, a Figura 7 sintetiza o caminho descrito e, na sequência, detalhamos o procedimento metodológico.

Figura 7 - Síntese do procedimento metodológico



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

De acordo com Richardson (1999), o método científico quando constituído a partir de diferentes óticas sobre o fenômeno, auxilia na compreensão geral do objeto e do campo de estudo. Logo, ao adotar diferentes caminhos para abordar um fenômeno, amplia-se a visão em relação a ele e é possibilitada a geração de conhecimento.

Flick (2013) afirma que a ciência e a pesquisa, bem como suas abordagens e resultados cada vez mais estão inseridas na vida pública, visto que elas auxiliam na concatenação com as tomadas de decisão políticas e práticas. Seguindo essa linha de raciocínio, a pesquisa qualitativa, abordagem utilizada neste trabalho, contribui para aprofundar a compreensão sobre o fenômeno estudado.

Para Creswell (2007), projetos que buscam descrever um problema de pesquisa que possa ser mais bem compreendido ao explorar um conceito ou fenômeno utilizam-se da abordagem qualitativa. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa utiliza falas e reflexões dos próprios participantes dando complexidade à descrição e a interpretação da problemática por parte da/o pesquisador/a.

Essa afirmação é corroborada por Flick (2009), que compreende as pesquisas qualitativas como uma forma de descrever, compreender ou explicar fenômenos sociais, a partir do manejo das informações encontradas, essas que podem advir de experiências individuais ou coletivas (em grupo), bem como das interações, experimentações e experiências entre os atores. Essas interações podem ser captadas em informações que compõem uma parte desses momentos, ou seja, possuem semelhança com eles, como a fotografia, vídeos e demais documentos.

No tocante à operacionalização, a pesquisa possui dois eixos: exploratório e descritivo. A finalidade exploratória do trabalho, primeira parte da triangulação, objetiva justamente o que a própria palavra se refere: explorar. Assim, a temática deverá ser conhecida, compreendida e assimilada, bem como o problema, que será posto em perspectiva.

Essa fase ocorreu a partir de pesquisas bibliográficas e documentais. A primeira utilizando livros, artigos, dissertações e teses que discorrem temáticas acerca da inovação social, ecossistema de inovação social, acolhimento e recepção de imigrantes e refugiados para a formação do arcabouço teórico do trabalho (capítulo 2).

Já a pesquisa documental foi realizada através do levantamento das leis e políticas públicas, apresentadas no capítulo 4, nas bases de dados do Diário Oficial da União, do Estado de Mato Grosso do Sul e de Corumbá. A nível internacional e nacional, a pesquisa tomou como ponto de partida o levantamento realizado pelo Instituto Comunitário Grande Florianópolis (Icom), o Sinais Vitais, que traz uma ampla discussão das políticas migratórias. Localmente, esse processo também se valeu de matérias jornalísticas da região, que informam ocorrências sobre lançamentos de políticas e protocolos em torno da migração.

A próxima etapa, de caráter descritivo, ocorreu através de procedimentos formais e uma avaliação de qual o curso de ação seguir a partir das alternativas disponíveis. Inicialmente, foi realizada a cartografia das iniciativas de inovação social e de suporte que atuam diretamente com o acolhimento e a recepção de imigrantes e refugiados. O objetivo de cartografar esses atores é para que possa ser demonstrada a formação da rede que transpõe as problemáticas sociais e as soluções (ou possíveis soluções) que emergem em consequência disso (Acselrad et al., 2008).

Foram identificadas 25 organizações, das quais, 10 tiveram seus dados levantados a partir de dados secundários (outras dissertações, de matérias jornalísticas ou de seu site institucional) e apresentados nesta dissertação, e 04 passaram por entrevistas, ocasião em que eu entrei em contato e fui até o local realizar as entrevistas. O motivo do corte foi para focar nas organizações que atuam “exclusivamente” com a causa, e não organizações cujo foco principal não sejam as migrações.

Para as entrevistas foi preparado um roteiro semiestruturado contendo 10 perguntas guia. Durante o processo, foi lido os objetivos das entrevistas e todos os participantes consentiram em participar. As entrevistas foram gravadas, transcritas e os resultados foram filtrados para compor a redação desta dissertação. Por fim, importante destacar que também foram realizadas várias conversas informais durante o trabalho de campo – conversas com pessoas que não passaram pelas entrevistas, mas foram estratégicas para me guiar até pessoas que acabaram sendo entrevistadas. Para manter o sigilo, todos serão nomeados de “Entrevistado”, seguindo uma sequência cardinal (E.1, E.2, E.3, E.4), conforme detalhado a seguir:

Entrevistado 1 – Comerciante boliviana (história de vida);

Entrevistado 2 - representante da Casa do Migrante;

Entrevistado 3 - representante do Centro Boliviano Brasileiro 30 de Março;

Entrevistado 4 - representante do Consulado Boliviano;

Entrevistado 5 - representante da Pastoral do Migrante.

Ao final das entrevistas, os dados foram catalogados e lançados na plataforma do Obisfron, o que permitiu gerar a cartografia da rede das organizações que atuam na causa da migração e refugiados. Cabe frisar que outras organizações podem existir, contudo, só foram lançadas na plataforma as organizações citadas/identificadas durante as entrevistas.

Isso porque, foi utilizada a técnica bola de neve, uma forma de amostra não probabilística, utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes, que, por sua vez, indicam novos participantes e assim sucessivamente (Gray, 2012). De forma geral, os dados primários vão ser coletados por meio de entrevistas semiestruturadas que “permitem um maior aprofundamento das visões e das opiniões onde for desejável” (Gray, 2012, p. 302).

Finalizada a cartografia e as entrevistas com as organizações, buscamos, em diversos pontos estratégicos da cidade, como os postos de imigração, a Casa do Migrante e locais de circulação pública, histórias de vidas marcadas por tensões simbólicas, desigualdades

institucionais e estratégias de sobrevivência cotidiana. A história de vida surge neste trabalho com o objetivo de evidenciar a trajetória completa de uma pessoa, em seus aspectos subjetivos, afetivos, sociais e históricos.

Segundo Nogueira *et al.* (2017), a história de vida, enquanto método qualitativo, é uma estratégia de escuta comprometida que o pesquisador oferece e a fala do entrevistado fica carregada de existência. Isso permite um maior aprofundamento na trajetória individual, mas, conectando-a com um contexto mais amplo. “Nesse processo, a relação entre pesquisador e aquele que narra sua história é um ponto essencial e só acontece na presença de um vínculo de confiança mútua que é construído ao longo de um processo” (Nogueira et al., 2017, p. 468).

Assim, foram identificados três personagens emblemáticos. A primeira é uma comerciante que vive em Corumbá há mais de três décadas e, cujo caso, acabou sendo considerado para ser apresentado nesta dissertação. As outras entrevistas foram com uma migrante indicada pela funcionária responsável pela Casa do Migrante e que se demonstrou muito solícita e aberta a contar a sua história, mas que estava em Corumbá há duas semanas. E a terceira ocorreu no Posto de Imigração, com uma boliviana que estava tentando adentrar ao Brasil e que seu destino final seria São Paulo.

Outras conversas informais foram realizadas com comerciantes bolivianos da região. Entretanto, devido à riqueza de detalhes, foi considerada a primeira entrevistada (E.1), em razão da sua ressonância com a história da minha mãe narrada na Introdução, o que permitiu apresentar suas lutas, dores, conquistas e desafios.

Por fim, a análise de dados teve sua inspiração na sociologia dos problemas públicos, de base pragmatista (Andion *et al.*, 2017; 2020; Santo; Voks, 2021a; b). Em síntese, trata-se de uma abordagem que busca captar a experiência e as práticas humanas em relação ao mundo natural, onde os atores vão vivenciar e tentar reverter situações problemáticas. No pragmatismo, o social não é uma figura estática, não pode simplesmente ser compreendido como uma foto, algo parado no tempo, mas sim como uma ampla teia de relações dinâmicas em um movimento contínuo de sucessivas associações e reassociações (Latour, 2012).

Dentro da temática desta dissertação, conforme os objetivos específicos colocados, buscamos captar quais são os principais desafios e as vantagens no processo de acolhimento e recepção ouvindo os principais atores envolvidos, dando-lhes voz e permitindo que aquilo que já é feito ou falta ser feito possa ser evidenciado. Para tanto, o que nos interessa é estudar as políticas públicas, as mobilizações, os discursos e os processos de fabricação e transformação (ou não) do problema público em tela (recepção e acolhimento aos imigrantes e refugiados), ou seja, compreender e descrever como os atores definem, defendem e tratam o problema público.

Dessa forma, será possível, afinal, alcançar o último objetivo, de apresentar um diagnóstico social sobre a temática refletindo informações acerca dos direitos básicos de imigrantes e refugiados.

Importante destacar as limitações que enfrentei ao longo do trabalho. Faltou tempo e fôlego para realizar mais algumas investigações. Por exemplo, embora Corumbá seja um território estratégico para os estudos de fronteira, a pesquisa apresenta uma limitação, pois, outras histórias de vida, aqui ou em outros territórios, poderiam ser consideradas, mesmo que fosse analisado dados secundários.

Outra limitação decorre da falta de diálogo entre as políticas públicas e as práticas das organizações identificadas no trabalho, que revelaria o fechamento da administração pública em dialogar mais com as organizações da sociedade civil e o funcionamento deturpado de algumas comissões, como o Comaira, conforme relatou o Entrevistado 5. Isso poderia demonstrar falhas institucionais recursivas no processo de acolhimento aos migrantes.

4. ACOLHIMENTO E RECEPÇÃO: QUEM SÃO OS ATORES QUE ATUAM NA FRONTEIRA?

Conforme pontuado na introdução desta dissertação, é de relevante importância não só identificar os atores que agem sobre determinado problema público, mas compreendê-los. A compreensão alcança-se através do conhecimento das suas ações, do funcionamento cotidiano da organização, suas conquistas, desafios e prospecções, bem como reconhecendo quem está nos bastidores, ou seja, quais são os suportes que mantém viva a organização. Portanto, esta seção inicia apresentando os atores socioestatais que formam o ecossistema de inovação social em torno da causa da imigração e refugiados na fronteira Brasil-Bolívia. Na sequência, é apresentado o levantamento das principais leis e políticas públicas que surgem como resposta estatal ao problema público da migração. Por fim, a última subseção deste capítulo traz um caso de uma migrante internacional que ilustra o caso, permitindo compreender o impacto que as experiências em um novo país causam e como constroem sua percepção sobre o local e os grupos e comunidades que o acolheu, ou as estratégias para superar a falta de acolhimento.

4.1 ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO SOCIAL DO ACOLHIMENTO E APOIO AOS IMIGRANTES E REFUGIADOS

A fronteira Brasil-Bolívia, especificamente no município de Corumbá (MS), é um território onde os fluxos migratórios internacionais se manifestam com intensidade e complexidade. Diariamente, homens, mulheres e famílias atravessam a linha imaginária (Figura 8) que separa países, movidos por sonhos, necessidades, urgências e esperanças.

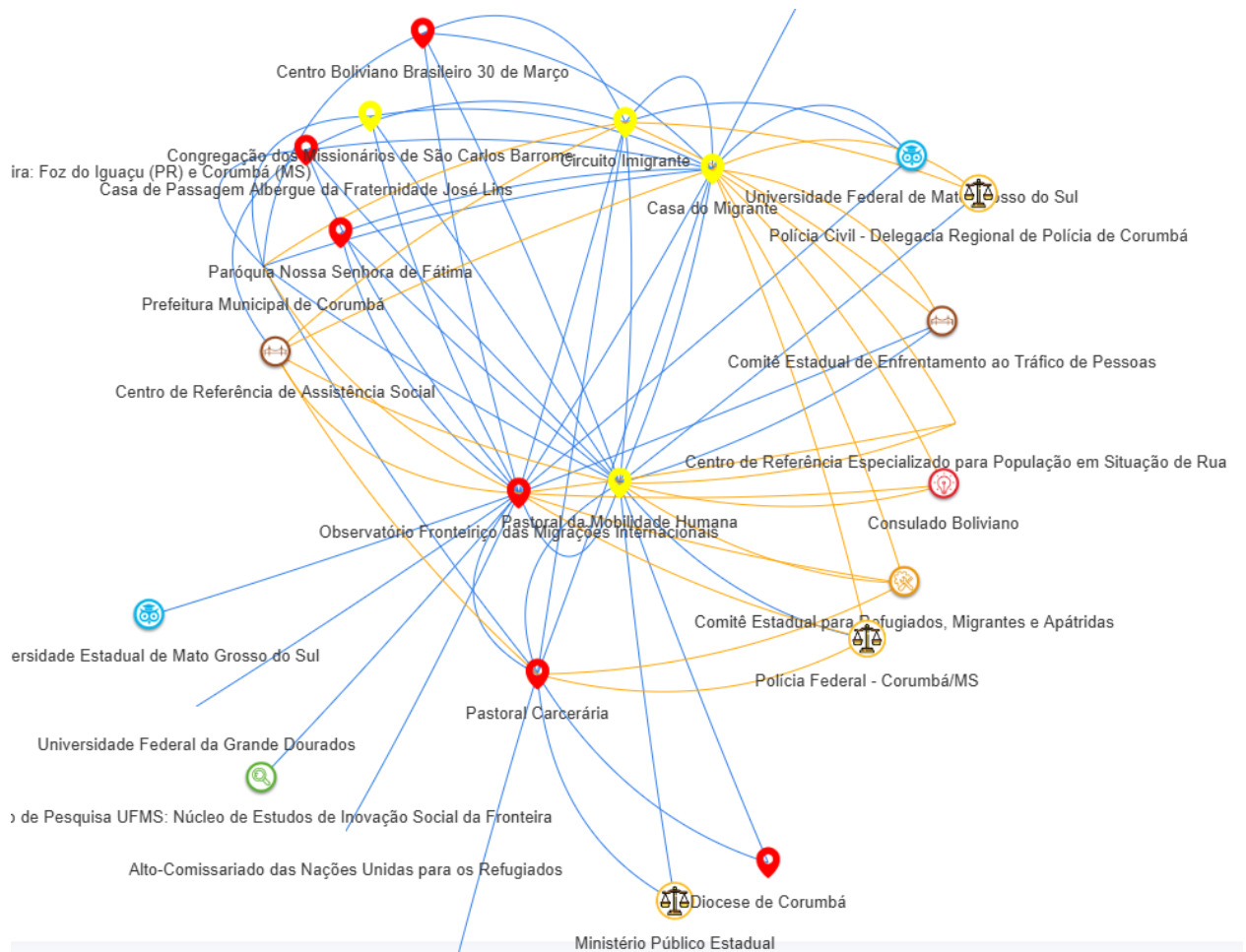
Figura 8 – Limite internacional na fronteira Brasil-Bolívia, em Corumbá-MS



Fonte: A autora, 2024.

Contudo, ao contrário do que estipulam as legislações e os acordos internacionais, quando os migrantes e refugiados chegam ao Brasil nem sempre encontram uma estrutura institucional plenamente preparada para o acolhimento digno e integral desses sujeitos. Nesse vácuo institucional sistêmico, emergem uma rede, conforme apresentada na Figura 9 (a seguir) de variados atores socioestatais, como iniciativas da sociedade civil, organizações religiosas, coletivos culturais, consulados e redes de solidariedade que mobilizam recursos, saberes e afetos na tentativa de responder às demandas da migração internacional na região.

Figura 9 – Ecossistema de Inovação Social da causa da Migração



Fonte: Obisfron, 2025.

É a partir desse contexto que se propõe compreender o ecossistema de inovação social do acolhimento em Corumbá. Na sequência apresentaremos as principais organizações citadas ao longo da pesquisa. Ficará evidente que essa rede não é composta apenas por organizações formais, como tipicamente se discute na literatura da gestão pública, mas por um conjunto dinâmico de atores, práticas, projetos, programas, narrativas e conexões socioestatais que se articulam diante de problemas públicos complexos e mal resolvidos – neste caso, o acolhimento de pessoas migrantes e refugiadas em Corumbá.

4.1.1 Casa do Migrante

A Casa do Migrante, fundada em 2020, é uma “unidade de proteção social especial de alta complexidade que objetiva acolher famílias ou indivíduos oriundos de mobilidade humana e/ou migração internacional” (Prefeitura de Corumbá, 2024). Funcionando todos os dias da semana e 24h por dia, a casa é destinada a atender famílias que saem de seus países de origem

em busca de oportunidades, emprego, renda, educação, saúde ou mesmo fixar residência no Brasil, conforme descrição oficial no *site* da prefeitura. A Figura 10 apresenta a fachada da organização.

Figura 10 – Casa do Migrante



Fonte: Os autores, 2024.

Esta casa, alugada pela Prefeitura no centro de Corumbá, proporciona espaços separados para homens e mulheres. O dormitório feminino é um cômodo com porta que pode ser trancado, enquanto o dormitório masculino é um salão. Há, também, um quarto separado com banheiro, direcionado para as mães com crianças ou para famílias com muitas pessoas, principalmente quando há mulher gestante.

A organização compromete-se a assegurar aos seus usuários o acolhimento em condições de dignidade, preservando sua identidade, integridade e história de vida. O acesso aos espaços oferece higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto, além de alimentação.

Durante a visita à casa, foi possível conhecer a sua estrutura, a recepção, os cômodos utilizados para alojar os migrantes e refugiados, a cozinha e o espaço no qual são realizadas as refeições. Logo no início, o Entrevistado 2 informou que **os migrantes ali presentes não objetivavam ficar na cidade, eles** permanecem somente até obter recursos para poder continuar sua viagem até o seu destino pretendido.

A fim de compreender a atuação da organização dentro do contexto migratório na região, a recepção e acolhimento foram exemplificados a partir de um caso ocorrido: uma mulher refugiada, que estava há duas semanas na casa, possuía formação profissional em cozinha internacional e estava à procura de emprego. A princípio, a intenção dela era deixar a cidade para buscar oportunidades de trabalho na capital. Porém, devido à articulação da instituição, com ajuda na regularização da documentação, ela conseguiu ser empregada em Corumbá e seguir atuando dentro da sua área de formação. Assim como ela, muitas outras pessoas que já passaram pela casa possuem uma história semelhante. Apesar da maioria ter como alvo outras regiões, a depender da oportunidade que é encontrada, pode permanecer na cidade.

Por regra, o prazo de permanência na Casa do Migrante é de três dias. Entretanto, houve casos no qual as pessoas, sem recursos financeiros, permaneceram por mais tempo, até conseguir o dinheiro necessário. Isso porque, é recorrente que o migrante chegue sem dinheiro, e, como a organização não pode oferecer a passagem, há uma busca por empregos temporários, como em lava-jatos da cidade, o mais comumente acessado pelos migrantes. Mas também, há muita mendicância, com migrantes pedindo dinheiro em diversos semáforos da área central de Corumbá.

A respeito dos principais atores parceiros ou de suporte, foram informados o Centro Boliviano Brasileiro e a Pastoral do Migrante. Ambos auxiliam a Casa do Migrante em momentos críticos, como casos específicos dos migrantes que precisam de agilidade na resolução, ou apoio institucional, ocasião em que reforçam a questão da migração como ato político, justificando a existência da Casa do Migrante.

Referente aos principais desafios percebidos, o Entrevistado 2 foi categórico ao afirmar que o desafio não é tanto institucional, manter as atividades, mas sim de dar maior suporte aos migrantes, especificamente com relação às passagens rodoviárias. Nesse sentido, relatou: “Comida aqui tem, o hospital é bem aqui, o pronto-socorro, eu encaminho pra lá e eles são bem atendidos. O principal, o maior desafio, é a passagem”.

Além disso, há a ocorrência de alguns conflitos internos, quando os migrantes, tipicamente solteiros, permanecem na casa e não demonstram interesse em deixar o local, seja para procurar emprego ou dar andamento aos trâmites documentais para seguir viagem. Quando permanecem por mais tempo do que o previsto e não aparentam querer deixar a casa, surge um confronto com a equipe de funcionários.

Normalmente são os solteiros, às vezes até os que têm família, são usuários de drogas, mesmo não assumindo. Eles ficam aqui na casa e não querem fazer nada mesmo. Ficam deitados, comendo, não agem nada para ir embora, para lugar nenhum. Nem buscam emprego. Aí a gente fica conversando né, a gente precisa desocupar a casa porque [as pessoas] chegam de monte. Aqui é uma casa de passagem, a gente acolhe? Acolhe, tem toda uma estrutura, mas aqui suporta só 25 pessoas, no máximo 27. Já chegou a [ter] 31 [pessoas] (Entrevistado 2).

A respeito dos demais desafios, um contraste foi identificado, pois, de um lado, a convivência tranquila foi apontada como característica dominante. De outro, E.2 expressou preocupação com a segurança do local. Foi informado que a Guarda Municipal já precisou ser acionada e, para espanto geral, houve muita demora no atendimento, o que gerou incômodos internos e uma profunda reflexão: e se fosse algo mais grave?

O perigo mesmo aqui é a segurança, pois não temos nenhuma segurança predial e pode acontecer de algum migrante entrar armado, apesar dessa proibição. Sempre que ocorre algum conflito precisamos chamar a Guarda Municipal, mas, até eles chegarem, é muito tempo. É preciso melhorar a segurança dentro da casa (Entrevistado 2).

Na introdução desta dissertação, foi mencionado que a chegada massiva de haitianos a Corumbá, o que motivou a criação da Casa do Migrante para atender essa demanda. Atualmente, porém, a presença haitiana diminuiu significativamente, com apenas 28 registros em 2024, sendo 10 em fevereiro. O fluxo migratório agora é predominantemente venezuelano, com 1.358 migrantes no mesmo ano. Apesar da mudança no perfil migratório, a presença haitiana ainda existe. A Casa do Migrante mantém como principal serviço o atendimento psicossocial e, como principal encaminhamento, a Polícia Federal.

4.1.2 Pastoral do Migrante

A Pastoral do Migrante, antes denominada Pastoral da Mobilidade Humana, setor de mobilidade humana dentro da igreja, está localizada na rua 21 de setembro, no bairro Nossa Senhora de Fátima, nº 2405. Ela é atualmente coordenada pela senhora Maria do Carmo e tendo o Padre Peter Tran Dinh Khac com a função de Assessor Eclesial,

Figura 11 – Logo da Pastoral do Migrante



Fonte: Perfil no *Facebook* “Mobilidade Humana, Santa Cruz, Corumbá-MS”.

Fundada em 1998, a Pastoral atua há 26 anos e tem como objetivo acolher, acompanhar, informar, orientar e capacitar os migrantes sobre as condições de mobilidade em território brasileiro; restabelecer a dignidade às vítimas do tráfico de pessoas e da exploração de mão de obra; enfrentar o preconceito institucional e a criminalização praticada pelos serviços públicos em relação aos estrangeiros; ser o elo de comunicação entre a origem (familiares) e destino (migrante e/ou seu local de trabalho ou residência no Brasil) (Fundo Brasil, 2025).

Seu público-alvo são as pessoas migrantes e refugiadas que passam pela fronteira Brasil/Bolívia em Corumbá (MS). As pessoas atendidas são aquelas que precisam de informações sobre a realidade brasileira, ter a documentação regularizada, necessitam de hospedagem, alimentação, orientação sobre os riscos do aliciamento e tráfico de pessoas, além do apoio eclesial. Os trabalhos da Pastoral ajudam a garantir que a migração seja um ato de exercer o direito de ir e vir.

Buscando identificar as principais parcerias da organização, foram reconhecidas durante a entrevista a Prefeitura de Corumbá, o Centro de Referência de Assistência Social, a Polícia Federal, o Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Cetrap), e a Casa de Passagem, a Paróquia Nossa Senhora de Fátima, a Casa do Migrante, a Pastoral Carcerária, o Centro Boliviano Brasileiro e os Scalabrianos, membros da Congregação dos Missionários de São Carlos Borromeu.

Os migrantes atendidos pela Pastoral são, principalmente, de origem venezuelana, assim como no caso da Casa do Migrante. Entre as ações realizadas para atender os migrantes e refugiados da região, estão a mobilização de recursos por meio de promoções de comidas, festival de prêmios ou doações dos voluntários, mesmo havendo a possibilidade de os recursos

serem solicitados para a Congregação. Nesse caso, os recursos são destinados para a compra de passagens dos migrantes, hospedagem e cestas básicas, visando dar suporte para os migrantes e refugiados que buscam a Pastoral.

Somado a isso, existem atividades voltadas ao desenvolvimento e a conscientização da população migrante. De 19 a 23 de junho de 2023, por exemplo, foi realizada a “Semana do Migrante”, onde foram realizadas ações, palestras e visitas em escolas para abordar a mobilidade humana e os migrantes.

Além das ações sociais, há também as voltadas para o campo espiritual, como atividades de devoção e valorização da cultura. Nesse sentido, foi destacada a troca que ocorre entre brasileiros e bolivianos durante suas realizações, em especial, nas missas de família. Os eventos que envolvem a grande participação dos migrantes são as comemorações para as Virgens de *Urkupiña*, Copacabana e Cotoca, devoções marianas populares na Bolívia, veneradas como protetoras e símbolos culturais locais. As duas primeiras são realizadas em agosto e a terceira em novembro ou dezembro. Foi mencionada também a existência da “Missa do Migrante”, realizada todo último domingo do mês na Paróquia.

Durante a entrevista, foi mencionada a repercussão da migração em massa dos haitianos. Destacou-se que, mesmo antes desse fluxo migratório e da criação da Casa do Migrante para atender essa demanda, a Pastoral já atuava na área de mobilidade humana, tanto em Corumbá quanto em *Santa Cruz de La Sierra*, na Bolívia. Antes, a presença de migrantes haitianos era muito comum na Paróquia, porém, a maioria estava na cidade de passagem, então atualmente, não há registro de algum grupo que esteja na região e seja atendido pelas ações da Paróquia.

Quanto à atuação da Pastoral, não são sentidas muitas dificuldades na realização das ações, mas sente-se certo impasse quando dependem da “boa vontade” de outros atores, revelando assim que há conflitos e/ou tensões entre diferentes organizações, apesar de atuarem na mesma causa.

A atuação atual da Pastoral tem se concentrado na sensibilização da população migrante e refugiada sobre o tráfico humano, promovendo o acesso à informação sobre instituições de apoio e orientações sobre como buscar ajuda. Para isso, busca articular a temática com outras paróquias da cidade. A organização também integra diversos grupos de trabalho, como o Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de MS, o Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas (Cerma/MS) e, de forma mais limitada, o Comitê de Atenção ao Imigrante, Refugiado e Apátrida (Comaira). No entanto, conforme relatado na entrevista, observa-se que algumas organizações presentes na cidade, como o próprio Comaira, têm demonstrado **baixa articulação e engajamento efetivo**, o que compromete a construção de

uma resposta mais ágil e integrada às necessidades locais. Essa falta de ação coordenada evidencia um **cenário de fragilidade institucional** e descaso diante das urgências enfrentadas por migrantes e refugiados em Corumbá.

Em resumo, a Pastoral enfrenta o desafio de ampliar suas ações diante da escassez de voluntários verdadeiramente engajados com a causa migratória. A organização tem clamado por pessoas com sensibilidade e disposição para ir além da participação religiosa formal, contribuindo de forma prática com os projetos sociais narrados. A falta de envolvimento de alguns atores locais também é vista com crítica, por sua inércia frente às demandas e a urgência social da causa migração e refugiados. Apesar das limitações, a Pastoral mantém a esperança de se consolidar como um centro de atendimento para documentação de migrantes e refugiados — uma meta ainda embrionária, mas que representa o desejo de fortalecer seu papel na promoção da dignidade e inclusão social.

4.1.3 Consulado Boliviano

O Consulado Boliviano é uma iniciativa governamental do Serviço Exterior do Estado Plurinacional da Bolívia. Fundamentado na Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963 e na Lei do Serviço de Relações Exteriores do Estado Plurinacional da Bolívia (Lei nº 465), tem como função proteger os direitos dos cidadãos bolivianos no exterior, prestando-lhes ajuda e assistência.

Dentre suas principais ações, está a orientação e apoio aos migrantes bolivianos quando estes precisam de informações sobre obtenção de documentos, proteção e assistência. As principais formas de ajuda oferecida aos bolivianos são: orientação para conectá-los com instituições governamentais locais para questões jurídicas, médicas, habitacionais e educacionais, ponte com seus familiares em caso de qualquer emergência que coloque a vida da pessoa migrante ou seus direitos em risco, levantamento de informações sobre o paradeiro de indivíduos às autoridades locais para atender a necessidades legais, humanitárias ou de emergência familiar, prestação de assistência em caso de falecimento, visitação a migrantes bolivianos caso estejam detidos, de maneira a acompanhar também o seu processo judicial, garantindo um advogado de defesa para que os direitos fundamentais sejam preservados (Bolívia, 2025).

Durante o trabalho de campo foi observado, logo na entrada do consulado, algumas dessas prestações de serviço oferecidas. Um dos informes, em específico, chama a atenção quanto aos processos e documentações que não podem ser tramitados pelos funcionários do

consulado, tais como: Registro Nacional Migratório (RNM), Cadastro de Pessoa Física (CPF) e o Cartão do Sistema Único de Saúde (SUS), indicando que estes são serviços muito procurados no consulado e que o mesmo, de antemão, já informa que não tem poder para executar.

Figura 12 – Informativos do Consulado Boliviano em Corumbá MS



Fonte: A autora, 2024.

Em visita ao local, a pessoa entrevistada da organização não cita diretamente parceiros ou suportes, visto que o Consulado é mantido pelo poder público, porém, em alguns momentos, foram reconhecidas durante as falas o relacionamento de cooperação da instituição com a Polícia Civil, Polícia Federal, CRAS, Casa do Migrante e com o Centro Boliviano Brasileiro. O Consulado acaba tendo um contato direto com essas organizações, pois elas encaminham demandas e repassam informações pertinentes quanto aos serviços executados, bem como vice-versa. Portanto, são consideradas suportes neste trabalho. Porém, quando questionado se há alguma ação que é desenvolvida em parceria ou em colaboração com as organizações acima citadas, a resposta foi negativa.

De modo geral, não foi relatada nenhuma complicação, sejam problemas ou desafios, nos trabalhos da iniciativa, classificados como de rotina. Desse modo, tudo aquilo que fuja do padrão previsto não costuma ser feito, bem como já demonstra o folheto destacado na porta do Consulado.

4.1.4 Centro Boliviano Brasileiro 30 de Março

O Centro Boliviano-Brasileiro Beneficente, Cultural e Recreativo 30 de Março, ou, simplesmente, Centro Boliviano Brasileiro, é uma iniciativa da sociedade civil, formada pela comunidade boliviana em Corumbá cujo objetivo é promover diversas atividades sociais e recreativas voltadas para a comunidade boliviana.

Figura 13 – Logo do Centro Brasileiro Boliviano



Fonte: Facebook.

Em entrevista realizada, um dos membros da organização define o Centro Boliviano Brasileiro como um clube de ação social e recreativo, onde são feitas comemorações, realizados churrascos entre amigos, festas tradicionais bolivianas etc. Alguns exemplos de realizações são: a tradicional festa de 6 de agosto – Dia da Independência da Bolívia - e a comemoração do dia das mães.

Fundada em 30 de março de 1962, a organização já passou por altos e baixos ao longo da sua existência. Hoje, é coordenada por Jackeline Montano Castro e sua sede é formada por uma estrutura ampla, a qual já chegou a atender muitos migrantes bolivianos na cidade.

Com muito entusiasmo, o membro associado relembra os tempos em que o Centro era mais ativo. “Era um orgulho para cada migrante por aqui [...], os portugueses têm seu lugar, os paraguaios têm seu lugar, os bolivianos têm seu lugar” (Entrevistado 3). Essa fala refere-se ao

período em que as comunidades, associações e sociedades começaram a surgir na cidade, os migrantes juntavam-se com seus conterrâneos para fortalecer seus costumes e práticas culturais. “Cada grupo queria demonstrar de onde vinham, a sua origem” afirma o entrevistado.

Na história do centro, já houve presidentes bolivianos, brasileiros e, também, um espanhol, chamado Marino Vargas. Este último ajudou a construí-lo a partir de articulações e contribuições financeiras. Em 2006, quando a organização já possuía uma sede, ela precisou passar por uma restauração para que pudesse continuar sendo utilizada para suas atividades.

Atualmente, algumas características da organização mudaram. Conforme entrevistas, quem participava das ações do centro majoritariamente eram os “*cambas*” – aqueles vindos das regiões de Pando, Beni e Santa Cruz, na Bolívia. A partir da década de 1980 começaram a chegar em Corumbá, com o advento da Feira, ou “feirinha”, muitas pessoas do altiplano, os “*collas*”. Vale pontuar que a utilização deste termo é um insulto aos andinos, o que causa uma controvérsia em torno da palavra, enquanto alguns a enxergam como motivo de orgulho e atribuem a ela características da sua identidade, outros a encaram como um termo pejorativo.

Na ocasião da chegada desse novo público de migrantes bolivianos, o centro prestou assistência social a partir da promoção de ações sociais para atendê-los. Quando ainda não havia o Sistema Único de Saúde (SUS), mobilizações eram feitas pela presidência do Centro para levar serviços de saúde para as famílias bolivianas, principalmente os feirantes, convidando dentistas e um clínico geral para cuidar destas. Basicamente, eram montadas “caravanas” em que também se ofertavam outros serviços, havia comida, música e atividades de lazer.

Durante a descrição das atividades, foram surgindo também os nomes das organizações parceiras. Em um dos casos, o Consulado Boliviano foi mencionado como responsável por organizar “*la cena de honor*” junto ao Centro, um jantar em homenagem à independência da Bolívia. A compra dos vinhos, vindos diretamente de Tarija – BO para o momento do “brinde à Bolívia”, foi providenciada pelo agente consular, e a comida ficou sob responsabilidade do Centro. Essa parceria se estende ao longo do tempo através da realização dessa homenagem bem como de outras ações. O relacionamento do Centro com o Consulado é descrito como estável e amigável, porém, com algumas variações no tocante à colaboração a depender da gestão do momento. Todavia, já ao final da entrevista, quando questionado sobre os parceiros e suportes do Centro, o entrevistado afirma “Não há colaboração externa”.

Quanto à atuação do Centro, ele possui um longo histórico de atividades relevantes, como demonstrado anteriormente. Contudo, quando questionamos o entrevistado 3 sobre sua atuação na atualidade, alguns problemas e desafios foram identificados.

Foi relatado que antes havia certo orgulho em fazer parte da comunidade, as pessoas sentiam-se contentes em poder dizer que contribuíram para a sua construção. Entretanto, hoje o perfil do público é diferente. Há dificuldade em engajar o coletivo e fazer com que participem das ações propostas. “O boliviano quando chega no Brasil, ele se apequena, sente vergonha da sua origem, das suas raízes culturais, só não se esquecem das virgens” (Entrevistado 3).

Nesse sentido, foi informado que as festividades para as virgens de Cotoca, *Urkuipiña* e Copacabana, tão presentes e enraizadas nas práticas da cultura local, surgiram como estratégia de coesão social, para resgatar a autoestima da comunidade migrante, fortalecer os laços identitários e promover o sentimento de pertencimento no novo território.

Essas celebrações não apenas mantêm vivas as tradições religiosas e culturais da população boliviana, como também funcionam como espaços de acolhimento, reconhecimento e solidariedade entre os migrantes. Ao valorizar elementos simbólicos profundos, como a devoção às marias, cria-se uma ponte entre passado e presente, entre país de origem e país de acolhida. Portanto, tais festividades são fundamentais não só para a preservação cultural, mas também para o apoio psicológico, social e comunitário no processo de integração e enfrentamento das vulnerabilidades associadas à migração.

Referente a baixa participação no Centro, o entrevistado 3 relatou: “a xenofobia existe, tem muita gente que nos trata bem, mas tem muita gente que nos trata como gente de segundo escalão. Então, para a pessoa parecer um cidadão (local) ela fala: *não soy boliviano, soy carioco*”.

O relato do entrevistado 3 ecoa diretamente a visão de Anzaldúa (2012), ao abordar as identidades híbridas e as tensões vividas por sujeitos em contextos de fronteira. A autora descreve a experiência do “entre-lugar” como marcada por conflitos culturais, linguísticos e simbólicos, onde o sujeito se vê forçado a negociar constantemente sua identidade para sobreviver em um espaço que o marginaliza. Portanto, a fala “*não soy boliviano, soy carioco*” evidencia essa tentativa de adaptação por meio da negação da sua própria origem, dita como mecanismo de defesa diante da xenofobia e do preconceito exacerbado de nossa sociedade. Isso revela não apenas o impacto psicológico da exclusão, mas também, como a violência simbólica inibe a expressão cultural e enfraquece os laços comunitários no espaço do Centro.

Esse discurso, carregado de vivências e emoções, evidencia como a violência direcionada às pessoas migrantes, neste caso bolivianas, repercute em seu comportamento diante de outros conterrâneos, gerando insegurança até mesmo na manifestação de seus costumes e crenças. Como entrevistadora, naquele momento, não pude deixar de traçar um paralelo com minha própria trajetória: também vivi, ainda na infância, a negação das minhas

origens, marcada por comentários sutis, porém impregnados de preconceito. Ao reconhecer minha experiência na fala do outro, compreendi com mais nitidez que a xenofobia não apenas atravessa corpos migrantes, mas também molda subjetividades, deixando marcas profundas mesmo quando disfarçadas. **Como ensina Anzaldúa (2012), escrever a partir desse entre-lugar é também resistir, é transformar dor em discurso, silêncio em expressão — e, sobretudo, identidade em potência.**

Com o passar do tempo, o Centro foi perdendo a presença de seu público principal: as famílias bolivianas da feirinha. A baixa participação é atribuída, em parte, à rotina exaustiva dos feirantes, que dificulta o engajamento em atividades culturais. A mobilização da comunidade migrante continua sendo um desafio, exigindo criatividade e novas estratégias, especialmente para atrair jovens. A atual gestão busca reativar o espaço por meio de rifas e organização documental. Apesar das dificuldades, o Centro carrega uma história construída coletivamente, com contribuições espontâneas de bolivianos e brasileiros, embora parte da estrutura tenha se perdido por conflitos internos e falta de recursos.

4.1.5 Comitê de Atenção ao Imigrante, Refugiado e Apátrida (Comaira)

O Comitê de Atenção ao Imigrante, Refugiado e Apátrida (Comaira) foi instituído pelo Decreto Municipal Nº 1.706/2016 e atua no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Corumbá. Seu objetivo é coordenar ações voltadas ao acolhimento e proteção de imigrantes, refugiados e apátridas, garantindo acesso a serviços essenciais e promovendo a integração social.

O Comitê conta com representantes de diversas instituições, incluindo secretarias municipais, universidades e organizações da sociedade civil. Para a organização dos trabalhos, são realizadas reuniões mensais. Apesar de ter sido criado em 2016, foi de fato implantado em 2018, quando ocorreu o grande fluxo de haitianos em Corumbá.

A vocação do comitê é voltada para o olhar administrativo da prefeitura, criando condições para dar melhor entendimento sobre a questão fronteiriça e migratória a partir do planejamento. Em outras palavras, o Comitê passou a ser uma central de análise e demanda dos servidores que atuam na saúde, educação e assistência.

Conforme relato de um dos representantes entrevistados, é feita uma prospecção junto aos servidores para saber quais são as demandas mais urgentes, sendo aplicado um questionário do *google forms*. A partir das respostas, localizam-se as demandas. Uma, em específico, refere-

se aos funcionários do CRAS, o que culminou na realização de um processo de formação no local.

O COMAIRA também é responsável por promover estudos e pesquisas sobre migração e por convidar migrantes a participarem de suas atividades, fortalecendo a participação social e a representatividade. Uma dessas pesquisas foi reconhecida, levando Corumbá a receber o Selo MigraCidades em 2021 e 2022, certificação concedida pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que destaca municípios comprometidos com a governança migratória local (Corumbá, 2023).

4.1.6 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS

Mencionado por algumas iniciativas pelo exercício de suporte prestado, o CRAS é um serviço essencial para a população em situação de vulnerabilidade social. Em Corumbá, há diversas unidades como o CRAS I, CRAS II, CRAS IV, CRAS Albuquerque e CRAS Itinerante. Estes três primeiros localizados nos bairros Centro América, Guatós e Centro, respectivamente.

O CRAS oferece serviços como: Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); benefícios eventuais, como cesta básica e auxílio para obtenção de documentos; serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Cadastro Único e Programa Bolsa Família. (Prefeitura de Corumbá, 2024).

Na Casa do Migrante, por exemplo, avistou-se na parede do escritório uma lista de telefones úteis, na qual o contato do CRAS constava. As unidades do CRAS fazem parte dos encaminhamentos rotineiros da Casa, pois as demandas relacionadas à assistência social estão entre as mais solicitadas.

4.1.7 Casa de Passagem Albergue da Fraternidade José Lins

Localizada na Rua Edu Rocha, Lote 85, no bairro Nossa Senhor de Fátima, a Casa de Passagem Albergue da Fraternidade José Lins é uma unidade de proteção social especial de alta complexidade que tem como objetivo promover o acolhimento de famílias ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, de forma a garantir sua proteção integral (Prefeitura de Corumbá, 2024).

O serviço de acolhimento busca incentivar e fortalecer o convívio familiar e comunitário, com foco na reinserção familiar, a partir de atividades e ações que promovam a autonomia e o protagonismo do usuário.

A Casa atende pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração nacional e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento (Prefeitura de Corumbá, 2024). Antes da criação da Casa do Migrante, o principal local para dar hospedagem temporária aos migrantes que necessitavam era a Casa de Passagem.

O atendimento em unidade institucional de passagem oferece acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber os usuários 24h por dia, todos os dias, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários (Prefeitura de Corumbá, 2024).

Dentro das ações desenvolvidas pela Casa, o foco consolida-se em dar condições para a independência e o autocuidado, e promover o acesso à rede de qualificação e requalificação profissional com vistas à inclusão produtiva.

Enquanto aos valores seguidos pela organização, os quais guiam a sua atuação, listam-se os seguintes: ser acolhido em condições de dignidade; ter sua identidade, integridade e história de vida preservadas; ter acesso a espaço com padrões de qualidade quanto a: higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto; ter acesso a alimentação em padrões nutricionais adequados e adaptados a necessidades específicas; e ter acesso a ambiência acolhedora e espaços reservados a manutenção da privacidade do usuário e guarda de pertences pessoais (Prefeitura de Corumbá, 2025).

4.1.8 Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop

O Centro Pop é voltado ao atendimento de pessoas em situação de rua, proporcionando suporte para reinserção social e acesso a serviços básicos a partir do serviço especializado. O Centro atende jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Está localizado na Rua Campo Grande, nº 2723, no bairro Nossa Senhora de Fátima.

Os serviços oferecidos incluem: análise técnica das necessidades dos usuários; orientação individual e em grupo; além de encaminhamentos para outros serviços socioassistenciais e políticas públicas que contribuam para a promoção da autonomia, inclusão social e proteção contra situações de violência. Os encaminhamentos são realizados pelo Serviço Especializado em Abordagem Social.

O Centro deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil. Ele também proporciona um endereço institucional para utilização do usuário.

Entre as etapas que fazem parte do atendimento, estão: acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; Informação, comunicação e defesa de direitos; referência e contrarreferência; orientação e suporte para acesso à documentação pessoal; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com outros serviços de políticas públicas setoriais; articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos; mobilização de família extensa ou ampliada; mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio; mobilização para o exercício da cidadania; articulação com órgãos de capacitação e preparação para o trabalho; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; e elaboração de relatórios e/ou prontuários (Prefeitura de Corumbá, 2024).

4.1.9 Posto de Imigração

Inaugurado em 2010, o Posto de Imigração de Corumbá foi a primeira organização a ser visitada durante as entrevistas. Ele é administrado pela Polícia Federal e está localizado na Rodovia Ramão Gomez. O posto desempenha um papel fundamental no controle de entrada e saída de migrantes, além de oferecer serviços de regularização documental. Por exemplo, para que seja expedida a autorização de entrada ao Brasil, é necessário apresentar um documento com foto, a carteira de identidade, havendo a opção de mostrar o passaporte também.

Figura 14 – Posto de Imigração



Fonte: A autora, 2024.

A princípio, o local contava com três policiais federais para realizar o atendimento. A demanda por mês prevista era de 5 mil pessoas. Porém, com o passar do tempo, o número de policiais não foi mais suficiente para manter um bom fluxo de atendimento, desencadeando em longas filas, com o tempo de espera ultrapassando as 3 horas. O pior dos casos ocorreu em 2018, quando, segundo agentes da PF, cerca de 1.300 estrangeiros por dia solicitaram autorização para entrar no Brasil, chegando a esperar 2 dias nas filas para poderem ser atendidos. Na ocasião, o Posto contava com 4 policiais para a prestação dos serviços (G1 MS, 2018; Diário Corumbaense, 2010).

Ao final de 2019, ocorreu a ampliação do Posto de Imigração. A sua capacidade foi dobrada, com o intuito de melhorar o atendimento e reduzir as longas filas, garantindo um fluxo mais eficiente de pessoas. Ao todo, a reforma custou R\$200 mil e foi considerada a obra mais importante da Polícia Federal no ano. Porém, passados os anos de 2020 e 2021, período de pandemia, os problemas das filas e do longo tempo de espera voltaram a surgir, principalmente durante as festividades de fim de ano.

Mediante as situações conflituosas que cercavam, e ainda cercam, a atuação do Posto de Imigração, alguns relatos de usuários do serviço foram coletados, dentre os quais, destaca-se a seguinte fala: “No lado do Brasil (Posto de Imigração de Corumbá) é muito burocrático, eles tratam diferente vendo sua nacionalidade, se é boliviano, peruano, venezuelano...”. Outra pessoa afirma: “O atendente fala que não há preferência para ninguém, que é uma única fila [...] tem que melhorar o atendimento, ser paciente, tratar com respeito. Eles (servidores) não pedem

somente o passaporte, pedem passagem de ida e volta, olham a cara da pessoa e se simpatizam com eles não cobram outros documentos e aceitam somente o passaporte”.

A afirmação em questão aborda a percepção dos migrantes, principalmente aqueles advindos do Sul Global, sobre o atendimento a eles despendido em comparação com o de pessoas do Norte Global. À luz de Anzaldúa (2012), é possível compreender que essas experiências revelam como o poder atua na construção de fronteiras simbólicas — onde o corpo migrante é constantemente vigiado, julgado e hierarquizado. A seletividade no atendimento evidencia que a fronteira não é apenas física, mas também atravessada por discursos de exclusão, que reforçam desigualdades históricas. Nesse cenário, o posto torna-se um local onde se impõem normas que silenciam, desumanizam e condicionam a dignidade à aparência e ao passaporte apresentado.

4.1.10 Observatório Fronteiriço das Migrações Internacionais (Migrafron)

O Migrafron é um observatório de pesquisa, ensino e extensão da Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços do Campus Pantanal da UFMS, que agrupa pesquisadores e estudantes tanto da universidade quanto de instituições parceiras, como a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e Cátedra Sérgio Vieira de Mello, vinculada ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)

A missão do Migrafron é observar dinâmicas e especificidades referentes à migração internacional em fronteira, analisando dados e construindo propostas para as atuações políticas e sociais junto às sociedades fronteiriças, participando e orientando na elaboração de estratégias para o aperfeiçoamento de práticas sociais e políticas públicas.

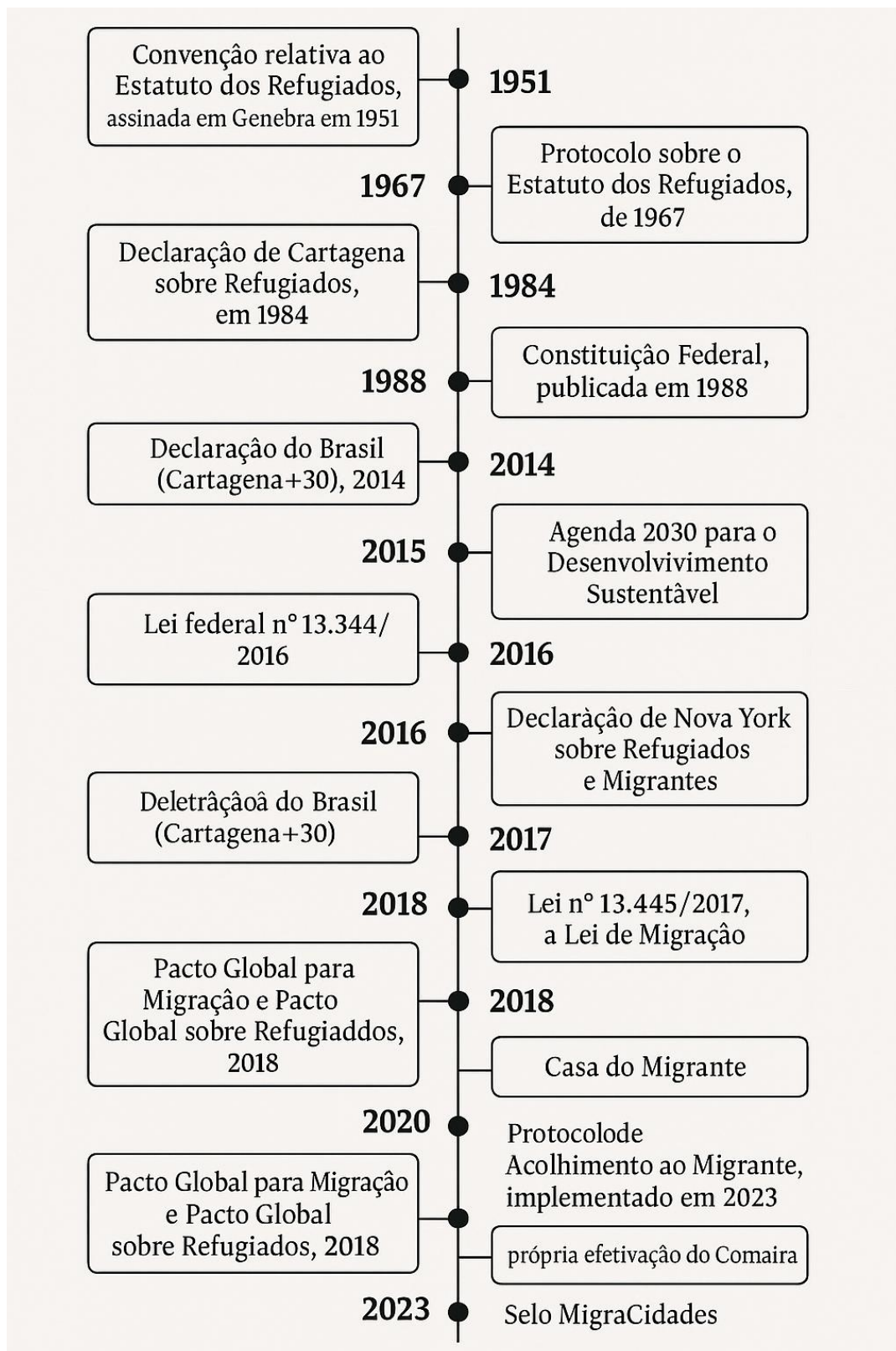
Dentre seus objetivos, o Migrafron busca conhecer e analisar as transformações nos processos migratórios internacionais em espaço fronteiriço, considerando as diversas tipificações migratórias. Buscando aprofundar o conhecimento teórico, metodológico e empírico a respeito das configurações e das especificidades que os processos migratórios internacionais produzem nos espaços fronteiriços. Ao longo desses anos, foram desenvolvidas atividades, pesquisas e cooperações empreendidas, discussões e publicações realizadas para compreender a fronteira enquanto “espaço-tempo de transformação, dinâmica, intensa, paradoxal, relacional, que se constrói-reconstrói intensamente e redefine seres e estares” (MIGRAFRON, 2024).

4.2 IDENTIFICAÇÃO DAS LEIS E POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS PARA O ACOLHIMENTO E APOIO AOS IMIGRANTES E REFUGIADOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Diante os inúmeros desafios para a efetivação do acolhimento aos imigrantes e refugiados, narrados anteriormente, como o poder público tem buscado responder a essa demanda? No Brasil, a construção de políticas públicas desponta como caminho prioritário e, nesta causa em específico, inúmeros acordos internacionais, leis e políticas públicas federal, estaduais e municipais foram criadas para tratar o assunto. Esse aparato tornou o Brasil pioneiro nas tratativas internacionais referente aos direitos humanos e mobilidade humana sempre foi pioneira (ICOM, 2022).

É isso que será tratado aqui: reconhecer a resposta do poder público à migração nacional (objetivo específico 2). Não querendo ser exaustivo no recenseamento das leis e políticas, faremos um levantamento para compreender este aparato institucional enquanto resposta às demandas dos migrantes e refugiados. A Figura 15 (a seguir), sintetiza esse levantamento, sendo explicada na sequência.

Figura 15 – Síntese das principais leis e políticas públicas



Fonte: Os autores, 2025.

Segundo o ICOM (2022)⁶, um dos primeiros eventos que culminou com a formação da agenda internacional começa com a **Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados**, assinada em Genebra em 1951 e promulgada pelo Decreto nº 50.215, de 1961, que, entre outros direitos, passou a garantir o princípio da não devolução, acordo que proíbe que um refugiado seja forçado a retornar a seu país, em razão de tê-lo deixado, justamente, por fundado temor a sua vida ou liberdade.

Na sequência, surgiu o **Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados**, de 1967, que complementou a Convenção de Genebra, através de um compilamento de direitos para os refugiados. Isso foi incorporado nas normativas brasileiras pelo Decreto nº 70.946, de 1972.

A **Declaração de Cartagena sobre Refugiados**, em 1984, configura-se como outro momento internacional relevante, visto que houve a ampliação do entendimento do que é refugiado, passando a incluir pessoas forçadas a deixar seu país em razão de violência generalizada, conflitos ou guerrilhas internas, perseguição com violação de direitos humanos, dentre outras circunstâncias que perturbem a ordem pública.

Todo esse debate internacional reverbera no Brasil. Segundo o ICOM (2022), a **Constituição Federal, publicada em 1988** (CF-88), passou a garantir, em seu artigo 5º, que dentro do estado brasileiro todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Ou seja, essa garantia também é estendida aos migrantes e refugiados, que também passam a ter direitos no campo da saúde pública, educação, assistência social, segurança, para citar alguns.

Partindo da CF-88, encontramos uma série de normas federais de proteção e acolhimento aos migrantes, sendo, a mais importante, a **Lei nº 13.445/2017, a Lei de Migração**, que, além de substituir o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), trouxe inovações públicas significativas para a garantia de direitos dos migrantes e refugiados. Pautada nos direitos humanos, essa lei reconhece o migrante como sujeito de direitos, e não como ameaça. Isso demanda tratamento igualitário entre brasileiros e migrantes.

A **Lei Federal nº 9.474/1997**, conhecida como Lei do Refúgio, apresenta, dentre outras contribuições, quem pode ser reconhecido como refugiado no território brasileiro, em consonância com os debates internacionais comentados anteriormente. Ela também cria o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), órgão responsável por coordenar os pedidos de refúgio no Brasil.

⁶ Esta seção se baseia na linha temporal apresentada pelo ICOM. A partir dela, foi feito um levantamento em cada acordo/evento para sintetizar o seu escopo. Para mais conferir ICOM (2022).

Já a **Lei nº 13.684/2018**, que estabelece medidas de acolhimento humanitário e integração de imigrantes em situação de vulnerabilidade, avança nas garantias desta causa, instituindo a interiorização voluntária, facilitando o deslocamento dos migrantes para outras regiões do país, definindo como ações integradas entre entes federativos ocorrerão, visando oferecer proteção social, saúde e educação, por exemplo, além de reforçar a dignidade humana.

Visando prevenir e combater o tráfico de pessoas, a **Lei Federal nº 13.344/2016** visa, dentre outros, reprimir a exploração sexual, o trabalho escravo, a adoção ilegal e a remoção de órgãos. Em diálogo com a Lei da Migração, seu objetivo, em síntese, é garantir acesso a serviços e regularização migratória e a não devolução (*non-refoulement*), protegendo as vítimas de serem repatriadas.

Buscando situar esse debate nacional em Mato Grosso do Sul, ficou evidente, nas buscas feitas nos Diário Oficial, que o estado, apesar de fronteiro, não possui uma lei específica sobre migração e refúgio. Foi identificado, apenas, um **Projeto de Lei nº 166/2023**, apresentado pelo deputado Pedro Kemp, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALEMS), em 6 de junho de 2023, que pretendia estabelecer normas para o atendimento aos migrantes e refugiados. No entanto, a proposta foi considerada inconstitucional pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da ALEMS, gerando o seu arquivamento.

Sem um aparato legal específico, o estado tem projetos voltados ao acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, incluso aí os migrantes e refugiados. Um exemplo disso é o edital publicado no Diário Oficial do Estado nº 11.199/2023 que destinou R\$320 mil à desigualdade territorial na implementação de políticas públicas. Contudo, todas as propostas aprovadas e implantadas centraram-se em Campo Grande, capital. O levantamento estadual sinaliza parte dos desafios das políticas públicas do Brasil. Apesar de inovadoras no âmbito federal, a grande maioria ainda padece de operacionalização a nos níveis estadual e municipal (Farah, 2008).

Por fim, buscando reconhecer a resposta do Poder Público em Corumbá, local deste estudo. O posicionamento geográfico, somado às ações das iniciativas socioestatais, percorridos na última seção, demonstra que o município tem desenvolvido uma série de ações e políticas públicas destinadas ao acolhimento e integração de migrantes internacionais, como a **Casa do Migrante** (subseção 4.1.1), Protocolo de Acolhimento ao Migrante, implementado em 2023, objetiva aperfeiçoar o atendimento aos migrantes nas áreas da educação, saúde e assistência social. Esse produto surgiu da articulação entre Migrafron, Prefeitura de Corumbá e Comaira (Corumbá, 2023), sendo a própria **efetivação do Comaira** (Decreto Municipal nº 1.706/2016) um esforço municipal no debate da migração e dos refugiados.

Por fim, dentre tantas ações locais, pode ser citado o **Anuário da Migração Internacional**, elaborado pelo Migrafron em parceria com a Prefeitura de Corumbá, que traz dados socioeconômicos e a nacionalidade da população migrante em Corumbá (LOPES, 2023).

Corumbá também criou e implantou o **Protocolo de Acolhimento ao Migrante** integrado das secretarias municipais de Assistência Social, Educação e Saúde no atendimento a migrantes em situação de vulnerabilidade. Visa garantir acesso ágil e humanizado aos serviços públicos essenciais (MS News, 2024).

Diante de tanto esforço local em resposta à causa migratória, fruto da articulação de inúmeros atores apresentados no ecossistema anteriormente, Corumbá ganhou destaque nacional, sendo congratulada por três anos consecutivos (2021, 2022 e 2023), com o **Selo Migra Cidades**. Concedido pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), agência da ONU para as migrações, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a certificação reconhece e destaca o compromisso do município com a criação e implementação de políticas públicas destinadas à proteção dos migrantes internacionais.

Apesar de todo esse avanço e pioneirismo corumbaense, ainda existem inúmeros desafios para garantir direitos humanos aos migrantes e refugiados em Corumbá, vide as inúmeras matérias jornalísticas e pesquisas que demonstram falhas no atendimento que, justamente, esses acordos e protocolos têm se empenhado em melhorar.

Fica claro que o avanço das políticas públicas locais requer maior articulação federativa, sem contar a participação estadual, que ainda é tímida. Garantir financiamento estatal para execução das ações e transfronteiriços, através de acordos firmados com a Bolívia ainda é urgente, sobretudo quando investigamos essa agenda política na história dos migrantes, como apresentado na última seção desta dissertação.

4.3 “*UNO NUNCA SE ESQUECE DE DONDE UNO ES*” – PERCEPÇÕES SOBRE O PROCESSO DE RECEPÇÃO E ACOLHIMENTO EM CORUMBÁ-MS

Esta etapa do trabalho apresenta a entrevista de uma migrante que atravessou a fronteira e, hoje, reside em Corumbá-MS, revelando como ela percebe o acolhimento e a recepção no contexto fronteiriço. Ficará evidente o campo de experiência (Cefaï, 2017a), discutido na Introdução desta dissertação, pois as trajetórias das mulheres migrantes, apesar de suas especificidades, são recursivas, seja da Anzaldúa, seja a da minha mãe e a minha, ou da entrevistada E.1.

E.1 é uma mulher boliviana comerciante que vive em Corumbá há mais de três décadas, trouxe à tona não apenas sua trajetória migratória, mas também as percepções de pertencimento e rejeição vividas ao longo do tempo.

Eu moro aqui, fiz minha casa aqui. Eu moro aqui no Brasil mais da metade da minha vida. Cheguei com 22 anos e meu filho já tem 32 e outro tem 27. De todos os países que eu já conheci, eu que sou originária da fronteira com a Argentina (...) passei treze anos na fronteira com a Argentina, em Yacuiba, em Tarija-BO. *Yo estudié en Yacuiba, gradué en el Belgrano, después ya pasé para otra escuela y me vine a Santa Cruz, después pra cá y hice mi tierra* (E1).

A entrevista aconteceu em seu comércio, situado na rua Edu Rocha, próximo a antiga feirinha Brasbol que, segundo Santo e Voks (2021), era um centro comercial que funcionou por 18 anos (1995-2013) nas dobras do legal e ilegal, onde se encontrava de tudo, muito semelhante a um camelódromo, mas que foi fechado após uma grande manobra política sob justificativa de que poderia pegar fogo. Isso fez com que vários comerciantes se espalhassem pela cidade, assim como o atual comércio na rua Edu Rocha, ao lado da antiga feira.

Inicialmente relutante em rememorar experiências negativas, aos poucos ela revelou episódios recorrentes de desrespeito e discriminação, sobretudo associados à sua condição de mulher estrangeira e comerciante, como os brasileiros que chegam ao seu comércio e solicitam informações com muita grosseria. “O caráter não tem fronteira [...] você pode ser brasileira, boliviana, argentina, chinesa. Se você não tem caráter você não vai a lugar nenhum”. (E.1).

Entre conversas triviais que marcaram o início do encontro, com o propósito de ganhar afinidade, a entrevistada quis saber minhas origens, ocasião em que relatei parte da história da minha mãe apresentada na Introdução. Quando informei que minha mãe também é do departamento de Tarija, chegou em Corumbá aos seus 22 anos e aqui também teve os seus filhos e os criou – imediatamente a entrevistada disparou: “*Uno nunca se esquece de donde uno es*” - reforçando tanto a visão de Anzaldúa (2016) sobre a fronteira como território de memória e resistência, quanto o campo de experiência de Cefaï (2017a), referente ao compartilhamento de uma trajetória em comum diante de um grande problema público, neste caso, do acolhimento aos migrantes, ou da falta dele.

Apesar de afirmar que vive tranquilamente, a entrevistada reconhece que é frequentemente tratada com menosprezo, especialmente por jovens e clientes brasileiros que chegam no seu estabelecimento e a veem como inferior. Essa dualidade entre aceitação e exclusão se expressa com força nas relações institucionais.

Ao falar sobre os serviços públicos, por exemplo, a entrevistada informa que evita utilizá-los sempre que possível, por vergonha ou receio de ser tratada como um peso para o

Estado. Para ela, o trabalho é o que legitima sua presença e sua dignidade: “nunca pedi nada”, afirma repetidamente, como forma de proteger-se dos estigmas que cercam os migrantes pobres. Tal narrativa revela uma dimensão simbólica importante: **o esforço para se mostrar merecedora da acolhida**, mesmo em um país que proclama ser receptivo, como ilustrei anteriormente na discussão das leis e políticas públicas.

A entrevistada passa boa parte do seu relato mencionando seus filhos e o que fez por eles, a luta e os sacrifícios para criá-los. Destaca, posteriormente, que chegou à cidade em busca de melhores condições de vida, e, apesar de não se aprofundar a respeito da construção de sua família, verbaliza diversas vezes que aguentou madrugadas e dias inteiros trabalhando para dar uma vida digna aos filhos. O que chama a atenção é que, desde o princípio, reconheceu essa necessidade de ensiná-los a **lidar com o preconceito e a xenofobia**, deixando evidente que, passados três décadas desde sua chegada a Corumbá, os ataques verbalizados ainda persistem.

Outro aspecto central da sua fala é **a relação com a língua e a identidade cultural**. Dentro de casa, preserva-se o espanhol e os costumes bolivianos. Fora dela, seus filhos são ensinados a falar apenas português, em uma tentativa de evitar discriminação.

Ela, como muitas outras mães imigrantes, tal qual a minha, prepara seus filhos dentro de casa, no porto seguro que eles têm, e onde podem expressar quem são. A exemplo disso, é citado que todos os seus filhos foram ensinados a falar o castelhano, língua utilizada dentro do núcleo familiar, mas, por outro lado, ao frequentar outros espaços além do lar, apenas comunicam-se em português.

A partir da situação descrita, é possível associá-la aos resultados obtidos no relatório técnico “Escola Municipal de Educação Integral Rachid BardaUIL: Análise da recepção de imigrantes no ambiente escolar”, que preparei em 2023 para a disciplina “Imigrantes em Região de Fronteira”, a respeito da recepção e acolhimento de crianças, em sua maioria imigrantes de segunda geração, na respectiva escola. Na ocasião, constatei que na convivência escolar dessas crianças, apesar de dominarem o castelhano, a língua que usam para se comunicar em público a todo momento é o português. As crianças menores falam em espanhol enquanto brincam e, na empolgação, acabam misturando os idiomas. Contudo, à medida que essas crianças crescem e chegam na 3ª e 4ª série se sentem envergonhadas em falar castelhano, pois passam a ser denominadas, de forma pejorativa, como “bolivianinhas”.

Entrecruzando a fala da E.1 com essa experiência que identifiquei na escola Rachid, depreende-se que a escola, que deveria ser espaço de acolhimento, aparece como território de hostilidade e exclusão, onde crianças migrantes são alvo de zombarias e apelidos vexatórios. **O ambiente escolar em Corumbá reproduz e reforça dinâmicas simbólicas de exclusão**

cultural e linguística, mesmo entre crianças nascidas no Brasil, mas descendentes de migrantes bolivianos, os migrantes de segunda geração. Isso produz um efeito profundo sobre o sentimento de pertencimento: para sobreviver socialmente, muitos acabam ocultando suas origens, renegando traços culturais e, até mesmo, suas histórias familiares. Isso reforça a importância de um melhor acolhimento nas escolas, mesmo diante da existência de políticas e protocolos citados anteriormente na seção 4.2.

Como o Estado falha em acolher melhor os migrantes e seus descendentes, o principal acolhimento passa a ser o lar. Conforme relatado, E.1 orientou seus filhos desde pequenos a não absorverem as ofensas que escutavam e, mesmo nascendo no Brasil, esforçou-se para manter os costumes e tradições, como falar o espanhol dentro de casa. Firme no ensino da sua língua nativa aos seus descendentes, mais uma vez, a senhora afirma que *“uno no debe olvidarse de donde es”*.

Essa tensão é reforçada pela crítica dirigida a migrantes que, ao ascenderem socialmente, rejeitam suas raízes e passam a tratar os conterrâneos com superioridade. A entrevistada denuncia esse distanciamento como mais um reflexo das violências simbólicas internalizadas, revelando um conflito identitário complexo e duradouro. A fronteira, nesse caso, é mais do que um limite territorial. Tomando emprestado a visão de Paulo Freire, é um espaço de disputa por reconhecimento e dignidade, onde o oprimido acaba se tornando opressor.

Conforme a entrevista foi se desenvolvendo, as falas para abordar determinados tópicos ficaram cada vez mais carregadas de emoção, entonações e pausas que demonstravam o quão desconcertantes foram os eventos narrados na vida da entrevistada.

A relação com o trabalho aparece diversas vezes durante o seu relato, notando-se a importância dada às obrigações laborais desde muito cedo em sua vida, configurando parte essencial de muitas de suas decisões tomadas.

Não cheguei aqui para casar com fazendeiro com muito dinheiro, nada disso. Eu cheguei de lá [da Bolívia] só para fugir [...] para que meus filhos não passassem o que eu passei. Mas tudo, a raiz do meu trabalho, do meu esforço, nunca pedi nada para ninguém” (E.1).

Fica bem estabelecido durante essas passagens essa necessidade de conquistar os seus sonhos a partir do esforço despendido para realizá-lo, tendo-se a ideia de que quanto maior o esforço, mais recompensas serão alcançadas, coincidindo com o pensamento da existência de uma meritocracia. Isso fica ainda mais evidente no trecho que ressalta:

Nunca peguei Bolsa Família, nunca peguei nada, o único público (serviço público) que eu sempre usei e dá para criticar é a saúde. Que não é só para boliviano, mas para

brasileiros também, e às vezes é uma porcaria, tem as vezes que você chega no postinho e é tratado com os pés (E.1).

Atualmente, E.1 tem um comércio na rua Edu Rocha, próximo ao Cemitério Santa Cruz e a Praça Virgem de *Urkupiña*, onde anteriormente funcionava a Feira Bras-Bol. Com o fechamento, os comerciantes se espalharam pela cidade, ficando um grande aglomerado na rua Edu Rocha, assim como E.1.

Ainda discursando sobre “trabalho e renda”, E.1 destaca que Paulo Duarte, prefeito na época em que a feira Bras-Bol foi fechada, perdeu as eleições quando tentou se reeleger (2016), e, em 2023, muitos feirantes não votaram no Dr. Gabriel (atual prefeito) porque recebe apoio direto do Paulo Duarte. Nisso, sua fala buscou destacar o quanto **a falta de uma política para apoio aos pequenos negócios e maior vitalidade para as feiras livres prejudica toda Corumbá e, em especial, os migrantes**. Seja atualmente ou como já prejudicou no período da pandemia Covid-19, ocasião em que todas as feiras foram fechadas e, nas suas palavras, a vida das famílias bolivianas ficou muito difícil, pois não havia política nem projeto de inclusão para os migrantes que residem em Corumbá e trabalham na feira.

A partir desse momento, além das experiências subjetivas, a entrevistada passou a narrar as dificuldades concretas com o acesso à saúde pública, relatando episódios de xenofobia e tratamento desumano por parte de profissionais.

Um dos casos mais marcantes é o de uma médica que, ao saber que ela era boliviana e portadora da doença de Chagas, associou imediatamente a patologia à sua nacionalidade, de forma muito hostil. *“Aí o enfermeiro falou: olha doutora, ela tem chagas positivo. Essa informação estava naquele cartão que fazíamos de pré-natal. E ela respondeu: o que é isso? Essa paciente é boliviana né? Essa doença é de lá!”* (E.1). Esse tipo de conduta estereotipada reforça as barreiras institucionais enfrentadas pelos migrantes, que, mesmo quando conseguem acessar os serviços, são submetidos a constrangimentos que reafirmam sua posição de alteridade.

Mesmo diante de tanta exclusão, a entrevistada insiste em valorizar o Brasil como o país que melhor a tratou, comparando-o positivamente com outras nações pelas quais passou. Essa ambiguidade, entre gratidão e sofrimento, é recorrente nas narrativas migrantes e reflete as contradições do acolhimento em contextos de fronteira: ao mesmo tempo em que há espaço para construir uma vida, também há marcas profundas de exclusão.

Essa passagem dialoga diretamente com a parábola de Sayad sobre o *paradoxo de areia*, pois, partindo de uma precariedade (econômica, social, política, ambiental e cultural), E.1, iniciou sua jornada migratória (diáspora) rumo ao Brasil, buscando dias melhores.

Outro ponto importante é **o papel da religiosidade e das práticas coletivas**, como a devoção à Virgen de *Urkupiña*, considerada padroeira da esperança pelo povo boliviano, como destaquei anteriormente ao apresentar a Pastoral do Migrante.

Essa devoção reforça a identidade cultural e espiritual do povo boliviano, dentro ou fora do país. Conforme evidenciado na entrevista com o Centro Boliviano Brasileiro 30 de Março, **embora a comunidade boliviana em Corumbá seja dispersa e, atualmente, marcada por individualismos, ainda há compartilhamento de memórias comuns de resistência**, como no episódio do fechamento da feira Bras-Bol, que alimentam um sentimento de injustiça e de perda coletiva.

Nos relatos de E.1, o comércio aparece não só como meio de subsistência, mas como estratégia de afirmação e conquista de espaço na cidade. A luta por um lugar digno é um tema constante e E.1, assim como muitos migrantes, percebem associar a estabilidade à posse de bens, como a casa própria, o ponto comercial ou o sucesso laboral dos filhos. A entrevistada, por exemplo, lamenta não ter comprado um terreno quando teve oportunidade, refletindo sobre as escolhas difíceis que a vida migrante impõe.

Ao longo da entrevista, ficou evidente que o apoio institucional direto foi praticamente inexistente, assim como na trajetória da minha mãe. A entrevistada afirma que nunca recebeu ajuda de nenhuma organização ou grupo. Segundo ela, sempre esteve ocupada demais trabalhando para se integrar a coletivos e, ainda hoje, dedica-se à manutenção de sua casa e ao sustento da família. **Isso demonstra uma limitação no alcance das redes de acolhimento formal e informal que, muitas vezes, não conseguem chegar a quem mais precisa**, principalmente às mulheres migrantes, sobrecarregadas pela responsabilidade de sustentar seus filhos.

Esses trechos revelam a centralidade da figura materna na experiência migratória: mulheres que migram em busca de futuro melhor para os filhos, que constroem lares e redes de apoio com base em sua força de trabalho e que internalizam discursos meritocráticos como forma de legitimar sua presença. A maternidade, assim, aparece como eixo que articula o simbólico (identidade, orgulho, resistência), o institucional (ausência de apoio) e o cotidiano (trabalho, cuidado, sobrevivência).

5. PROPOSTA DE AÇÃO

A partir dos resultados encontrados, considerando as demandas, desafios e oportunidades que as redes e coletivos enxergam em sua atuação, elaborou-se a proposta de ação apresentada abaixo (Quadro 3), a qual relaciona as ações de fortalecimento da rede e coletivos à sua descrição, seus objetivos, responsáveis pela ação e aos resultados esperados.

No capítulo 4.1, foram apresentadas as organizações, que, apesar de realizarem trabalhos no tocante ao acolhimento e recepção da população migrante e refugiada, ainda enxergam diversos desafios que precisam ser superados para que se possa ampliar a sua atuação na fronteira. Entre os desafios, destaca-se a necessidade de atrair mais o público para a causa, tanto de migrantes, quanto de acadêmicos, profissionais e a sociedade de um modo geral, a partir de voluntários que possam dialogar com as organizações para que de forma colaborativa, sejam traçadas soluções para os problemas enfrentados dentro do espaço fronteiriço.

Andion (2023) defende que os ecossistemas de inovação social são espaços de experimentação democrática que revelam práticas colaborativas e modos alternativos de governança. A partir da experiência no Observatório de Inovação Social de Florianópolis, a autora observa como redes colaborativas e os ecossistemas podem gerar soluções inovadoras para problemas complexos.

Portanto, para construir a proposta de ação, foram levadas em consideração as críticas, necessidades e fragilidades destacadas por cada ator localizado que atua diretamente sobre o problema público referente ao acolhimento e recepção de migrantes e refugiados. A proposta consiste em delimitar ações que podem ser realizadas pelas redes e coletivos sociais, articulados, com o objetivo geral de fortalecê-los.

A iniciar pela Casa do Migrante, um dos pontos destacados foi a falta de segurança do local. Apesar de não ser comum eventos em que a Guarda Municipal precise ser acionada, quando houve a necessidade de uma intervenção no local para garantir a segurança, tanto de funcionários quanto dos próprios migrantes, foi observada uma demora para o atendimento do chamado. Por funcionar 24 horas por dia, a Casa sempre recebe diversas pessoas em todos os horários. À noite, são poucos os funcionários que trabalham no local, entre um e dois, e na maioria das vezes é somente uma mulher, a qual se torna vulnerável a quaisquer acontecimentos adversos que venham a ocorrer. Dito isso, uma das ações sugeridas para lidar com a problemática é elaborar um protocolo de segurança para a Casa do Migrante, a ser construído pelo Comaira contando principalmente com o apoio e participação da Secretaria Municipal de

Segurança Pública. A ideia é, entre outras atividades que poderão ser definidas durante sua construção, a realização de rondas ou plantões nas proximidades ou no local.

Outra questão observada durante a realização das entrevistas na Casa, foi o potencial da organização para operar como um ponto de articulação de oportunidades para o público. Conforme relatado pelo Entrevistado 2, atualmente, já ocorrem movimentações que buscam auxiliar os migrantes e refugiados a seguirem viagem até o destino final, ou para adquirirem recursos suficientes para isso. Nesse caso, enxergamos uma possibilidade de fortalecer essa ação a partir da maior articulação de ações em parceria com os coletivos que compõem o ecossistema social em torno da migração na fronteira Brasil-Bolívia.

Seguindo para a Pastoral do Migrante, cuja atuação é notória na cidade, o grupo atuante é formado principalmente por fiéis que frequentam a Paróquia Nossa Senhora de Fátima. Porém, apesar das diversas ações já realizadas, um dos principais problemas enfrentados hoje é a dificuldade de atrair voluntários que queiram colaborar com a causa, seja a partir de doações ou liderando e participando das ações. Outro ponto analisado durante a fala do Entrevistado 5 foi como o grupo sente falta da colaboração de alguns atores que também compõem esse ecossistema de inovação social, seja para apoiar as ações, ou mesmo fomentá-las. Para abarcar tais demandas, além da ação sobre articulação entre as organizações, citada anteriormente, outras ideias de atividades a serem realizadas são listadas, como a “Feira Cultural Internacional” e a “Semana dos Migrantes e Refugiados”, as quais contariam com a participação de diversos grupos e coletivos para a sua construção. O propósito das atividades é ampliação da participação do público, e popularização do debate a respeito da temática.

Além disso, a fim de tentar solucionar o problema da falta de voluntários para concretizar tais atividades, pontua-se também como proposta de ação a formação de agentes comunitários/voluntários locais e a ampliação de projetos de extensão nas IES que dialoguem com as demandas e necessidades do ecossistema. Assim, será possível não só envolver a comunidade acadêmica como a sociedade civil de um modo geral.

Para a construção das ações que atendam as demandas do Centro Boliviano Brasileiro, assim como na Pastoral do Migrante, também foi considerada a necessidade de atrair mais pessoas para participação nas atividades que o Centro propõe. Porém, dessa vez o foco foi em outro público: os migrantes. Atualmente, os principais participantes são pessoas nascidas no Brasil. Para tentar atrair o público migrante, a estratégia utilizada é fortalecer as atividades culturais, ligadas principalmente às expressões religiosas fronteiriças, que tanto atraem os devotos, sejam estes migrantes ou não. A ideia é contribuir com a realização das manifestações

religiosas que já são feitas em Corumbá, mas também abordá-las a partir de outras atividades, como em encontros para os devotos, por exemplo.

Sobre o Comaira, as ações apresentadas vão de encontro ao que o próprio Decreto nº 1.706/2016, o qual institui o Comitê Municipal de Atenção aos Imigrantes, Refugiados e Apátridas no Município de Corumbá, lista como atribuição. Sendo assim, conforme inciso I do art.2º, cabe ao Comaira propor e implantar o Plano Municipal de Atenção às pessoas Imigrantes, Refugiadas e Apátridas, plano que a cidade ainda não possui vigente. Outra atribuição, prevista no inciso V do referido artigo, delega ao Comitê a responsabilidade de promover a formação permanente de agentes públicos visando melhorias no acolhimento, na assistência e no atendimento aos imigrantes, refugiados e apátridas. Portanto, foram incluídas as atribuições citadas acima na Proposta de Ação, as quais tem como principal responsável pela sua realização o Comaira.

Além das principais organizações que atuam no acolhimento e recepção de migrantes e refugiados, também foram incluídos o Mestrado em Estudos Fronteiriços e o Migrafron, visto suas atuações junto ao público acadêmico, com foco na fronteira. Este último em específico, entende que seus pesquisadores estão inseridos em “um observatório que não apenas observa” (MIGRAFRON, 2024).

Por fim, as demais organizações como o Posto de Imigração e o Consulado Boliviano foram inseridas de maneira a participar das articulações dentro do Ecossistema, porém, não lhes foi atribuída nenhuma ação específica, visto que sua atuação já está definida dentro das respectivas regulamentações. Apesar disso, podem ser vistos como importantes pontos de informação, que devem estar em consonância com as outras organizações. Do mesmo modo, o CRAS e o Centro Pop são importantes suportes, tanto para a divulgação de informações pertinentes, quanto para apoio nas ações.

No Quadro abaixo, apesar de pontuadas as ações que podem fortalecer o acolhimento de migrantes e refugiados, o tema não é esgotado, e pode ser ampliado ou reduzido conforme interesse de cada rede ou grupo social. A intenção é que a partir de um ponto de partida se desdobrem outras interações, e, conseqüentemente, outras ações.

Quadro 3 – Proposta de Ação

Fortalecimento das redes de acolhimento e recepção de migrantes e refugiados em Corumbá-MS				
Ação	O que é	Objetivo	Responsável	Resultados esperados

Fortalecer as ações de recepção e acolhimento de migrantes e refugiados na fronteira	Elaboração de estratégias de fortalecimento junto às redes e coletivos sociais que atuam diretamente com a recepção e acolhimento de migrantes e refugiados, oferecendo também serviços assistenciais.	Reforçar e/ou criar ações integradas que fortaleçam a atuação das redes e grupos atuantes na fronteira a partir das principais demandas e fragilidades levantadas.	Casa do Migrante, Pastoral do Migrante, Consulado Boliviano, Centro Boliviano Brasileiro, Comaira e Migrafron	Elaboração de plano de ação em conjunto com as redes e coletivos; Maior colaboração entre as organizações na execução de suas ações; Organização dos coletivos a fim de alcançarem os objetivos definidos.
Elaborar protocolo de segurança para a Casa do Migrante	Diálogo junto à Guarda Municipal e outros agentes de segurança a implantação de um plantão ou ronda durante a noite, bem como a construção de um protocolo para situações de urgência.	Garantir a proteção e segurança da comunidade interna da Casa do Migrante.	Comaira, Casa do Migrante, Guarda Municipal, Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Social.	Elaboração de um protocolo de segurança para a Casa do Migrante; Realização de rondas ou plantões de segurança na Casa do Migrante.
Fortalecer atividades culturais e as expressões religiosas fronteiriças	Execução e criação de atividades culturais que exaltem as práticas culturais e religiosas da fronteira.	Organizar feiras, encontros e atividades culturais que dialoguem com o público migrante e com a sociedade como um todo.	Centro Boliviano Brasileiro, Casa do Migrante, Pastoral do Migrante, Mestrado em Estudos Fronteiriços, Prefeitura de Corumbá	Difusão das práticas culturais e religiosas na fronteira a partir da realização de encontros, da “Feira Cultural Internacional”, e exposições durante o ano em escolas, praças e dentro dos espaços dos coletivos.
Realizar “Semana dos Migrantes e Refugiados”	Palestras, ações e diversas atividades a serem realizadas pelas organizações e coletivos durante a “Semana do Migrante e Refugiados” de modo a sensibilizar a população sobre a pauta migrante.	A Semana do Migrante objetiva a mobilização social sobre o tema a partir de uma programação diversificada promovida pelos coletivos e redes com foco no público geral.	Casa do Migrante, Pastoral do Migrante, Consulado Boliviano, Centro Boliviano Brasileiro, Migrafron e Comaira.	Ampliação da participação do público geral nas discussões e diálogos sobre migração internacional, população migrante e refugiada, e as atuações das organizações que trabalham com a temática na cidade.

Projetar “Feira Cultural Internacional “	Evento realizado para compartilhar e celebrar os costumes e tradições de diferentes países, promovendo a confraternização e o intercâmbio cultural entre os diversos povos que estão inseridos na fronteira Brasil-Bolívia.	A feira objetiva ser um espaço de compartilhamento da cultura por meio da dança, música, culinária, cinema, rodas de conversa, brincadeiras típicas etc., organizadas pelos coletivos de diversos países, representados pelas nacionalidades presentes na cidade de Corumbá.	Casa do Migrante, Pastoral do Migrante, Consulado Boliviano, Centro Boliviano Brasileiro, Migrafron; Comaira e Mestrado em Estudos Fronteiriços.	Popularização da interculturalidade e resgate de práticas tradicionais referentes às diversas comunidades que estão presentes na cidade de Corumbá.
Aprimorar e expandir a capacitação e qualificação de servidores municipais para atuação em território fronteiro	Realização de capacitações permanentes e contínuas para qualificar os servidores municipais em sua atuação considerando as particularidades do território fronteiro.	Qualificar os servidores da esfera municipal em sua atuação em Corumbá, considerando-se o espaço de fronteira	Comaira, CRAS, Centro Pop, Mestrado em Estudos Fronteiriços, Migrafron	Equipe qualificada para a atuação considerando a interculturalidade presente na fronteira Brasil-Bolívia.
Formular o Plano Municipal de Atenção às pessoas Imigrantes, Refugiadas e Apátridas no Município de Corumbá	O Plano Municipal de Atenção às pessoas Imigrantes, Refugiadas e Apátridas é uma das atribuições do Comaira, quem deve propor e implantá-lo na cidade.	Efetivar a proteção e promoção de direitos humanos, integração local e acolhimento humanitário da população migrante, refugiada e apátrida na cidade de Corumbá.	Comaira, Migrafron, Mestrado em Estudos Fronteiriços	Publicização do documento entre as instituições e público geral a fim de promover uma sociedade mais justa e acolhedora; Proteção e promoção dos direitos, garantindo a inclusão plena e efetiva na comunidade.
Formar Agentes Comunitários/Voluntários Interculturais	Atrair voluntários para atuar na causa migrante, oferecendo-lhes oportunidades de capacitação e qualificação referente à temática	Aumentar o número de pessoas envolvidas nos projetos e ações das organizações, principalmente da Pastoral do Migrante, e que articulem essas ações com a sociedade.	Comaira, Migrafron, Pastoral do Migrante, Centro Boliviano Brasileiro, Mestrado em Estudos Fronteiriços.	Agentes comunitários/voluntários capacitados para atuar junto às organizações e aptos a contribuir e participar das ações
Ampliar projetos de extensão junto às organizações	Realização de projetos que integrem estudantes aos desafios e oportunidades junto às organizações que atuam com a	Ampliar o envolvimento da academia junto aos coletivos e redes sociais que abordam o problema público local referente à migração	Mestrado em Estudos Fronteiriços, Migrafron, NEISF	Estudantes e professores da graduação e pós-graduação atuantes na temática da migração internacional em consonância com as demandas locais.

	migração internacional			
Articular ações em colaboração e parceria entre as organizações	Estratégias de aproximação entre as redes e coletivos que atuam na recepção e acolhimento de migrantes e refugiados.	Fortalecer a articulação entre a rede e coletivos sociais na atuação com a recepção e acolhimento de migrantes e refugiados.	Casa do Migrante, Pastoral do Migrante, Consulado Boliviano, Centro Boliviano Brasileiro, Comaira, CRAS, Casa de Passagem, Centro Pop, Posto de Imigração, Migrafron	Redes e coletivos mais articulados, com parcerias e maior troca de diálogos para a construção e fortalecimento de suas atuações.

Fonte: Elaborado pelos autores, 2024.

6. CONCLUSÃO

Esse trabalho buscou investigar como as redes formais e informais de acolhimento e recepção atuam no contexto fronteiriço de Corumbá-MS. Para tanto, foram delimitadas etapas para que este propósito fosse alcançado. Primeiro, houve a necessidade de identificar as redes e coletivos sociais no apoio aos migrantes, visando tornar evidente suas práticas, projeções e limitações. Uma vez localizada essa rede, foi possível levantar a resposta do poder público e, aqui nessa conclusão, aprofundar a análise sobre como as inovações sociais emergem, tensionam ou complementam as políticas públicas existentes. Ao final dos resultados, a história de vida revela desafios comuns às mulheres migrantes, o que aponta a crítica às políticas e programas governamentais de acolhimento.

Na introdução desta dissertação, foi questionado o fato de, no entendimento popular, o Brasil ser apontado como um país acolhedor para quem migra, mas, **a quem o Brasil acolhe?** Ficou evidente que as organizações identificadas cumprem um papel no acolhimento e recepção dos migrantes que ingressam na cidade, ao passo que estabelecem conexões como parceiros ou suporte entre si. No entanto, a história de vida da entrevistada, que constitui o campo de experiência, pois dialoga diretamente com as vivências coletivas da minha família e de outros migrantes, reforça que grande parte das políticas não são efetivamente operacionalizadas, pois nem todas as organizações atuantes no território dialogam com ela (co-gestão da política pública) e o foco central é ajudar ao migrante a continuar sua viagem, sua migração, e não permanecer no município.

Fica evidente os inúmeros desafios que os migrantes, em especial as mulheres migrantes, têm para serem recebidos e acolhidos, ou, como defende Anzaldúa (2016), **a luta para permanecer e viver em fronteiras**. Dentre os desafios encontrados, em uníssono, está a forte presença do preconceito e da xenofobia destilado para com aqueles que advêm do Sul Global, manifestando-se, por exemplo, nas relações estabelecidas com a língua e identidade cultural do “outro”.

Ao identificar as redes e analisar a perspectiva do migrante, foi preciso reconhecer qual a resposta é dada pelo poder público diante de relevante pauta social, a migração internacional no município (acolhimento e recepção). Neste contexto, houve o reconhecimento das principais legislações e políticas públicas relativas à migração internacional. Não esgotando a revisão, constatou-se que o Brasil possui uma legislação avançada dentro da temática, sendo pioneiro nas tratativas internacionais referentes aos direitos humanos e à mobilidade humana. Foi possível verificar a presença de políticas e ações principalmente nas esferas federal e municipal.

Por outro lado, na esfera estadual, não há nenhuma lei referente, apesar de ter existido uma proposta de projeto de lei para o estabelecimento de normas para o atendimento de migrantes e refugiados, a qual foi considerada inconstitucional.

Como reflexo dos esforços públicos, o município de Corumbá, a partir da série de ações que vem desenvolvendo, como o Protocolo de Acolhimento ao Migrante e o Anuário da Migração Internacional, conquistou o Selo Migra Cidades por três anos consecutivos. Porém, apesar dos avanços nas discussões e articulações no que tange a migração internacional, é possível identificar os inúmeros desafios existentes para a garantia plena dos direitos humanos das pessoas migrantes e refugiadas, principalmente, para aqueles que querem permanecer em Corumbá, sendo os bolivianos a grande maioria.

Conforme a realidade relatada pelas organizações identificadas e pela entrevistada, há migrantes à margem desse acolhimento e recepção, o que nos leva a evocar, novamente: *A quem o Brasil acolhe?* É preciso garantir o financiamento estatal para a realização de projetos e ações transfronteiriças que atinjam aqueles que não são abrangidos atualmente, de modo a envolver, por meio de acordos a serem firmados, a Bolívia, país vizinho. É a partir da colaboração e integração que caminhos para as soluções possíveis poderão ser pensados.

Nesse contexto, o papel das redes locais de acolhimento é fundamental, pois são elas que atuam diretamente com o público, tendo contato com migrantes e refugiados cotidianamente, obtendo assim, um amplo conhecimento da realidade migratória na cidade, identificando grupos de risco de tráfico de pessoas, necessidades de regularização documental e de assistência psicossocial e organizando atividades de lazer e valorização cultural. Tais redes mobilizam recursos humanos, financeiros e materiais para atender esses migrantes e refugiados em diversas frentes, seja proporcionando um abrigo temporário, ajuda no custeio de passagens, auxílio na obtenção da documentação ou nos encaminhamentos necessários.

Diante do apresentado, chego à conclusão de que, apesar dos esforços municipais socioestatais, há uma ferida aberta que sangra entre a população migrante. Ano após ano, faz-se necessário compreender as demandas e reais presentes nesta fronteira, para evitar, por exemplo, que se repitam casos como os que ocorrem no Posto de Imigração, em que se formam filas extensas, com um tempo de espera muito grande e onde se percebem relações de hierarquia e preferência de atendimento entre o público migrante. A resposta institucional deve partir das demandas e das práticas dessas redes, que deveriam dialogar e guiar a atuação do poder público. Nesse contexto, considerando o território de fronteira, a inovação social emerge como um complemento às políticas públicas, executada por atores sociais que logram alcançar espaços muitas vezes não vistos ou negligenciados pelo poder público. Essa negligência foi sentida e

manifestada em diversos momentos nos discursos escutados, em que se criticava a inércia de alguns atores, ou até mesmo a falta de suporte por parte destes.

Os coletivos e redes locais de acolhimento em Corumbá mobilizam recursos, saberes e afetos por meio de ações concretas, territorializadas e predominantemente informais, com destaque para a atuação de organizações religiosas, casas de passagem e coletivos culturais. **Esses atores formam o ecossistema dinâmico de inovação social**, ora com articulação mais forte na promoção de acesso à documentação, moradia temporária, alimentação e, até mesmo, apoio espiritual. Em outros momentos, foi observado desarticulação e enfraquecimento de várias organizações, pois algumas estão atuando de forma isolada ou com funcionamento intermitente, como no caso da COMAIRA, segundo os entrevistados.

Saberes populares e institucionais são acionados para orientação sobre direitos, regularização documental e acesso a serviços, como mostra o trabalho do Centro 30 de Março e do Consulado Boliviano. Há também uma valorização dos saberes das próprias migrantes, especialmente mulheres, que ativam suas redes familiares, conhecimentos culturais e religiosos para construção de pertencimento e resistência, sendo essa a prática mais comum para todas as (os) migrantes que pretendem permanecer no território.

Desta feita, **afetos e vínculos comunitários se tornam centrais**, daí o papel das festas religiosas, de falar o espanhol, das missas bilíngues, dos centros de convivências que fortalecem os laços entre migrantes e moradores locais, muitas vezes, preenchendo o vazio institucional deixado pelas políticas públicas não idealizadas ou implementada com pouco êxito, como os programas que deveria transformar a escola em acolhedora. Essas práticas, embora dispersas e por vezes frágeis, revelam **que o acolhimento e recepção se constitui a partir da experiência vivida, da solidariedade produzida a partir de respostas locais sensíveis às complexidades da mobilidade humana**.

Por fim, essa pesquisa contribuiu para o mapeamento das iniciativas que atuam na fronteira em Corumbá, ampliando o banco de dados do Obisfron e do ecossistema de inovação social. Por outro lado, houve também reconhecimento de suas controvérsias e limitações, mediante relato de vida da entrevistada, no qual puderam ser feitas conexões entre as percepções contidas no relato com as informações fornecidas pelas iniciativas, em que ficou evidente o vácuo deixado em certos espaços não ocupados pelas redes e coletivos.

Reconheço, contudo, a limitação do trabalho, pois faltou investigar em profundidade a análise institucional sobre as razões estruturais da inefetividade das políticas públicas locais. Portanto, recomendo que trabalhos futuros investiguem as causas administrativas, políticas e orçamentárias que limitam a atuação do poder público, tampouco investiga as lógicas

burocráticas ou as disputas interinstitucionais que inviabilizam a implementação plena da legislação migratória no município. Diante disso, é imperativo fortalecer o ecossistema existente para, então, fomentar a cooperação binacional, assegurando o protagonismo das práticas locais como base para políticas públicas mais efetivas e comprometidas com os direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ACNUR – ALTO COMISSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados**. Genebra, 1951.
- ACNUR – ALTO COMISSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **A Situação dos Refugiados no Mundo: Em busca de Soluções**. Lisboa: Papelaria Clássica, 1997.
- ACNUR – ALTO COMISSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **Tendências Globais 2021**. Genebra, 2022.
- ACSELRAD, H.; COLI, L. R. **Disputas territoriais e disputas cartográficas**. Cartografias sociais e território. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008. P.13-43.
- ADDOR, F. **Reflexões sobre democracia participativa na América Latina**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 52. ed. 6, p.1108-1124, 2018.
- ALBUQUERQUE, J. L. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. FAPESP. São Paulo: Annablume, 2010.
- ALMEIDA, R. M. P. **Aplicação e transferência de novas técnicas de cadastro de imigrantes, refugiados e apátridas na assistência social do município de Corumbá-MS**. Orientador: Marco Aurélio Machado de Oliveira. 2020. 114 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2020.
- AMB – ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA. **AMB pede fechamento das fronteiras do Brasil com Venezuela e Guiana**. AMB (Notícias), 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3J94cdn>. Acesso em: 03 jul. 2024.
- ANDION, C. *et al.* **Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 51, n. 3, p. 369–387, 2017.
- ANDION, C; ALPERSTEDT, G.; GRAEFF, J. **Ecossistema de inovação social, sustentabilidade e experimentação democrática: um estudo em Florianópolis**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 54, n.1, p.181-200, 2020.
- BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. B.; FERNANDES, D. M.; DOMENICONI, J. **Cenário das migrações internacionais no brasil: Antes e depois do início da pandemia de covid-19**. Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano, Campinas, v. 4, 2021.
- BASSO, G. **Em Pacaraima, venezuelanos enfrentam falta de estrutura e discursos de ódio**. Ponte Jornalismo, 2018. Disponível em: <https://ponte.org/em-pacaraima-venezuelanos-enfrentam-falta-de-estrutura-e-discursos-de-odio/>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BAUMAN, Z. **Globalization: The human consequences**. Columbia University Press, 1998.
- BENEDETTI, A. **Claves para pensar las fronteras desde una perspectiva geográfica**. Geousp – Espaço e Tempo, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 309-328, 2018.

BIGNETTI, L. P. **As inovações sociais:** uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa. Ciências Sociais Unisinos, Porto Alegre, v.47, n.1, p.3-14, 2011.

BOLTANSKI, L.; THÉVENOT, L. **Finding one's way in social space:** a study based on games. Social Science Information. London, Beverly Hills and New Delhi, v. 22, n. 4, p.631-680,1983.

BRASIL. **Resenha 332 de Pol. Ext.** Ministério das Relações Exteriores. Brasil, a. 32, n. 97, 2º sem., 2005.

BRASIL. **Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017.** Institui a Lei de Migração. Brasília, 2017.

BRASIL. **Migração no Brasil.** Ministério do Estado da Justiça e Segurança Pública. Boletim Informativo n. 5. Brasília, 2024.

BRASIL. **Gabinete do Ministro. Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde.** Ministério da Saúde. Brasília, 2025.

BRASIL. **MDS estuda formas de apoiar o fluxo migratório na região de Corumbá (MS).** Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Brasília, 2025.

CAVALCANTI, L. et al. **Dicionário crítico de migrações internacionais.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2017.

CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MACEDO, M. **Imigração e Refúgio no Brasil.** Relatório Anual 2020. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2020.

CEFAÏ, D. **Qu'est-ce qu'une arène publique?** Quelques pistes pour une approche pragmatiste. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube, p. 51-81, 2002.

CEFAÏ, D. **Públicos, problemas públicos, arenas públicas:** o que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 36, p. 187-213, 2017a.

CEFAÏ, D. **Públicos, problemas públicos, arenas públicas...** O que nos ensina o pragmatismo (Parte 2). Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 36, p. 129-142, 2017b.

CHATEAURAYNAUD, F. **Argumenter dans un champ de forces: Essai de balistique sociologique.** Paris: Petra, 2011.

CORRÊA, D. S.; DIAS, R. C. **A crítica e os momentos críticos:** De la justification e a guinada pragmática na sociologia francesa. Mana, Rio de Janeiro, v. 22, p. 067-99, 2016.

COSTA, G. V. L. **Os Bolivianos em Corumbá-MS:** Conflitos e relações de poder na fronteira. MANA, Rio de Janeiro, v. 21, ed. 1, p. 35-63, 2015.

DEWEY, J. **The public and its problems.** Chicago: Swallow Press, 1927.

DEWEY, J. **La opinión pública y sus problemas**. Madrid: Ediciones Mortara, 2004.

DINIZ, W. L. C. **Bolivianos em Corumbá, MS: imprensa e historiografia**. Anais V SEF - Seminário de Estudos Fronteiriços. Corumbá: Mestrado em Estudos Fronteiriços, 2015. v. 1, p. 147-159.

DOMANSKI, D.; HOWALDT, J.; KALETKA, C. **A comprehensive concept of social innovation and its implications for the local context** - on the growing importance of social innovation ecosystems and infrastructures. *European Planning Studies*, London, v.28, n.3, p. 454-474, 2020.

DORNELAS, S. M. **Migrações contemporâneas: Desafios para a acolhida e a integração social e a partir da pastoral do migrante**. *Travessia - Revista do Migrante*, [S. l.], n. 82, p. 121–144, 2018.

DOSSE, F. **O império do sentido**. Bauru: Edusc, 2003.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: Um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.

FLORES, E. L. L. **Reconhecendo desafios e lançando novidades sobre os migrantes internacionais em Corumbá**. Portal do Mestrado em Estudos Fronteiriços – Câmpus do Pantanal, 2023. Disponível em: <https://ppgefcpn.ufms.br/reconhecendo-desafios-e-lancando-novidades-sobre-os-migrantes-internacionais-em-corumba/>. Acesso em: 30 set. 2024.

FRAGA, M. C. **Arena Pública de Promoção dos Direitos das Mulheres: Um estudo a partir do ecossistema de inovação social de Florianópolis**. Orientador: Graziela Dias Alperstedt. 2020. 200 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

GIMENES, H. **Projeto de Lei visa garantir direitos aos migrantes e refugiados em MS**. Assembleia Legislativa MS, 2023. Disponível em: <https://al.ms.gov.br/Noticias/137348/projeto-de-lei-visa-garantir-direitos-aos-migrantes-e-refugiados-em-ms>. Acesso em: 18 nov. 2024.

GÓMEZ-BAGGETHUN, E. et al. **Urban ecosystem services**. Dordrecht: Springer, p.175-251, 2013.

GUSFIELD, J. **Social Movements and Social Change: Perspectives on Linearity and Fluidity**. Bingley: Emerald, p. 317-339, 1981.

HANNA, J. **Texas envia 2 ônibus com imigrantes para a casa da vice-presidente em Washington**. CNN Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/texas-envia-2-onibus-com-imigrantes-para-a-casa-da-vice-presidente-em-washington/>. Acesso em: 28 out. 2023.

HESSON, T. **Quase 1.000 crianças imigrantes separadas da família no governo Trump ainda não viram os pais**. CNN Brasil, 2023. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quase-mil-criancas-migrantes-separadas-por-trump-ainda-nao-encontraram-os-pais/>. Acesso em 23 out. 2023.

HOWALDT, J. et al. **Theoretical approaches to social innovation**: a critical literature review. A deliverable of the project: “Social innovation: driving force of social change” (SI-Drive). Dortmund: Sozialforschungsstelle, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Municípios da Faixa de Fronteira e Cidades Gêmeas**. Rio de Janeiro, 2022.

KARAMAT, K. **O chocante relato de sobrevivente de naufrágio que matou ao menos 78 migrantes na Grécia**. BBC News Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c14x8n5xvgwo>. Acesso em: 6 nov. 2023.

KRÜGER, C. *et al.* **Análise das políticas públicas para o desenvolvimento da faixa de fronteira brasileira**. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v.20, n.4, p.41-62, 2017.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LASCONJARIAS, G. **Délimiter la frontières**. Hypothèses, Paris, n. 1, p. 77-84, 2004.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba, 2012.

LEE, E. S. **A theory of migration**. Demography, Durham, v. 3, p. 47-57, 1966.

LÉVESQUE, B. **Economia plural e desenvolvimento territorial na perspectiva do desenvolvimento sustentável**: Elementos teóricos de sociologia econômica e de socioeconomia. Política & Sociedade, Florianópolis, v.8, n. 14, p. 107-144, 2009.

MASSEY, D. et al. **Worlds in Motion**. International Migration at the End of the Millennium. Oxford: Clarendon Press, 1998.

MCAULIFFE, M.; OUCHO, L.A. (eds.). **World Migration Report**. International Organization for Migration (IOM), Geneva, 2024.

MCPHEARSON, T. *et al.* **Resilience of and through urban ecosystem services**. Ecosystem Services, 2015.

MEZZADRA, S. **Multiplicação das fronteiras e das práticas de mobilidade**. REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília, v. 23, n. 44, p. 11-30, 2015.

MIGRAFRON – OBSERVATÓRIO FRONTEIRIÇO DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS (). **Anuário das Migrações Internacionais, Corumbá MS**. Disponível em: <https://migrafron.ufms.br/publicacoes/>. Acesso em: 06 nov. 2023.

MOULAERT, F. *et al.* **Social innovation and territorial development**. Social Innovation and Territorial Development, Padstow, p. 11-23, 2009.

MOULAERT, F.; SEKIA, F. **Territorial innovation models: a critical survey**. Regional Studies, London v.37, n.3, p.289-302, 2003.

MS NEWS. **Com oficialização de Protocolo, Prefeitura reforça atendimento de migrantes internacionais**. 2024. Disponível em: <https://diariomsnews.com.br/noticias/destaques/com-oficializacao-de-protocolo-prefeitura-reforca-atendimento-de-migrantes-internacionais/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MULGAN, G. *et al.* **Social innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated**. London: NESTA, 2007.

MURRAY, R. *et al.* **The open book of social innovation**. London: National Endowment for Science, Technology and the Art, 2010. Disponível em: <https://youngfoundation.org/wp-content/uploads/2012/10/The-Open-Book-of-Social-Innovationg.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2024.

MUSARO, P. **A humanitarian battlefield: redefining border control as saving victims**. New York & London: Routledge, Taylor & Francis, p. 80-99, 2018.

NOGUEIRA, M. L. M. *et al.* **O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração**. Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 12, n. 2, p. 466-485, 2017.

OBISFRON – OBSERVATÓRIO DE INOVAÇÃO SOCIAL DA FRONTEIRA. **Apresentação**. Disponível em: <https://obisfron.com.br/>. Acesso em: 10 set. 2023.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Guia para Acolhimento de migrantes, refugiadas e refugiados**. Brasília: 2022.

PÊGO, B., KRÜGER, C., NUNES, M., FERREIRA, G., NAGAMINE, L., MOREIRA, P., MOURA, R. **Fronteiras do Brasil em tempos de pandemia**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2023. v. 8, cap. 11.

PEIXOTO, J. **As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal**. Fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intra-organizacional. Tese (Doutorado) - Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, Portugal, 1998.

PETERSEN W. **A general typology of migration**. American sociological review, South Bend, v. 23, n. 3, p. 256-266, 1958.

POCHMANN, M. **Políticas públicas e situação social na primeira década do século XXI**. São Paulo, SP: Boitempo, p. 145-156, 2013.

PORTES, A. **Migrações internacionais**. Origem, tipos e modos de incorporação. Oeiras: Celta, 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. **Corumbá ganha Protocolo de Acolhimento ao Migrante para Educação e Assistência Social**. 2023. Disponível em: <https://corumba.ms.gov.br/noticias/corumba-ganha-protocolo-de-acolhimento-ao-migrante-para-educacao-e-assistencia-social>. Acesso em: 19 set. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. **Corumbá recebe, pelo 3º ano consecutivo, Selo MigraCidades da OIM.** 2023. Disponível em: <https://www.opantaneiro.com.br/corumba/corumba-recebe-pelo-3o-ano-consecutivo-selo-migracidades-da-oim/209053/>. Acesso em: 05 ago. 2024.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, L. A.; BRUM, R. **Certificação reconhece ações de MS em prol dos migrantes.** SEAD - Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos. Campo Grande, 2023. Disponível em: <https://www.sead.ms.gov.br/certificacao-reconhece-acoes-de-ms-em-prol-dos-migrantes/>. Acesso em: 8 out. 2024.

ROSA, L. A.; BRUM, R. **Porta de entrada de países sul-americanos, Estado discute com Corumbá atendimento aos imigrantes.** Governo de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 28 jul. 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ms.gov.br/porta-de-entrada-de-paises-sul-americanos-estado-e-municipio-discutem-protocolos-de-atendimento-aos-de-imigrantes/>. Acesso em: 10 out. 2024.

SALES, L. **O Público na Sociologia Francesa dos Problemas Públicos.** Estudos de Sociologia, Rio de Janeiro, v. 1, ed. 27, 2021.

SANTO, A. L. E. **No rural tem inovação social!** um estudo em dois assentamentos rurais na zona fronteira Brasil-Bolívia. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

SANTO, A. L. E.; ANDION, C. **Imigração e cidades:** uma cartografia da arena pública de apoio aos imigrantes e refugiados em Florianópolis. Interações, Campo Grande, v.21, n.2, p.1-23, 2020.

SANTO, A. L. E.; VOKS, D. **Repensando os estudos fronteiriços:** participação e inovação social no desenvolvimento das zonas de fronteiras. Organizações & Sociedade, Salvador, v.28, n.99, p.862-889, 2021a.

SANTO, A. L. E.; VOKS, D. **Configuração de uma experiência pública:** o caso das feiras na fronteira Brasil-Bolívia. Análise Social, Lisboa, v.14, n.4, p.668-691, 2021b.

SANTO, A. L. E.; VOKS, D. **Governança da saúde pública:** conflitos e desafios para uma gestão compartilhada na fronteira Brasil-Bolívia. Saúde & Sociedade. v. 32, n. 1, p. 1-14, 2023.

SANTOS, C. R. **Da escravidão à imigração:** a transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado no Brasil. Intertem@, São Paulo, v. 6, n. 6, 2003.

SANTOS, K. M. C. **Políticas públicas para imigrantes:** a atuação da sociedade civil nas cidades de Campo Grande/MS, Corumbá/MS e Dourados/MS. 2020. Dissertação (Mestrado em Fronteiras e Direitos Humanos) – Faculdade de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2020.

SAYAD, A. **A Imigração**. Tradução Cristina Murachco. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SAYAD, A. **O retorno**: Elemento constitutivo da condição do imigrante. TRAVESSIA Revista Do Migrante, (Especial), São Paulo, p. 7–10, 2000.

SAYAD, A. **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, Edusp, 2004.

SCHUMPETER, J. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

SHELLER, M. **Justiça da mobilidade**: a política de movimento numa era de extremos. Londres: Livros Verso, 2018.

SILVA, G. J.; CAVALCANTI, L.; SILVA, S. L.; DE OLIVEIRA, A. T. R. **Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações**. Brasília, DF: OBMigra, 2024.

ZUBA, F., CASSELA, V. **Fluxo migratório no Brasil cresce 15% e bate recorde em 2024**. G1, Brasília, 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/01/20/fluxo-migratorio-no-brasil-cresce-15percent-e-bate-recorde-em-2024.ghtml>. Acesso em: 20 jan. 2025.